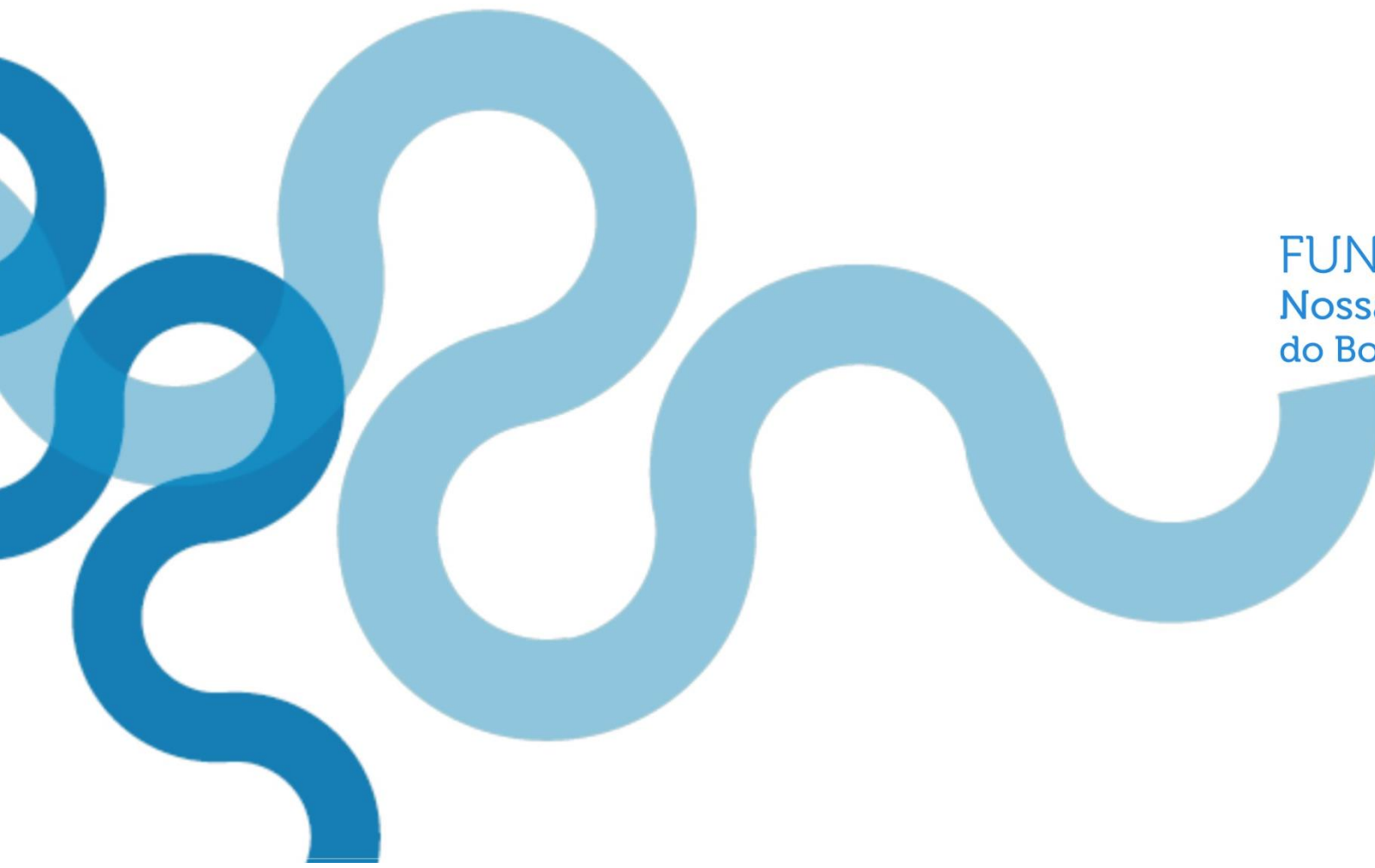


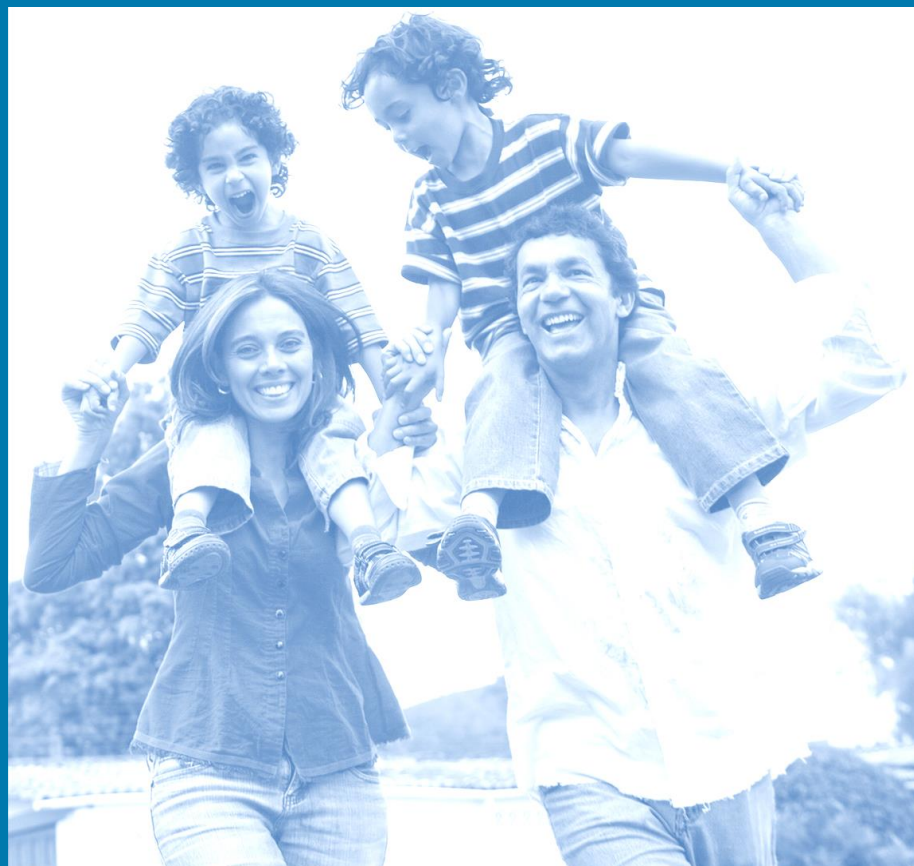
# 2021

## RELATÓRIO & CONTAS

FUNDAÇÃO  
Nossa Senhora  
do Bom Sucesso

70  
anos





|                                                                                                 | Pág. |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| ÍNDICE                                                                                          | 1    |
| ÍNDICE DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS                                                           | 2    |
| INTRODUÇÃO                                                                                      | 3    |
| I – O CONTEXTO DO CICLO ESTRATÉGICO 2020-2025<br>E O SEU PROPÓSITO                              | 4    |
| II - RELATÓRIO DE ATIVIDADES                                                                    | 8    |
| 1. O ANO DE 2021                                                                                | 9    |
| 1.1. A CAMPANHA PRIMEIROS ANOS.A NOSSA PRIORIDADE                                               | 11   |
| 1.2. O CRESCIMENTO DE UMA ATIVIDADE DE SAÚDE QUE INSPIRA,<br>EM EQUILÍBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO | 14   |
| 1.3. A URGÊNCIA DE APOIAR AS CRIANÇAS E JOVENS QUE PASSAM<br>POR INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO    | 25   |
| 2. UMA CULTURA DE VALOR PARTILHADO E DE ORGANIZAÇÃO APRENDENTE                                  | 31   |
| 2.1. OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO                                                   |      |
| – A PERSPETIVA DOS CLIENTES                                                                     | 31   |
| 2.1.1. AS MARCAS DE 70 ANOS DE ATIVIDADE                                                        | 31   |
| 2.1.2. A AVALIAÇÃO EFETUADA EM 2021                                                             | 35   |
| 2.2. O ENVOLVIMENTO DE TODOS OS STAKEHOLDERS                                                    | 39   |
| III - SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA                                                           | 41   |
| 1. A ENVOLVENTE E A FUNDAÇÃO – A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE MACROECONÓMICO                          | 42   |
| 2. A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA FUNDAÇÃO                                    | 44   |
| 2.1. O ANO DE 2021                                                                              | 44   |
| 2.1.1. RESULTADO LÍQUIDO E RESULTADO OPERACIONAL                                                | 45   |
| 2.1.2. O BALANÇO                                                                                | 50   |
| 3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS                                                                    | 51   |
| 3.1. BALANÇO EM 31.12.2021 E 2020                                                               | 51   |
| 3.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS                                                  | 51   |
| 3.3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS                                        | 52   |
| 3.4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA                                                           | 53   |
| ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO<br>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021             | 54   |
| 4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS                                                          | 69   |
| ÓRGÃOS SOCIAIS                                                                                  | 70   |
| ANEXO 1 – CRONOGRAMA DA CAMPANHA                                                                | 73   |
| ANEXO 2 – COUNTRY PROFILE                                                                       | 74   |
| ANEXO 3 – PROPOSTA DE AÇÃO NO QUADRO DA CAMPANHA                                                | 77   |
| ANEXO 4 – EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS DA FNSBS                                                       | 79   |
| ANEXO 5 – MAPA ESTRATÉGICO 2020-2025                                                            | 80   |

## ÍNDICE DE QUADROS

|            |                                                     |    |
|------------|-----------------------------------------------------|----|
| QUADRO I   | BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020            | 51 |
| QUADRO II  | DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS           | 51 |
| QUADRO III | DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS | 52 |
| QUADRO IV  | DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA                    | 53 |

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

|            |                                                                                                                                                     |    |
|------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| GRÁFICO 1  | DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE CONSULTAS POR SEGMENTO DE IDADE – 2019                                                                                    | 16 |
| GRÁFICO 2  | DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE CONSULTAS POR SEGMENTO DE IDADE – 2021                                                                                    | 17 |
| GRÁFICO 3  | DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE CONSULTAS POR TIPO DE PROFISSIONAL EM 2019                                                                                | 17 |
| GRÁFICO 4  | DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE CONSULTAS POR TIPO DE PROFISSIONAL EM 2021                                                                                | 17 |
| GRÁFICO 5  | DISTRIBUIÇÃO DOS RASTREIOS 2019 POR PROGRAMA                                                                                                        | 18 |
| GRÁFICO 6  | DISTRIBUIÇÃO DOS RASTREIOS 2021 POR PROGRAMA                                                                                                        | 18 |
| GRÁFICO 7  | PADRÃO DE DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE CONSULTAS EM 2019                                                                                                | 20 |
| GRÁFICO 8  | PADRÃO DE DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE CONSULTAS EM 2021                                                                                                | 20 |
| GRÁFICO 9  | DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS/JOVENS POR CASA DE ACOLHIMENTO                                                                                            | 26 |
| GRÁFICO 10 | DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS/JOVENS POR CASA E GRUPO ETÁRIO                                                                                            | 26 |
| GRÁFICO 11 | DISTRIBUIÇÃO DAS CONSULTAS A CRIANÇAS/JOVENS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO, POR ESPECIALIDADE E TIPO DE CONSULTA                                       | 27 |
| GRÁFICO 12 | DISTRIBUIÇÃO DAS CONSULTAS DE RASTREIO POR PROGRAMAS DE SAÚDE (PADRÃO DAS CRIANÇAS/JOVENS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO)                               | 28 |
| GRÁFICO 13 | PERCENTAGEM DE UTENTES QUE ATRIBUEM, NA AVALIAÇÃO GLOBAL DOS SERVIÇOS DA FUNDAÇÃO, UMA CLASSIFICAÇÃO DE “MUITO BONS”, “BONS”, “REGULARES” OU “MAUS” | 31 |
| GRÁFICO 14 | AVALIAÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS                                                                                                                        | 35 |
| GRÁFICO 15 | AVALIAÇÃO POR SERVIÇO DE SAÚDE                                                                                                                      | 35 |
| GRÁFICO 16 | NOVOS SERVIÇOS NA FUNDAÇÃO                                                                                                                          | 36 |
| GRÁFICO 17 | APOIO DA FUNDAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19                                                                                                  | 36 |
| GRÁFICO 18 | AUTOAPRECIACÃO DO ESTADO DE SAÚDE – FNSBS vs. EUROSTAT                                                                                              | 37 |
| GRÁFICO 19 | AUTOAPRECIACÃO DO ESTADO DE SAÚDE POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – FNSBS vs. EUROSTAT                                                                    | 38 |

Pág.

## ÍNDICE DE FIGURAS

|            |                                                                                        |    |
|------------|----------------------------------------------------------------------------------------|----|
| GRÁFICO 20 | AUTOAPRECIACÃO DO ESTADO DE SAÚDE – PAIS vs. FILHOS                                    | 38 |
| GRÁFICO 21 | INFLUÊNCIA DA FUNDAÇÃO NO ESTADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA                                   | 38 |
| GRÁFICO 22 | PRODUTO INTERNO BRUTO E PROCURA INTERNA (VOLUME) - 1971-2021 TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL, % | 42 |
| GRÁFICO 23 | PIB (VOLUME) E EMPREGO TOTAL (INDIVÍDUOS) – TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL, %                  | 43 |
| GRÁFICO 24 | RESULTADOS LÍQUIDOS                                                                    | 45 |
| GRÁFICO 25 | RENDAS COBRADAS (2011-2021)                                                            | 47 |
| GRÁFICO 26 | ESTRUTURA DA RECEITA (2019-2021)                                                       | 48 |
| GRÁFICO 27 | EVOLUÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES (2013-2021)                                                  | 48 |
| GRÁFICO 28 | EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE CUSTOS TOTAIS (2019-2021)                                     | 49 |

|          |                                                                                                                                            |    |
|----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| FIGURA 1 | RETORNO DE UM DÓLAR INVESTIDO, SEGUNDO A IDADE, TENDO EM CONTA O PERÍODO PRÉ-NATAL                                                         | 6  |
| FIGURA 2 | CRONOGRAMA INDICATIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO 2020-2025 E O PAPEL DOS DOIS PRIMEIROS ANOS NESSE ESFORÇO DE DESENVOLVIMENTO | 10 |
| FIGURA 3 | MODELO DE SAÚDE DA FUNDAÇÃO, DETERMINANTES E RESULTADOS                                                                                    | 15 |
| FIGURA 4 | ESQUEMA DO MODELO DE VIGILÂNCIA DE SAÚDE DA FUNDAÇÃO (CRIANÇAS E JOVENS)                                                                   | 19 |
| FIGURA 5 | DIMENSÕES DO DESAFIO INSERTO NO PLANO ESTRATÉGICO 2020-2025                                                                                | 23 |

Pág.

## INTRODUÇÃO

Em 2021 a Fundação, criada pela senhora D. Maude de Queiroz Pereira, cumpriu 70 anos de serviço dedicado à promoção da saúde e do desenvolvimento humano, através da aposta estratégica na gestação e nos primeiros anos de vida.

A celebração deste aniversário passou:

- i) Pela escuta ativa daqueles a quem tem servido;
- ii) Pelo lançamento de uma campanha PRIMEIROS ANOS. A NOSSA PRIORIDADE, na qual se envolveram ativamente cerca de trinta outras instituições;
- iii) Pela continuidade ininterrupta da atuação dos seus serviços de saúde junto de uma população crescente (que neles encontrou apoio e refúgio em tempos duros de pandemia).

Níveis elevados de satisfação por parte de utentes/clientes da Fundação e o reconhecimento de que o modelo de saúde protagonizado pela Fundação contribui diretamente para uma auto-perceção do estado de saúde mais positiva do que a constatada na demais população;

A convergência de conhecimento, nacional e internacional, nomeadamente sobre os efeitos na saúde ao longo da vida (e com esta, outros efeitos: económicos e sociais) resultantes do investimento na gestação e no desenvolvimento infantil, em torno da qual germina uma nova geração de políticas;

Colocam a Fundação na linha da frente como promotora de saúde: porque pioneira, mas também, cremos, inspiradora.

Como instituição, a sua perenidade (ultrapassando crises económicas e preconceitos) constrói-se, afinal, cumpridos 70 anos, na sua razão de existir -dar e apoiar a vida, na fragilidade do nascimento; dando segurança e propósito a todos os primeiros passos.

**Cuidamos Hoje do Amanhã**





## I – O Contexto do Ciclo Estratégico 2020-2025 e o seu Propósito

## O CONTEXTO DO CICLO ESTRATÉGICO 2020-2025 E O SEU PROPÓSITO

No período até 2025 a Fundação assume o desafio estratégico de colaborar na dinamização, em Portugal, de um ecossistema promotor de uma sociedade saudável e sustentável, pela aposta no investimento nos primeiros anos de vida e na promoção da saúde.

A realidade patente no país, no que respeita ao bem-estar das crianças, mas também o estudo realizado em 2018-2019 com a *School of Business & Economics* da Universidade Nova de Lisboa (NOVASBE) animam a Fundação a trilhar este caminho, interpretando o seu papel de promotora do Bem Geral – como Fundação que é – para além dos limites em que até aqui se continha e cujo desempenho, não obstante, manterá – o de protagonista de um modelo de saúde comunitária focado na saúde materno-infantil e na prevenção da doença.

Com uma população residente em Portugal de cerca de 10,3 milhões de pessoas, 17,6% destas têm até 18 anos (inclusive) e 4,2% têm até 5 anos<sup>1</sup>.

No nosso país, 21,6% das crianças menores de 18 anos encontram-se em risco de pobreza ou exclusão social<sup>2</sup>.

1 INE, 2020 (acedido em 14/02/2022)  
[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0007307&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007307&contexto=bd&selTab=tab2)

2 INE, 2020 (acedido em 14/02/2022)  
[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0006271&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006271&contexto=bd&selTab=tab2)

Vários estudos documentam que, em Portugal, são necessárias pelo menos cinco gerações para que aqueles que nascem em famílias de baixos rendimentos se aproximem da média da sociedade.

A conjugação destes dois dados alerta-nos para a necessidade **urgente** de intervenção junto das novas gerações, nomeadamente pelo investimento em ambientes seguros, caracterizados pela qualidade das relações (com os pais e outros cuidadores) e em uma educação e saúde de qualidade.

Como sociedade, Portugal aparenta não ter ainda compreendido isto. Pouco mais de metade das crianças<sup>3</sup> portuguesas frequentam creches (sendo que isso não se deve ao facto de os pais ou as mães terem licenças parentais de 2 ou mais anos, como por exemplo, nos países nórdicos) e das crianças abandonadas pelos pais ou retiradas às famílias de origem (pelo sistema de proteção), apenas 3%<sup>4</sup> do total se encontram em famílias de acolhimento.

São factos que demonstram que, como sociedade e ao nível das políticas, ainda não tomámos as medidas necessárias para garantir o(s) ambiente e cuidadores de qualidade, necessários ao desenvolvimento infantil, nos primeiros anos de vida.

3 Apenas 53% das crianças portuguesas até aos 3 anos frequentam creches – Fonte: EUROSTAT, 2020 (acedido em 14/02/2022)  
<https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/tps00185/default/table?lang=en>

4 Instituto da Segurança Social, I.P., 2021. *CASA 2020 – Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*.

O estudo<sup>5</sup> concluído em 2019 pela NOVASBE sob o patrocínio da Fundação traduziu-se numa revisão de literatura que, partindo de 250 estudos realizados desde o ano de 2000, analisou detalhadamente 39 desses estudos, associados a projetos realizados na Europa e nos Estados Unidos.

O objetivo do estudo era, através de uma revisão de literatura ampla, reconhecer impactos de curto, médio e longo prazos, das intervenções realizadas no acompanhamento da gestação e na infância e que contassem com componentes de saúde.

**Foram encontrados efeitos na saúde ao longo da vida**, na participação e sucesso escolares e outros sociais (menores taxas de gravidez na adolescência e menores taxas de participação em atividades criminosas, por exemplo) e económicos (resultantes nomeadamente de menor desemprego, melhores rendimentos, menor apoio por subsídios sociais, etc...).

Entre os efeitos na saúde ao longo da vida conta-se nomeadamente a menor incidência de doenças crónicas (facto que é significativo dado que estas doenças representam já hoje aproximadamente entre 70% e 80% da despesa pública de saúde)<sup>6</sup>.

É possível ainda concluir deste estudo que **intervir mais cedo é melhor** (os resultados ao longo da vida e nas várias vertentes são melhores quando a intervenção começa com o acompanhamento da gravidez) e **intervir nos vários estádios de desenvolvimento também é melhor** (do que uma intervenção apenas focada num só desses estádios).

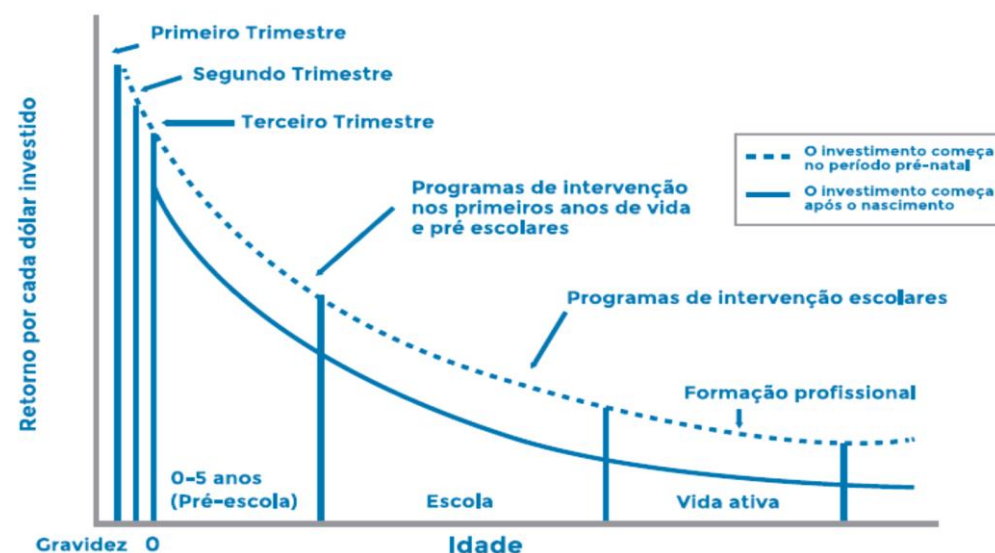


Figura 1 – Retorno de um dólar investido, segundo a idade, tendo em conta o período pré-natal  
Fonte: Doyle et al. (2009)

E, consolidando-se o corpo de conceitos e de conhecimentos científicos em torno do que, o *Center on the Development Child da Harvard University*, denomina ser de primeira geração do ecossistema de investimento nos primeiros anos de vida (ECD.01), vem este em

5 Gonçalves, J., Valadas, F. (2018). "Intervir na Infância: quais os resultados nos domínios da saúde, escolaridade, social e económico?", FNSBS, Lisboa.. Disponível em: [https://fnsbs.pt/images/livros/Intervir\\_na\\_infancia\\_resultados\\_em\\_saude\\_escolaridade\\_social\\_economia.pdf](https://fnsbs.pt/images/livros/Intervir_na_infancia_resultados_em_saude_escolaridade_social_economia.pdf)

6 CHRODIS+, 2018. *Health Promotion and Primary Prevention in 21 European Countries: A Comparative Overview of Key Policies, Approaches, Examples of Good Practice, and Gaps and Needs*. Brussels.

janeiro de 2022 afirmar a necessidade de uma segunda geração deste ecossistema (ECD.02) colocando-se agora o foco: i) nos desafios da saúde ao longo da vida; ii) no desenvolvimento saudável; e iii) no estímulo à inovação e eficácia das respostas face às necessidades das crianças e famílias em diferentes contextos.

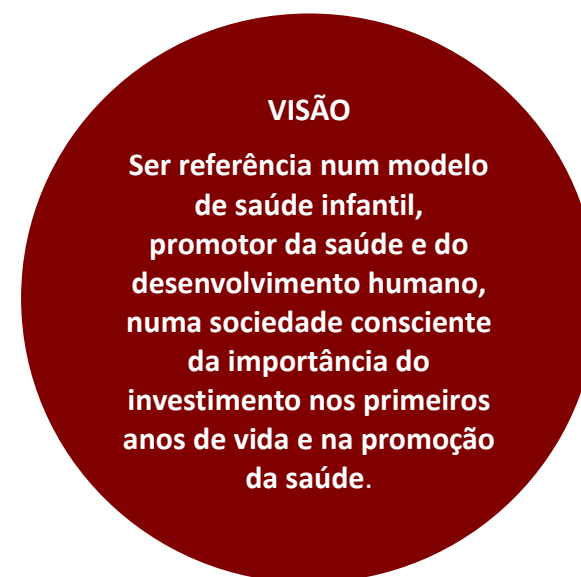
Deste modo a filosofia de atuação da Fundação e a Visão que esta ousa concretizar até 2025 surgem em total alinhamento com esta perspectiva. Na nova geração de políticas será colocada a ênfase na influência que a saúde e o desenvolvimento infantil têm na saúde ao longo da vida.

### New Science for a New Era in Early Childhood Policy and Practice

| <b>ECD 1.0: Science of Early Brain Development in an Environment of Relationships</b>                                      |   | <b>ECD 2.0: Connecting the Brain to the Rest of the Body in a Broader Ecological Context</b>                                                                                                  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Impacts of “serve and return” interactions on developing brain architecture and building blocks of resilience.             | + | Impacts of conditions and experiences beyond caregiving that are built into many biological systems, as well as the brain.                                                                    |
| Effects of toxic stress on brain circuits, with negative implications for early learning and social-emotional development. | + | Effects of a range of disruptions (e.g., toxic stress, chemical exposures, air pollution) on multiple developing systems, with negative implications for lifelong physical and mental health. |
| Importance of enriched learning experiences to strengthen children’s readiness to succeed in school.                       | + | Importance of preventing or reducing effects of early adversities to promote physical and mental health across the lifespan.                                                                  |
| Focus on negative impacts of poverty, maltreatment, maternal depression, addictions, and violence.                         | + | Expanded focus on structural inequities to include the cumulative threats and burdens of systemic racism.                                                                                     |
| Definition of “evidence-based” programs based on what works, on average.                                                   | + | Focus on Individual variation in sensitivity to the environment and on which interventions work for whom, why, and in what contexts.                                                          |
| Research on brain development has led to increased support for Pre-K at age 4.                                             | + | Research on developing immune and metabolic systems calls for more attention to prenatal period and early infancy.                                                                            |

Center on the Developing Child  HARVARD UNIVERSITY

Fonte: [Re-Envisioning Early Childhood Policy and Practice in a World of Striking Inequality and Uncertainty - Center on the Developing Child at Harvard University](#)



FUNDAÇÃO  
Nossa Senhora  
do Bom Sucesso | 70  
anos



## II – Relatório de Atividades

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES

### 1. O ANO DE 2021

Sob o mote **DESPERTAR e INTERPELAR** os anos, 2020 e 2021, constituíram a primeira etapa de um ciclo estratégico de seis anos no qual, mantendo a dedicação a um modelo de saúde infantil acessível a todos (que se pretende de referência), a Fundação procura, para além dele:

- i) **Partilhar e disseminar** boas práticas e conhecimento, também o produzido por terceiros, no país e fora dele;
- ii) **Inovar**, no seu modelo de base comunitária (nomeadamente com recurso a novas tecnologias) e nas práticas colaborativas;
- iii) E, gerando e integrando dinâmicas de rede, **promover o ganho de consciência social** em Portugal sobre a importância do investimento nos primeiros anos de vida e na promoção da saúde.

Este acréscimo de consciência na sociedade portuguesa é condição de criação de um futuro sustentável e reveste-se de importância crítica para promover o reconhecimento da importância do modelo de saúde da Fundação e potenciar a sua capacidade inspiradora (ver Figura 2 na página seguinte).

No essencial, podemos afirmar que esta primeira etapa (concretizada no período 2020-2021) cumpriu o seu principal desígnio - **DESPERTAR/INTERPELAR**.



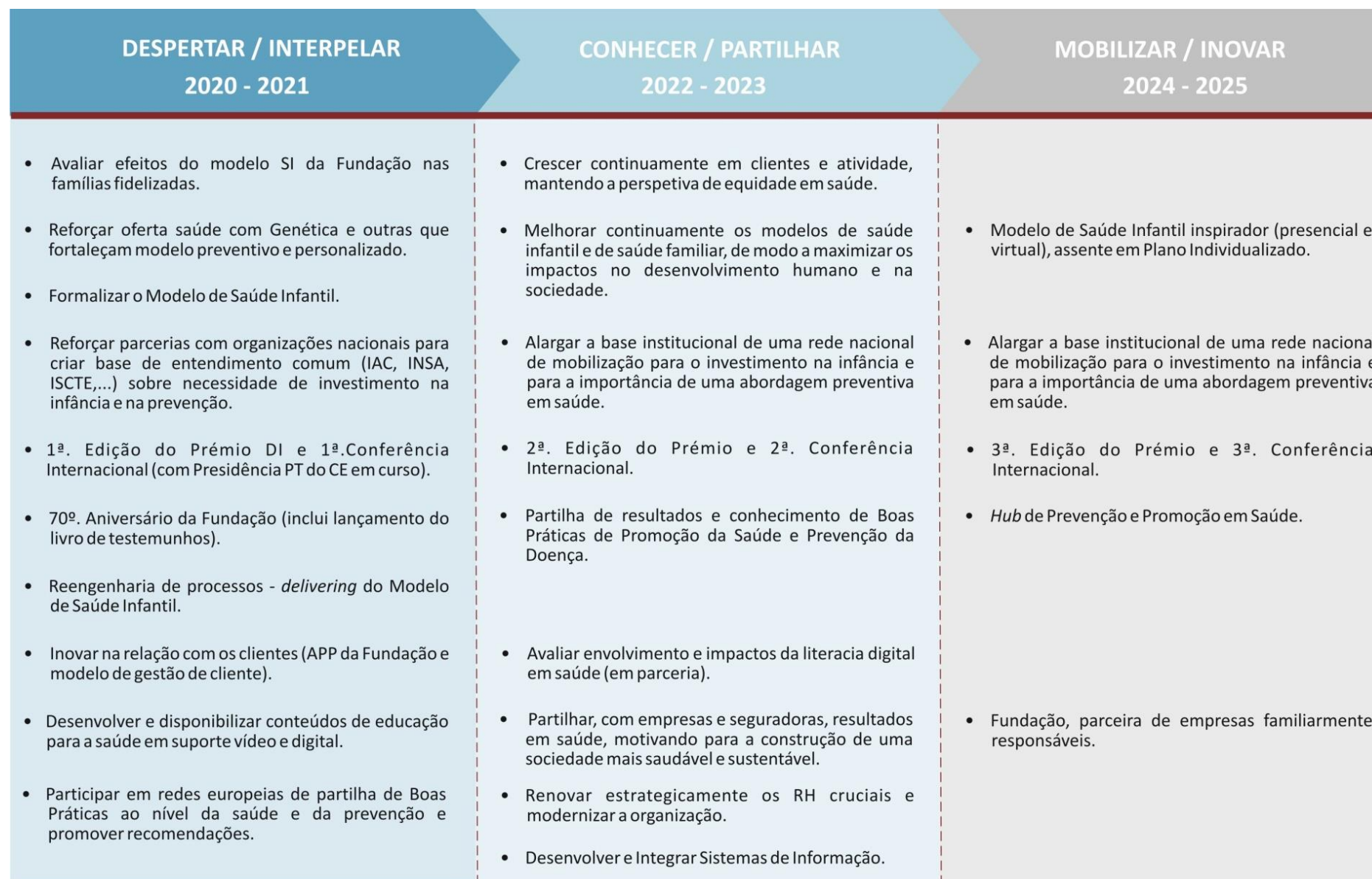


Figura 2- Cronograma indicativo de desenvolvimento do Plano Estratégico 2020-2025 e o papel dos dois primeiros anos nesse esforço de desenvolvimento

### 1.1. A CAMPANHA PRIMEIROS ANOS.A NOSSA PRIORIDADE

Aproveitando um alinhamento de organizações internacionais em torno da iniciativa – aliança para o investimento estratégico na infância (que inclui uma *Child Guarantee* na União Europeia até 2027), a Fundação assumiu a liderança em Portugal da campanha **First Years First Priority**. E, neste contexto, promoveu a criação de uma forte coligação nacional constituída já por 27 entidades que representam milhares de organizações em Portugal.

Estas organizações dinamizaram mais de 30 ações num período de seis meses, partilharam recursos numa plataforma comum, produziram múltiplos testemunhos sobre a importância crítica dos primeiros anos de vida, produziram propostas de ação que apresentaram ao Governo e ao Presidente da República, conseguiram o Alto Patrocínio deste e o apoio público e compromisso da Ministra do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social e viram as suas mensagens mediatizadas em mais de 45 artigos, entrevistas e programas de televisão. O registo em video do

evento corolário desta campanha, promovido no palco da Fundação Calouste Gulbenkian em setembro de 2021 por iniciativa da FNSBS, sob o título – “**Os Primeiros Anos Contam! e agora?**”- contava, apenas um mês depois, já com mais de 4.000 visualizações.

Identificada, como fator crítico do Plano Estratégico 2020-2025, a **qualidade dos parceiros** que a Fundação conseguisse mobilizar para cumprir o desiderato estratégico, importa aqui registar que está verificado com sucesso este fator. Entre estes contam-se: instituições académicas (com destaque especial para a NOVA SBE e para o ISPA), organizações da sociedade civil (como o Instituto de Apoio à Criança - IAC, incontornável na abordagem da temática da Criança), organizações representativas (União das Misericórdias Portuguesas - UMP, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social - CNIS, Associação dos Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo - AECP), organizações públicas nacionais intersectoriais (Comissão Nacional da Promoção dos Direitos e da Proteção das Crianças e Jovens - CNPDPCJ e Sistema Nacional da Intervenção Precoce na Infância - SNIPI) e a UNICEF...



Concretizando o cronograma (vide anexo 1) acordado em sede de memorando de entendimento assinado (em setembro de 2020) com as entidades promotoras da campanha europeia – EUROCHILD. International Step by Step Association, Roma Education Fund e European Public Health Association, a Fundação lançou a campanha **Primeiros Anos A Nossa Prioridade** em março de 2021. Para além da constituição da forte coligação referida supra (que se materializou na assinatura de protocolos institucionais, na partilha de estudos e outra documentação relevante para o desenvolvimento da campanha e no desenho e concretização de um plano conjunto de 35 ações), foram ainda, a título não exaustivo:

- i) Produzidos 24 testemunhos públicos editados em vídeo ou publicados na plataforma comum;
- ii) Divulgados 26 artigos científicos resultantes de uma *Call for papers* lançada pela Fundação no intuito de sistematizar o mais recente conhecimento produzido em Portugal em torno da temática do Desenvolvimento Infantil. Estes artigos centraram-se sobretudo na Pobreza e Exclusão; Saúde e Nutrição; Educação e Inclusão;
- iii) Produzido (e amplamente partilhado) um Perfil de país (anexo 2) de modo a apoiar a tomada de consciência da situação nacional e a sua comparação com a dos outros países envolvidos na campanha, de modo a tornar mais clara a necessidade de esboço de metas e planos de superação dos *déficits* nacionais em matéria de políticas de promoção do desenvolvimento infantil;

- iv) Uma proposta conjunta dos parceiros para um Plano de Ações (anexo 3) a empreender a curto prazo, visando a superação das debilidades nacionais;
- v) Criado o site (plataforma comum) e editados para ampla divulgação os folhetos da Visão da campanha e dos perfis nacionais;
- vi) Promovido um *Big Meeting* “**Os Primeiros Anos Contam! e agora?**”, reunindo no palco da Fundação Calouste Gulbenkian, seis meses após o início da campanha, todos os parceiros, o essencial das suas mensagens e a tendencial convergência: a. da necessidade de novos passos e b. da urgência de partilhar com toda a sociedade quão importantes são os primeiros anos de vida em linha com o que a ciência hoje afirma já sem rodeios<sup>7</sup>.



<sup>7</sup> <https://primeirosanos.com/>

Em suma, a campanha permitiu criar um movimento de progressiva tomada de consciência sobre o atraso português em relação à importância que é devida aos primeiros anos de vida enquanto meio de construção de uma sociedade mais saudável e sustentável e gizou um plano de ação em torno dos temas: importância educativa das creches e necessidades de alargamento da respetiva rede; urgência da desinstitucionalização de crianças em situação de acolhimento; necessidades de acesso real em tempo a uma saúde de qualidade e de alargamento do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância. A campanha permitiu e contou ainda:

- i) o envolvimento direto da Senhora Ministra do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social, com a tomada de medidas expressivas de que são exemplo a gratuidade das creches e a adoção de uma Garantia para a Infância no âmbito da Presidência portuguesa da União Europeia;
- ii) Com o Alto Patrocínio do Senhor Presidente da República Portuguesa;
- iii) O Patrocínio de empresas (Semapa e Navigator) e da Fundação Calouste Gulbenkian;
- iv) O co-financiamento pelo consórcio responsável pela campanha europeia **First Years First Priority**.



## 1.2. O CRESCIMENTO DE UMA ATIVIDADE DE SAÚDE QUE INSPIRA, EM EQUILÍBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

Ao nível do acesso a cuidados de saúde de qualidade, Portugal apresenta algumas debilidades importantes:

- a) Um sistema dual e não focado na prevenção e no acesso em tempo. Apesar do acesso universal consagrado constitucionalmente e materializado no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS), facto é que, para uma consulta de especialidade (só disponível no âmbito hospitalar), as listas de espera já eram, antes da pandemia, de meses ou anos, podendo comprometer e comprometendo mesmo a viabilidade de deteção e intervenção precoces, bem como a total recuperação, possível noutro cenário para muitas crianças. Quem tem acesso a seguros ou outros sub-sistemas (caso por exemplo da ADSE) tem a possibilidade de superar estas listas de espera e daí a dualidade referida, ou seja, regimes diferenciados de acesso no seio da sociedade portuguesa, deixando privada, de cuidados em tempo, a população de menores recursos.
- b) Mesmo no âmbito da oferta privada de saúde a prioridade da abordagem é o foco na doença e no seu tratamento, não havendo em regra rastreios programados para crianças que permitam a deteção precoce de desvios no processo de desenvolvimento e a sua estimulação/recuperação precoces.

Muitas vezes é perante os sinais de insucesso escolar que pais e educadores pedem esses rastreios, já finda a janela de maior oportunidade de intervenção.

- c) Um dos maiores níveis de pagamento direto de despesas de saúde (*out-of pocket*) por parte das famílias no espaço europeu – de 30%<sup>8</sup>

Por todos estes motivos, o modelo de saúde protagonizado pela Fundação desde 1951 mantém total pertinência como proposta de valor para a sociedade portuguesa. Contém um modelo de saúde infantil, a par de outros existentes a nível europeu (com traços potencialmente transferíveis para outros sistemas e contextos) e que está alinhado com uma Teoria da Mudança muito próxima da detetada no estudo<sup>9</sup> promovido pela Fundação em 2018/2019, realizado pela NOVASBE e já anteriormente referido. Senão vejamos:

<sup>8</sup> Sob a designação de Out-of-Pocket – Fonte: OECD (2021). *Health at a Glance: OECD Indicators*. OECD Publishing, Paris. <https://doi.org/10.1787/ae3016b9-en>.

<sup>9</sup> “Intervir na Infância: Quais os resultados nos domínios da saúde, escolaridade, social e económico)” e-book disponível em: [https://fnsbs.pt/images/livros/Intervir\\_na\\_infancia\\_resultados\\_em\\_saude\\_escolaridade\\_social\\_economia.pdf](https://fnsbs.pt/images/livros/Intervir_na_infancia_resultados_em_saude_escolaridade_social_economia.pdf)

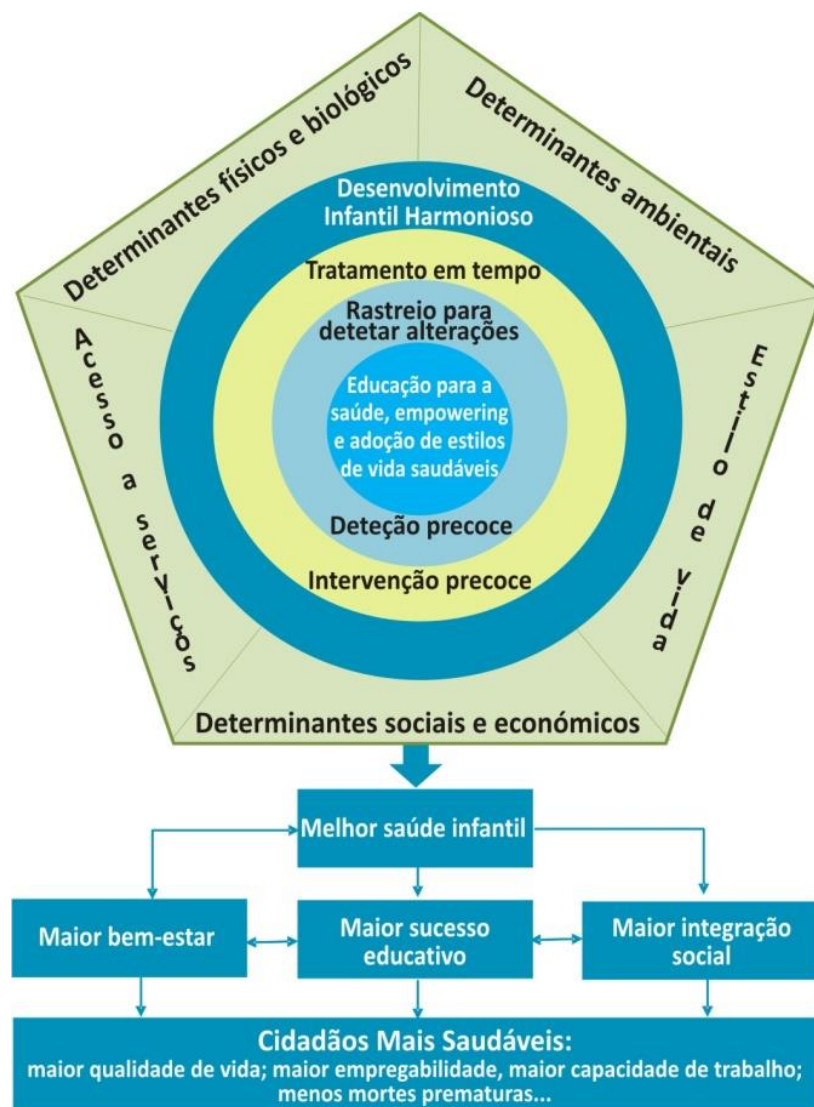


Figura 3 - Modelo de saúde da Fundação, determinantes e resultados

- i) Na saúde oral, os ganhos de saúde obtidos com o Programa de Saúde Oral são visíveis e reconhecidos (recorde-se que a Fundação foi premiada neste âmbito com a Menção Honrosa Resultados em Saúde do Prémio Saúde Sustentável 2018; o Prémio Melhor Poster 2019, no âmbito do XIX Congresso da Associação Portuguesa de Higienistas Orais; e objeto de divulgação internacional (poster apresentado na Assembleia Geral da EuroHealthNet e notícia publicada na e-news da EUROCHILD);
- ii) O período estratégico 2012-2019: desafiou o modelo de base comunitária da Fundação (passando a servir a população, de 2 para 202 freguesias); duplicou a sua base de utentes; complementou o modelo de saúde infantil com uma área mais robusta de intervenção precoce (psicologia, terapia da fala, psicomotricidade e pedopsiquiatria); bem como fortaleceu os efeitos da sua componente preventiva – elevando as idades de cobertura – e o seu âmbito - acrescentando medicina geral e familiar, nutrição, desenvolvimento de competências parentais e terapia familiar, por exemplo;
- iii) As alterações referidas no ponto anterior foram efetivadas sem perda dos níveis de satisfação de utentes<sup>10</sup> e sem aumento global dos custos diretos de saúde;

<sup>10</sup> Na avaliação de satisfação de 2021/22, 97,9% dos utentes classificam os serviços da Fundação como “Muito Bons” (64,2%) ou “Bons” (33,7%), enquanto em 2013 foram 96% a dar a classificação de “Muito Bons” (52,7%) ou “Bons” (43,3%).

- iv) O número de consultas realizadas por ano ultrapassou, em 2019, o número de 15.000 (consagrando um crescimento próximo dos 50% no período 2012-2019);
- v) Cerca de 30% dos utentes da Fundação beneficia de alguma bonificação ou isenção de pagamento dos serviços (dada a sua condição socioeconómica) e 50% da atividade atual é-lhes dirigida.

Para o período 2020-2021, a Fundação assumiu como objetivos no âmbito desta Linha:

- i) Crescer em utentes e atividade entre os 5% e os 7,5%, por ano;
- ii) Consolidar a oferta no perfil atingido em 2019 e que já incorporou também a Terapia Familiar, inclusive como meio de conferir maior eficácia à intervenção sobre as crianças e adolescentes;
- iii) Manter-se especialmente atenta às evoluções técnica e científica (pelo seu potencial de aplicação sobre a pediatria, mas também de personalização das estratégias) nas áreas da Genética, Neuro-desenvolvimento; Imuno-alergologia e doenças do metabolismo.

Dada a situação pandémica tornou-se muito difícil a concretização do primeiro destes objetivos neste grupo de anos. Contudo, o objetivo de consolidação da oferta foi um desafio aceite, podendo constituir a COVID-19 uma oportunidade maior de perceção, por parte dos utentes e da sociedade em geral, do posicionamento distintivo da Fundação.

Atingir o termo de 2021 preservando o número de utentes (na ordem dos 6.000) e recuperando um nível de atividade similar ao do final de 2019 (na ordem das 16.000 consultas) foi o novo objetivo traçado e que foi efetivamente concretizado.

No ano de 2020 (com 9,5 meses marcados pela pandemia e fortes restrições nomeadamente à mobilidade) foi observado um crescimento de utentes de 10,9% ao ano, apesar de um decréscimo global da atividade em 14,5%. O ano de 2021, não obstante o contexto pandémico, registou por sua vez um crescimento de cerca de 9% de utentes e de 19% da atividade.

Tendo-se retomado ao cabo deste ano o nível de atividade global de 2019 há, no entanto, ligeiras diferenças de padrão:

- a. Na distribuição de consultas por segmento de idade denotando-se um crescimento mais intenso e, em consequência, uma proporção ligeiramente maior das consultas dirigidas a crianças e jovens;

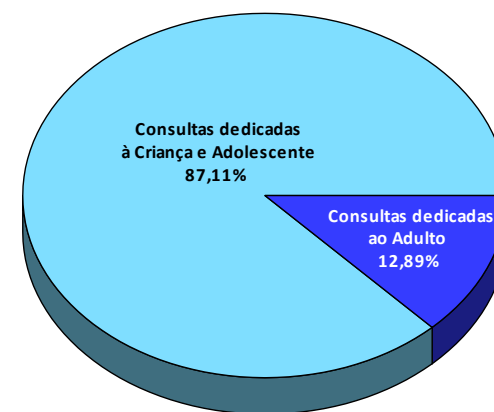


GRÁFICO Nº 1- Distribuição do número de Consultas por segmento de idade-2019

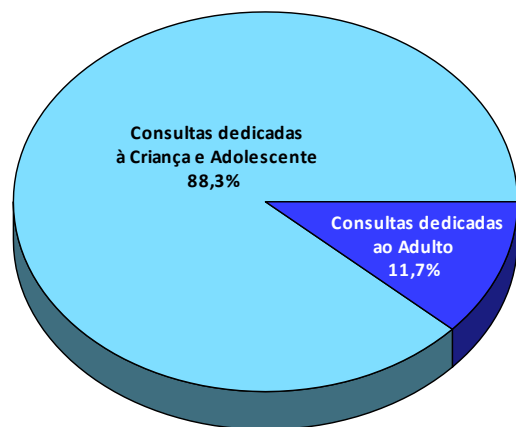


GRÁFICO Nº 2- Distribuição do número de Consultas por segmento de idade-2021

- b. Na distribuição do número de consultas por tipo de profissional, a continuidade do crescimento das especialidades abertas em 2013 (no intuito de, enfatizando o foco na prevenção da doença, mas também sendo uma resposta efetiva a falhas de mercado então identificadas), tendência da qual resulta um ganho de proporção relativa entre 2019 e 2021 de 11,5%.

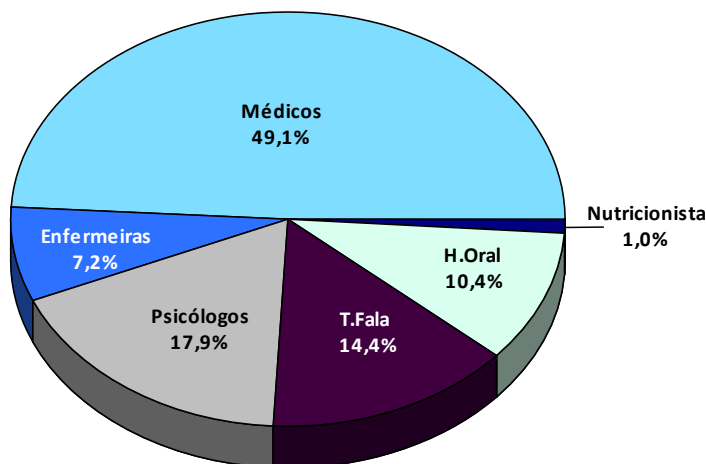


GRÁFICO Nº 3 – Distribuição do Número de Consultas por Tipo de Profissional em 2019

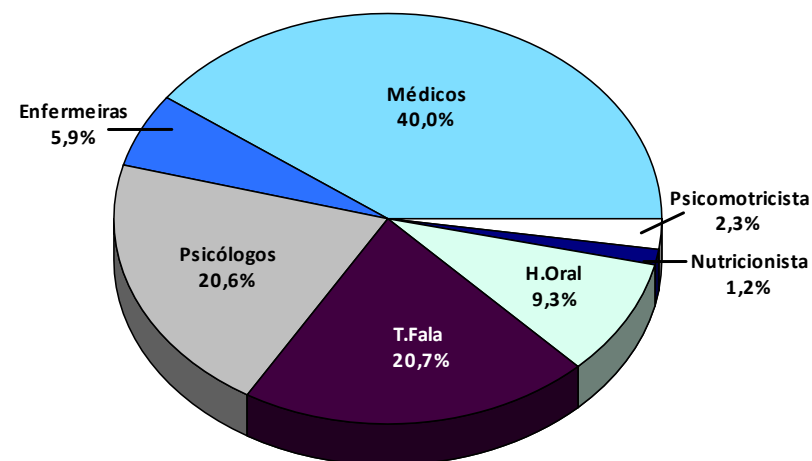


GRÁFICO Nº 4 – Distribuição do Número de Consultas por Tipo de Profissional em 2021

Referimo-nos em especial às especialidades de Psicologia (Infantil e Jovem), com forte pressão de crescimento no contexto pandémico, mas também à Terapia da Fala e à Psicomotricidade. A pandemia trouxe agravantes à saúde mental dos portugueses muito especialmente à das crianças e jovens<sup>11</sup>.

- 11 - Costa, C.V., Ticló, S.S., Ferreira-Carvalho, R., Delgado, R.M., Lobarinhas, M.J., Teixeira, G., Sousa, M.C., Cordovil, C., Henrique, S. & Goldschmidt, T. (2021). "Avaliação de Sintomas Psiquiátricos Durante o Confinamento no Contexto da Pandemia COVID-19 numa População Clínica Pedopsiquiátrica". Disponível em: <http://www.revistapsiquiatria.pt/index.php/sppsm/article/view/176>
- Loureiro, M.A. (2020). "O impacto da pandemia pela COVID-19 nos Adolescentes e Jovens: revisão crítica da literatura". Dissertação de Mestrado, ISPA. Disponível em: <https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/8013/1/6805.pdf>
- Reis, F.P., Amaro, Rita, Silva, F.M., Pinto, S.V., Barroca, I., Sá, T., Carvalho, R.F., Cartaxo, T. & Boavida, J. (2021). "Impacto do Confinamento em Crianças e Adolescentes". Acta Med Port 2021 Apr;34(3):245-246 Disponível em: <https://doi.org/10.20344/amp.15854>

c. Na proporção de consultas dedicadas a rastreios (visando a deteção precoce de problemas e desvios e a rápida intervenção). Neste domínio são patentes:

- i) Uma redução de 36% para 30% da percentagem de consultas de rastreio face ao total realizado;
- ii) Um crescimento relativo da proporção dos rastreios realizados a crianças e jovens (com especial expressão nas áreas de saúde infantil e saúde oral), em detrimento da proporção de rastreios realizados no âmbito da saúde da mulher - especialidade de ginecologia/obstetrícia.

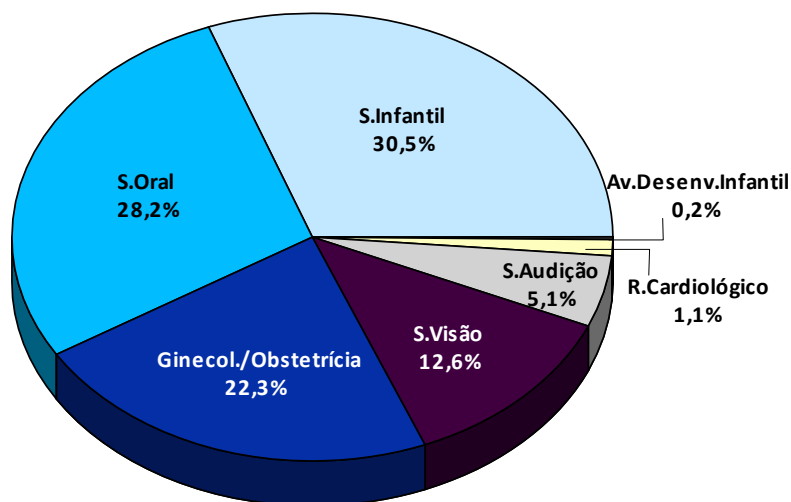


GRÁFICO Nº 5 – Distribuição dos Rastreios 2019 por Programa

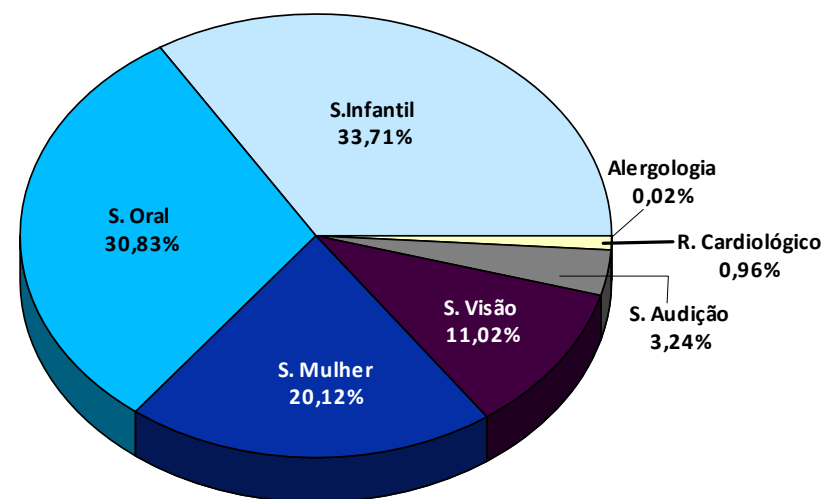


GRÁFICO Nº 6 – Distribuição dos Rastreios 2021 por Programa

Associados a estes factos poderão, no entanto, estar a redução global da natalidade<sup>12</sup> operada no contexto pandémico e as restrições de mobilidade que limitaram as deslocações a necessidades consideradas essenciais.

12 INE (2022). Estatísticas Vitais – dados mensais – janeiro 2022. Disponível em [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=526266259&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=526266259&DESTAQUESmodo=2) (acedido em 21/2/2022)

No modelo de saúde da Fundação são, todavia, cruciais os rastreios a par da educação para a saúde. Prevenção da ambliopia precoce, de perdas de audição, da cárie dentária, de problemas de desenvolvimento infantil ou o rastreio do cancro do colo do útero, de ovários e da mama, são alguns dos objetivos prosseguidos no programa de rastreios ajustado aos riscos específicos de cada pessoa.

Apenas a deteção precoce permite uma intervenção terapêutica precoce aproveitando a janela de oportunidade de ouro que os primeiros anos de vida contêm. Por este motivo, no ano de 2021, os rastreios representaram:

- 76% da atividade de saúde infantil;
- 65% das consultas de saúde da visão e da saúde oral;
- 55% da atividade de cardiologia pediátrica;
- 25% da atividade de saúde da audição.

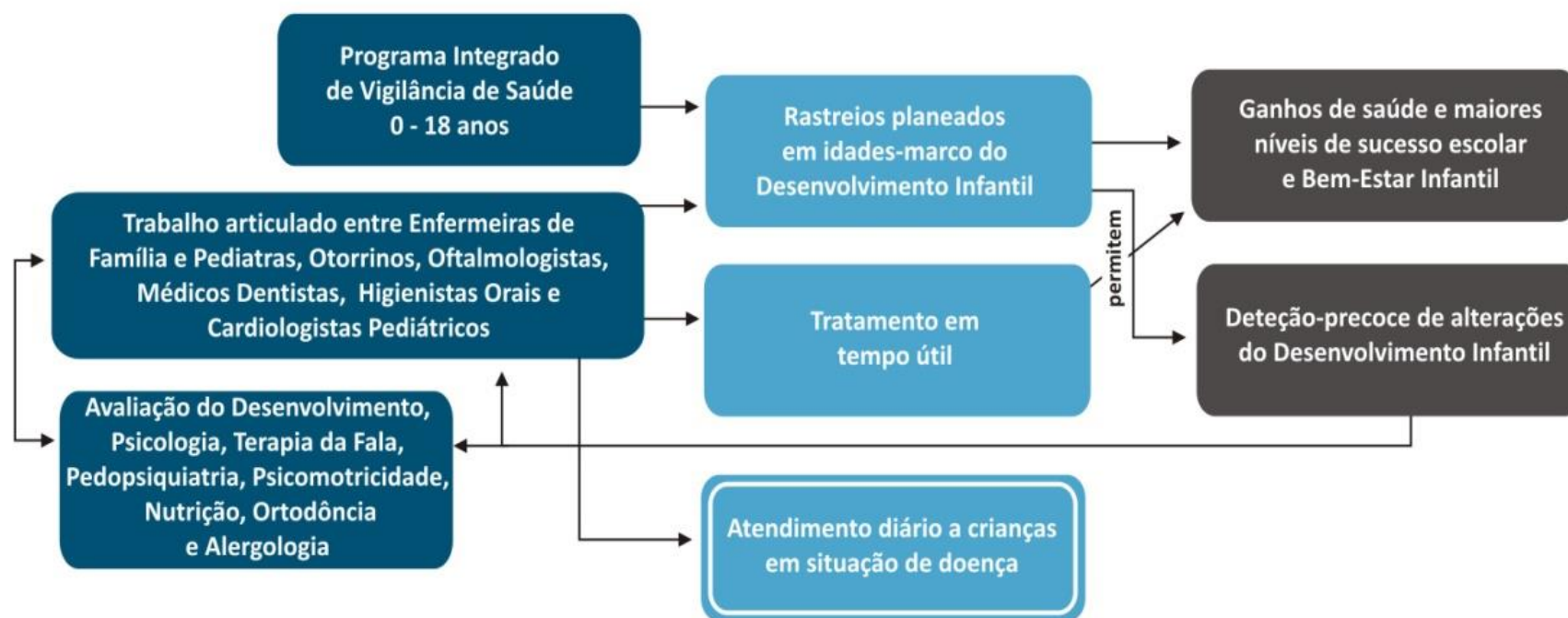


Figura 4 – Esquema do Modelo de Vigilância de Saúde da Fundação (crianças e jovens)

Os crescimentos de atividade mais significativos registaram-se, designadamente em:

- i) Terapia Familiar e Psicomotricidade, ambas com incrementos superiores a 70% face a 2020 e aumentos muito consideráveis face mesmo a 2019 (o que se explica pelo facto de serem das últimas especialidades a completar a oferta de saúde da Fundação);
- ii) Cardiologia pediátrica, nutrição, psicologia e terapia da fala, com incrementos próximos ou acima dos 40%, face a 2020, e de entre os 12% e os 20%, face a 2019.

Por este motivo surgem com maior peso proporcional no padrão de distribuição das especialidades em 2021, comparativamente com 2019, a Cardiologia Pediátrica, a Terapia da Fala, a Psicomotricidade, a Terapia Familiar, a Nutrição e a Psicologia, mas também a Pedopsiquiatria e a Saúde Familiar (também introduzidas após 2013 na oferta da Fundação: a primeira para potenciar os ganhos de saúde promovidos pela interiorização de estilos de vida saudáveis e o eficaz controlo das doenças crónicas; a segunda por necessidade absoluta de responder a crianças e jovens em vigilância, a carecer da especialidade e sem outra resposta disponível em tempo).

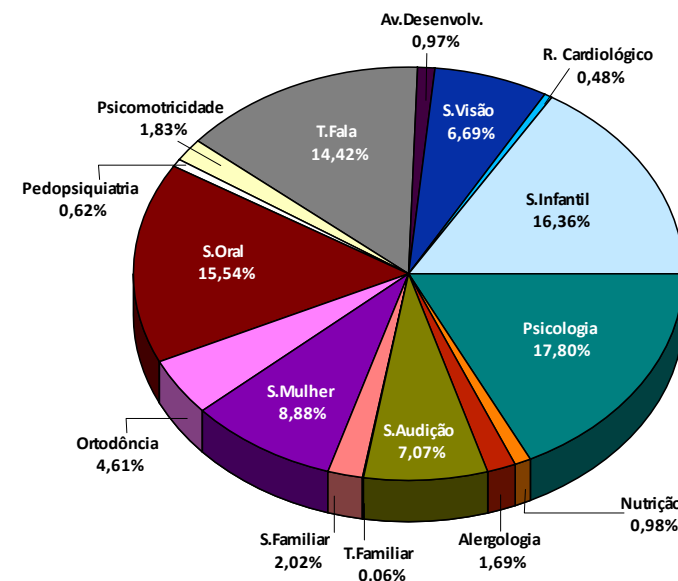


GRÁFICO Nº 7 – Padrão de Distribuição do Total de Consultas em 2019

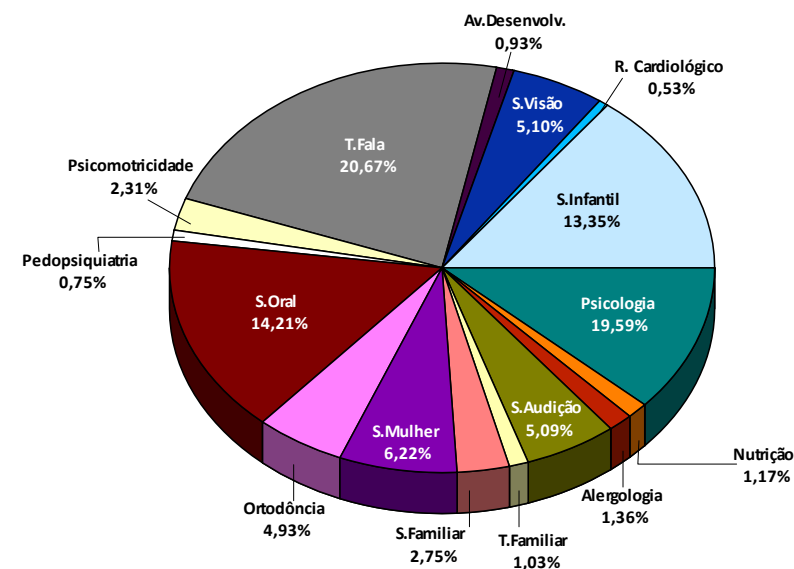


GRÁFICO Nº 8 – Padrão de Distribuição do Total de Consultas em 2021

Durante o ano de 2021 os serviços de saúde da Fundação mantiveram-se sempre em pleno funcionamento e em linha de continuidade com as respostas desenvolvidas em 2020 para fazer face ao contexto pandémico, nomeadamente:

- i) Mantendo a possibilidade de recurso à teleconsulta e teleaconselhamento, sempre que indicados;
- ii) Edições remotas de Programas de grupo, quando necessário e adequado;
- iii) Promoção de *workshops* em formato de *webinar*;
- iv) Manutenção da Linha de Apoio Psicológico (acessível a qualquer pessoa de modo gratuito);

- v) Intensificação das informações associadas à doença COVID-19 e à promoção da saúde (vacinação, teste pezinho, cuidados de visão e audição, alimentação saudável,...) através do site institucional, redes sociais e e-news.

Nesta última linha foram ainda produzidos vídeos adicionais, exibidos designadamente na PEDIPEDIA <sup>13</sup> e no site institucional essencialmente nos domínios da higiene e saúde oral, bem como sobre massagem infantil. Foram também produzidos em formato digital os diversos folhetos informativos nas áreas da saúde infantil e saúde mulher, e produzidos novos títulos de atual pertinência como “Os primeiros mil dias de vida”, “A vigilância da saúde da visão”, “Medicamentos e crianças” e “A internet e o acesso a ela”, exibidos no site da Fundação.



13 A PEDIPEDIA é uma enciclopédia pediátrica on-line disponível e consultável no site <https://pedipedia.org/>

Em matéria de *webinars*, especial destaque para os promovidos:

- i) Junto das famílias beneficiárias (pais de crianças de 2 anos) da atividade da Associação para a Proteção da Infância à Ajuda (APIA) centrados nas temáticas da “A importância da alimentação na saúde da criança” e “Desfraldar-como tirar as fraldas do meu filho”;
- ii) No âmbito do Programa de Promoção para o Parto e a Parentalidade.

Digno de idêntico destaque ainda o trabalho desenvolvido no âmbito da colaboração com:

- i) o Centro Helen Keller beneficiário no ano da promoção de quatro sessões educativas sobre Higiene Oral e Alimentação Infantil destinadas a 40 crianças em idade de jardim de infância (entre os 3 e os 6 anos);
- ii) o Instituto de Apoio à Criança, através da ampla divulgação e adoção na Fundação da Carta da Criança (a qual contou também com o apoio do Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil a cargo da Direção-Geral de Saúde);
- iii) as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, através de troca de informações contínua sobre utentes em vigilância, em novas avaliações solicitadas pelas mesmas ou através de comunicações em encontros nacionais, de que foi exemplo o V Encontro de Saúde Mental e Família: “Novos tempos, que caminhos?” promovido pela CPCJ da Amadora (15.12.2021);

- iv) ISPA e a Plataforma Crescer Melhor em Cascais, através da participação com comunicações no Colóquio Educação (ISPA, 09.07.2021) e Encontro de reflexão com a comunidade educativa (Ao Fim da tarde também é dia, 29.09.2021).

Em suma, a Fundação em 2021 registou na sua atividade progressos nas várias dimensões previstas no Plano Estratégico (ver Figura 5 na página seguinte): mantendo-se viva como promotora de uma comunidade de demonstração de saúde infantil e prevenção; inovando; partilhando e disseminando conhecimento e influenciando.



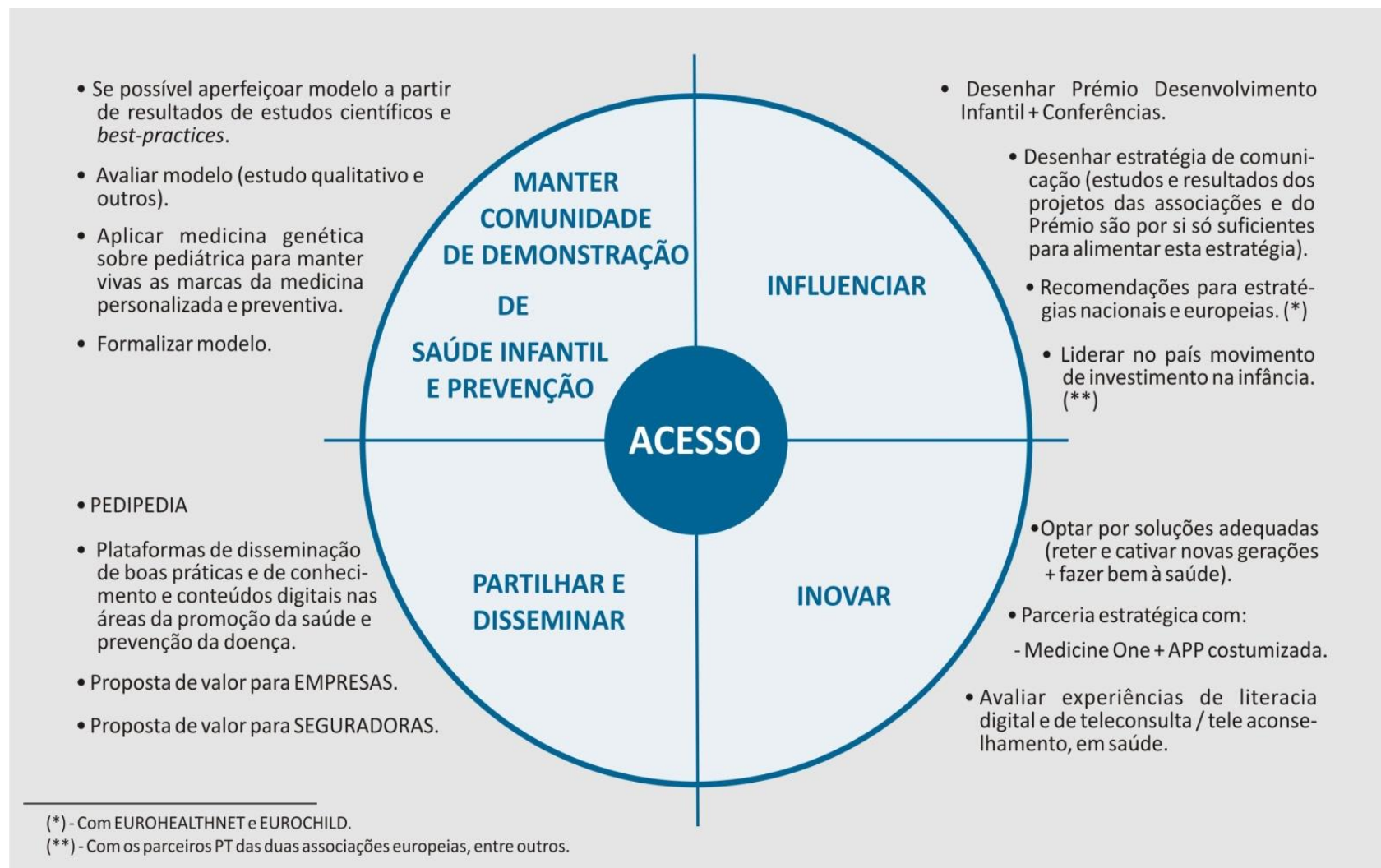
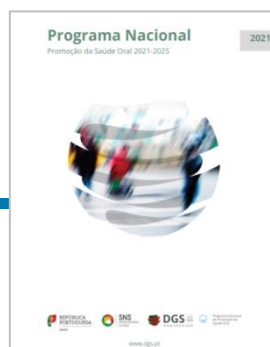


Figura 5 – Dimensões do desafio inserto no Plano Estratégico 2020-2025

Neste último campo, o de percorrer um itinerário de influência inspirador para a sociedade portuguesa, são de destacar como principais iniciativas em 2021:

- i) os contributos da Fundação em sede de Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral (2021-2025)<sup>14</sup>, os quais foram genericamente acolhidos no mesmo;
- ii) o contributo, em sede de consulta pública, para a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (2021-2030)<sup>15</sup>, a qual veio a destacar como um segmento central e prioritário as crianças;
- iii) a advocacia em prol da adoção de uma Garantia para a Infância, a nível europeu e nacional, a qual veio a ser institucionalizada a nível europeu no âmbito da presidência portuguesa da União Europeia.



14 Acessível em <https://nocs.pt/programa-nacional-saude-oral/>

15 Resolução de Conselho de Ministros nº 184/2021, publicada no Diário da República n.º 251/2021, Série I de 2021-12-29, páginas 19 - 30

### 1.3. A URGÊNCIA DE APOIAR AS CRIANÇAS E JOVENS QUE PASSAM POR INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

Em Portugal existem (segundo dados de 2020) mais de 6.700<sup>(16)</sup> crianças em situação de acolhimento. Em 2014, a FNSBS iniciou um apoio de vigilância de saúde e de estimulação do desenvolvimento a crianças acolhidas temporariamente (para definição do respetivo projeto de vida, uma vez retiradas às famílias de origem por decisão judicial) em três casas de acolhimento institucional da CrescerSer – Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família. Referimo-nos às Casas da Encosta (Carcavelos), do Parque (Outurela) e do Infantado (Loures), com capacidade para acolherem em simultâneo até 34 crianças, com idades compreendidas entre os 0 e os 12 anos e com um tempo médio de permanência nas Casas de cerca de 18 meses.

Desde essa altura (2014), várias foram as solicitações por parte de outras instituições para que as crianças/jovens que acolhem beneficiassem também dessa vigilância de saúde, tendo a Fundação acedido a todos os pedidos. Assim, no ano de 2021, são 16 os centros de acolhimento/lares de infância e juventude englobados neste projeto, a saber:

- Casa do Parque
- Casa da Encosta

- Casa do Infantado
- Casa do Gil
- Lar de Adolfo Coelho
- Lar Especializado Entre Mundos
- Casa Maria Droste
- Casa das Fundadoras
- Casa Manuel Kac
- Casa Lions
- Casa Van Leer
- Casa Mello
- Casa Mardel Correia
- Casa Gmeiner
- Lar de S. Marçal
- Casa da Fonte

Além das crianças/jovens acolhidas em 2021 nestas instituições (117), a Fundação apoia a vigilância de saúde de outras (13) que estão em famílias de acolhimento, bem como as que, após institucionalização, estão em processo de adoção ou de regresso à família de origem (estas no seu período de transição). Assim, esta linha de atividade abrangeu, no ano, 130 crianças/jovens.

16 Instituto da Segurança Social, I.P. (2021). *Casa 2020 – Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*.

As crianças/jovens institucionalizadas distribuem-se da seguinte forma pelos 16 centros de acolhimento:

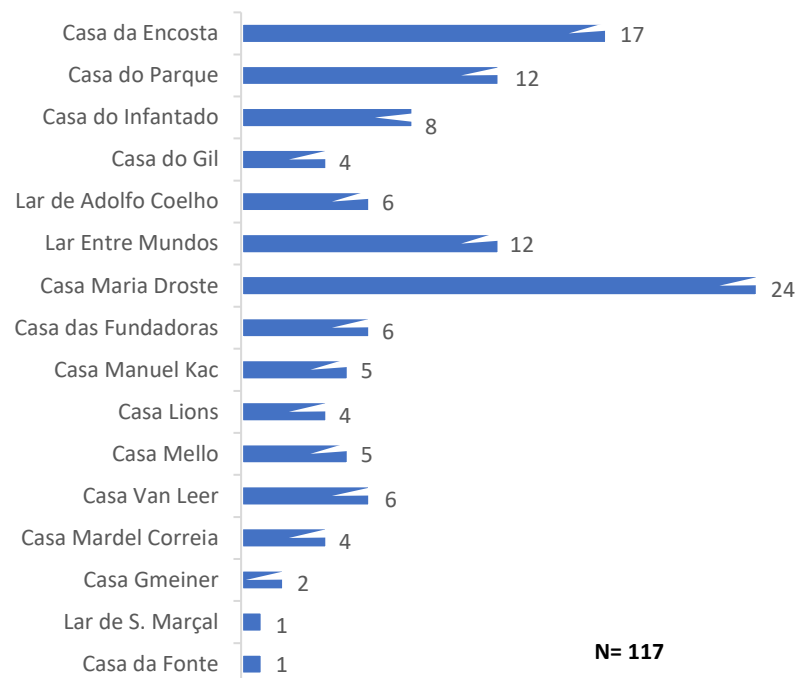


GRÁFICO Nº 9 – Distribuição das Crianças/Jovens por Casa de Acolhimento

E sendo o perfil etário de cada uma das Casas de Acolhimento muito distinto (ver gráfico seguinte) são também diversos os desafios que se colocam:

- i) ao nível da articulação e trabalho colaborativo com os respetivos profissionais;
- ii) ao nível da evolução da intervenção de saúde, especialmente com as instituições de acolhimento com forte presença de adolescentes e jovens.

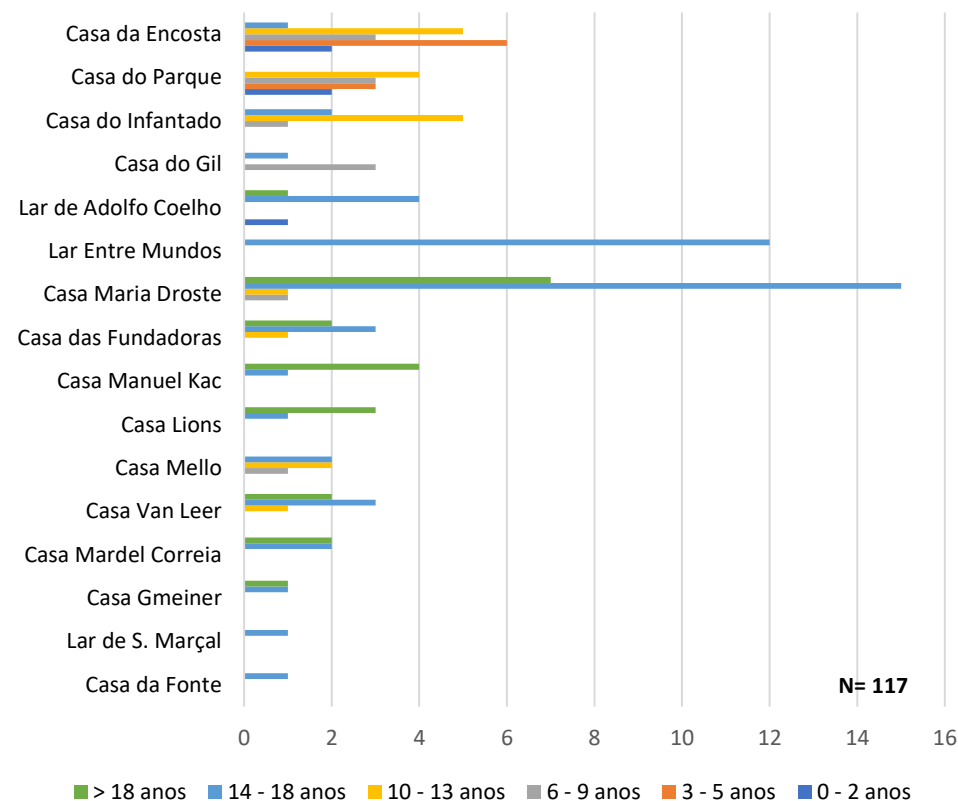


GRÁFICO Nº 10 – Distribuição das Crianças/Jovens por Casa e Grupo Etário

Do total de 130 crianças/jovens é de salientar que:

- 2 beneficiam dos serviços da Fundação pelo 8º ano consecutivo;
- 1 iniciou a sua vigilância de saúde há 7 anos na Fundação;
- 15 vêm há Fundação pelo 5º ano consecutivo;
- 20 frequentam os nossos serviços há 4 anos;
- 44 vêm à Fundação pelo 3º ano consecutivo;
- 27 vêm há 2 anos aos nossos serviços;
- 21 iniciaram a vigilância na Fundação ao longo de 2021.

Quanto à distribuição etária das crianças e jovens beneficiários constata-se que:

- 9,2% tem entre 0 e 3 anos de idade;
- 7,7% tem entre 4 e 6 anos;
- 13,9% tem entre 7 e 11 anos;
- 40,0% tem entre 12 e 17 anos;
- 29,2% tem mais de 18 anos.

Das 889 consultas realizadas no ano de 2021 por estas 130 crianças e jovens:

- 48,0% foram de Psicologia (confirmando as necessidades de terapia e de reforço da sua resiliência, face aos acontecimentos adversos de que foram vítimas na infância);
- 19,9% foram de Higiene Oral e Medicina Dentária/Ortodôncia;
- 14,6% foram de terapia da fala;
- 5,5% foram de Saúde Infantil;

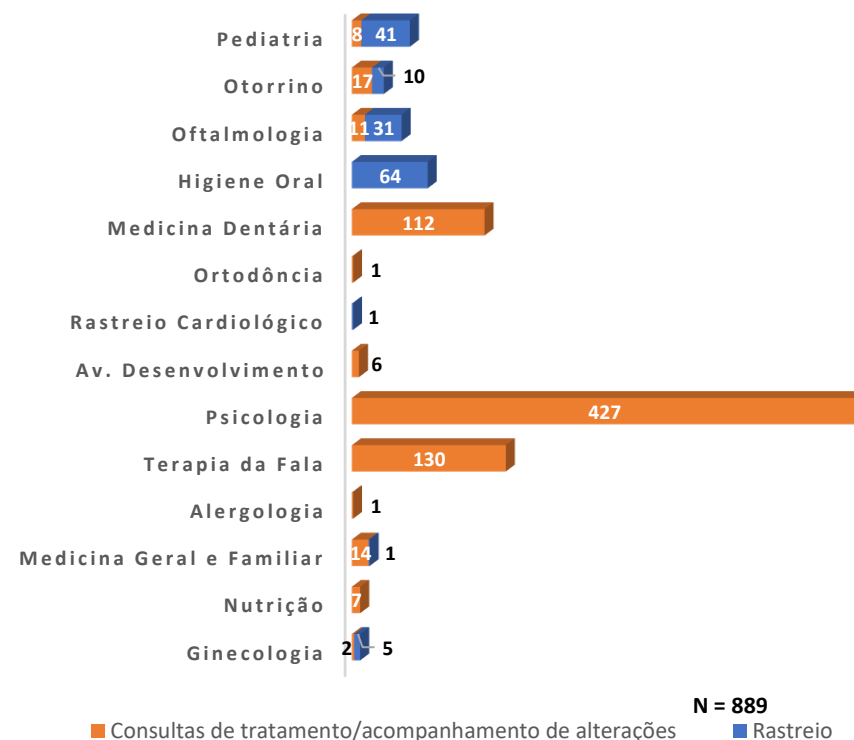


GRÁFICO Nº 11 – Distribuição das Consultas a Crianças/Jovens em Situação de Acolhimento, por Especialidade e Tipo de Consulta

- 4,7% foram de Saúde da Visão;
- 0,7% foram consultas de Avaliação de Desenvolvimento, todas realizadas por crianças com 2 a 4 anos de idade.

Por seu turno é de assinalar ainda que 17,2% do total de consultas realizadas foi de rastreio.

A distribuição percentual dos rastreios realizados regista como diferenças face ao padrão geral de vigilância da Fundação:

- um maior peso relativo dos rastreios de saúde oral, representando estes, no caso presente, cerca de 41,8% do total de rastreios realizado;
- também um maior peso dos rastreios de saúde da visão, que aqui representam 20,3%;
- um menor peso relativo, face ao padrão geral, dos rastreios de saúde infantil aqui representando 26,8%;
- uma menor representação relativa dos rastreios cardiológicos – aqui de 0,6%.

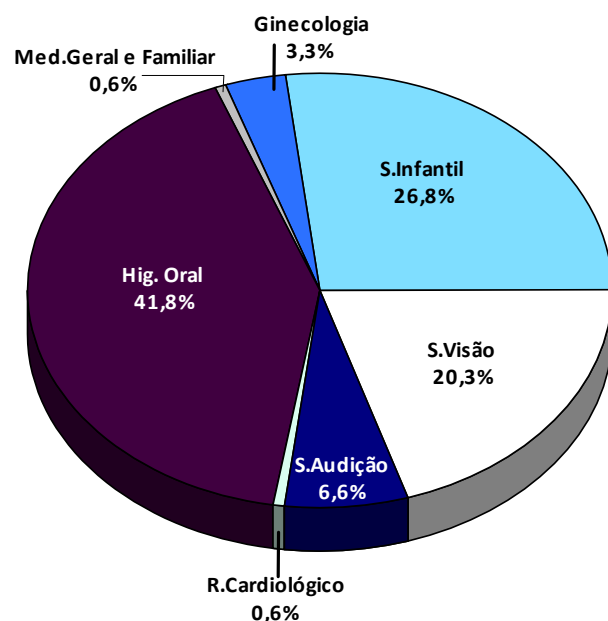


GRÁFICO Nº 12– Distribuição das Consultas de Rastreio por Programas de Saúde (padrão das Crianças/Jovens em Situação de Acolhimento)

Centrados no propósito do projeto de promover o bem-estar e o desenvolvimento das crianças/jovens em situação de acolhimento, no ano de 2021, foi ainda:

- mantido um interlocutor dedicado às instituições de acolhimento – uma enfermeira Gestora de Caso;
- realizada uma avaliação extensiva do desenvolvimento e pertinência do projeto do ponto de vista dessas instituições.

Desta, segundo a opinião apurada junto dos seus profissionais:

1. foi considerado unanimemente que:

- a interação com a Fundação - FNSBS contribui muito para estimular e promover o desenvolvimento infantil e melhorar o bem-estar infantil;
- os profissionais de saúde são muito úteis como veículo de educação para a saúde das crianças/adolescentes e que a interação com estes profissionais foi muito boa;
- a continuidade do trabalho com a Fundação é importante porque
  - é uma ajuda preciosa no acompanhamento das crianças;
  - é um recurso valioso;
  - pode manter a ligação com a criança na fase de transição (para pais ou outras instituições).

2. cerca de 90% consideraram que:

- a. a interação com a Fundação contribui muito para detetar alterações (audição, visão, fala, etc...) e intervir precocemente e que as crianças gostam muito de ir à Fundação;
- b. o programa de vigilância da Fundação é adequado e que interação com o pessoal administrativo da Fundação foi muito boa;
- c. a continuidade do trabalho com a Fundação é importante porque:
  - i. permite a deteção e estimulação precoce;
  - ii. podemos aprender juntos;
  - iii. podemos avaliar juntos a evolução do bem-estar e desenvolvimento das crianças;
  - iv. podemos desenvolver juntos novas respostas mais adequadas aos desafios da adolescência.

3. entre 65% e 80% consideraram que:

- a. a interação com a Fundação contribui muito para evitar o agravamento e prevenir novas situações de doença, embora contribua pouco ou nada para resolver situações de doença súbita;
- b. a continuidade do trabalho com a Fundação é importante porque ajuda na definição do projeto de vida da criança e podemos juntos melhorar as condições de acolhimento e vigilância das crianças.

4. 55% consideraram que as crianças, quando doentes, gostam mais de ir à Fundação do que a outros serviços de saúde.

5. No que ao **contexto da pandemia COVID-19** diz respeito, a maioria dos técnicos (77,7%) **afirma ter podido contar com o apoio da Fundação**, tendo sobretudo as teleconsultas e o aconselhamento telefónico contribuído para este efeito.

**Em conclusão:**

- Desde o início do projeto tem sido crescente o número de instituições de acolhimento que solicitam o apoio da Fundação, bem como o número de crianças beneficiárias;
- Contando com o cofinanciamento do JB Fernandes Memorial Trust I (no período 2014-2016), da Fundação Montepio (de 2015 a 2018 e em 2020), da *Target Value* (desde 2016) e da *The Navigator Company* (desde 2017) tem sido possível assegurar um apoio continuado crianças e jovens em situação de acolhimento institucional;
- A procura de apoio por parte das instituições de acolhimento de adolescentes tem-se concentrado nas áreas em que o acesso às especialidades no âmbito do SNS é tendencialmente inexistente – Psicologia, Medicina Dentária e Oftalmologia. Idêntica tendência se verifica nas instituições de acolhimento de crianças, representando a proporção de consultas de Saúde Infantil e Avaliação de Desenvolvimento neste grupo de instituições 6,1% do total realizado. Recorde-se a este propósito que o acesso a

Pediatra nos Centros de Saúde do SNS é em regra inexistente e que a lista de espera nos hospitais para Avaliação de Desenvolvimento motiva tempos de espera não compatíveis com uma intervenção adequada em tempo, de apoio e estímulo ao desenvolvimento infantil;

- Dado o grau de necessidade destas crianças, a procura de apoio em intervenções de saúde por parte das respetivas instituições de acolhimento, incide maioritariamente sobre situações de doença ou de necessidade de intervenção terapêutica, representando os rastreios realizados menos de 1/5 do total das consultas.

Entre os desafios de desenvolvimento que se colocam com premência no âmbito do projeto contam-se:

- i) o estreitar do trabalho colaborativo com os profissionais das instituições de acolhimento e com as famílias de destino, reforçando competências e meios de promoção do bem-estar futuro destas crianças e o seu desenvolvimento integral como pessoas e cidadãos;
- ii) o reforço de meios terapêuticos, nomeadamente na área de arteterapia, dada a necessidade e proporção que representa a área de psicologia e de pedopsiquiatria, visando conferir maior eficácia à intervenção;
- iii) adequar a oferta disponível nomeadamente na área de saúde sexual e reprodutiva, tendo presente o crescente número de jovens e adolescentes.

**“A FNSBS tem sido um recurso precioso na resolução de vários problemas de saúde de vários jovens acolhidos”**

Observação do Lar Especializado Entre Mundos

## 2. UMA CULTURA DE VALOR PARTILHADO E DE ORGANIZAÇÃO APRENDENTE

A Fundação assume uma cultura de Criação de Valor Partilhado e de Organização Aprendente, envolvendo na sua estratégia de atuação todos os *stakeholders*, potenciando a capacidade de promover pessoas, famílias, comunidades e uma sociedade mais saudáveis.

### 2.1. OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO – A PERSPETIVA DOS CLIENTES

#### 2.1.1. AS MARCAS DE 70 ANOS DE ATIVIDADE

No ano de 2021 a Fundação completou 70 anos de existência dedicada às Causas da Saúde Infantil, da promoção do desenvolvimento humano e da prevenção da doença.

O seu percurso ao longo destas 7 décadas está plasmado na linha de tempo em anexo (Anexo 4).

No intuito de melhor compreender os impactos que este percurso histórico tem nas pessoas beneficiárias da ação da Fundação, a NOVA School of Business & Economics – NOVA BSE, realizou um Estudo intitulado – “A Fundação ao Olhar dos Utentes – 70 Anos, várias gerações. Livro de Testemunhos”<sup>17</sup>.

Neste estudo, em resumo, constatou-se que:

- 1) Os utentes da Fundação têm, globalmente, uma visão muito positiva desta Casa.

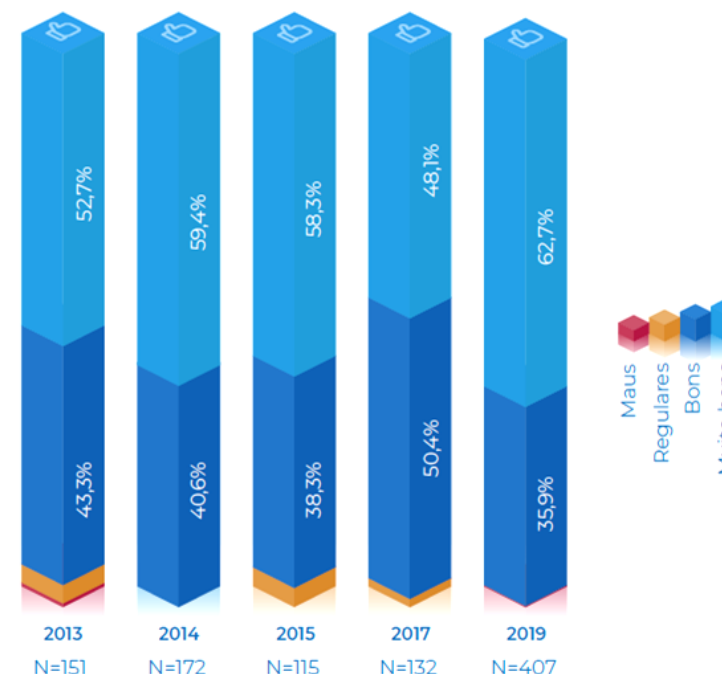


GRÁFICO Nº 13 – Percentagem de utentes que atribuíram, na avaliação global dos serviços da Fundação, uma classificação de “Muito bons”, “Bons”, “Regulares” ou “Maus”.  
Fonte: Inquéritos de satisfação da Fundação.

17 [https://fnsbs.pt/images/livros/0572\\_livro%20testemunho\\_spread\\_F.pdf](https://fnsbs.pt/images/livros/0572_livro%20testemunho_spread_F.pdf)

- 2) Para explicar essa satisfação os principais motivos apresentados pelos utentes são: a **qualidade e personalização dos cuidados**, o seu planeamento, diversidade e articulação.

*“De um modo geral, temos gostado muito do acompanhamento feito pela Fundação à nossa filha, desde os primeiros dias... As enfermeiras estão sempre disponíveis para tirar algumas dúvidas e o plano de seguimento está bem estruturado. Acabamos por perceber que é seguida com maior regularidade em várias especialidades que a maioria das crianças da mesma idade.”*

*“Excelente trabalho de articulação entre as várias especialidades; profissionais muito bons; sempre disponíveis para prestar esclarecimentos e ajudar.”*

*“Faz um excelente trabalho de prevenção e aconselhamento desde o nascimento da criança, acompanhando e reajustando o plano ao seu crescimento. Isto parece óbvio a quem frequenta a Fundação, mas não o é para quem está de fora e tem ‘apenas’ o pediatra da criança.”*

- 3) A **autoperceção do estado de saúde** dos próprios e dos seus filhos é **muito superior ao da população em geral**.

- 4) Cerca de 70% dos participantes (adultos) nos inquéritos de satisfação tem considerado que o modelo de saúde da Fundação contribui para o estado de saúde da sua família, apontando como principais factores de contributo para essa influência:

- i) a educação para a saúde;
- ii) os rastreios periódicos.

E essa também é a opinião expressa pelos mais jovens:

*“Aconselham-me coisas, tratam de mim, além disso fazem-me crescer e tornar um homem.”*

(12 anos)

*“Porque as consultas ensinam várias técnicas para uma vida melhor”*

(12 anos)

*“Porque tenho sempre uma enfermeira disponível.”*

(12 anos)

**5) A abordagem holística e a enfermeira de família são, assim percecionadas por todos, como um elemento distintivo.**

Em 70 anos de intervenção há famílias que são beneficiárias da Fundação há 3 ou mais gerações. O estudo referido procurou ouvir 8 destas famílias. E dessa escuta resultaram também algumas constatações:

- i) Em regra a relação com a Fundação teve início numa gravidez, à qual se segue a vigilância de saúde infantil;
- ii) Novas gestações nas mesmas famílias, nessa ou nas gerações seguintes, são o motivo de retorno e de reinício do processo de vigilância.
- iii) As características destacadas do modelo de saúde expressos pelos utentes são:

- **O acompanhamento dos bebés e das crianças;**

*“É um serviço que não há em mais lado nenhum.”*

- **A importância da enfermeira de família;**

*“Algum problema que eu tenha, em vez de me dirigir de imediato ao hospital, primeiro ligo para aqui, falo com a enfermeira, e normalmente ela diz ‘venha, é melhor ser visto’ ou ‘vamos esperar mais um dia porque ainda hoje é o primeiro dia, vamos ver como é que reage...’, eu acho que este acompanhamento não deixa avançar tanto as coisas, acho que há muito esse cuidado.”*

- A familiaridade;
- **O cuidado personalizado** e o sentido de “família”;

*“Eu acho que são muito humanos, além disso acho muito profissionais, mas põem a parte humana também.”*

- O acompanhamento intergeracional como promotor de **relações de confiança**;

*“Na Fundação, os cuidados de saúde, mais do que um serviço, são uma relação...”*

- O **caráter integrado** da prestação de serviços, o planeamento e o registo centralizado;
- A facilidade no acesso - rápido, independentemente das possibilidades financeiras e administrativamente simples;
- A qualidade das instalações.

Do estudo resulta a nuvem de palavras infra.



### 2.1.2. A AVALIAÇÃO EFETUADA EM 2021

Não obstante o Estudo referido no ponto anterior em 2021 procedeu-se à habitual avaliação de satisfação tendo nomeadamente presente o facto de 2020 e 2021 terem sido fortemente marcados pela pandemia da COVID o que obrigou a Fundação a adaptar e inovar nos serviços de saúde prestados, não desprotegendo a população que acompanha num período em que as ameaças à saúde se diversificaram e agudizaram.

Dos adultos inquiridos (288) 97,9% considera os serviços da Fundação Bons (97) ou Muito Bons (185).

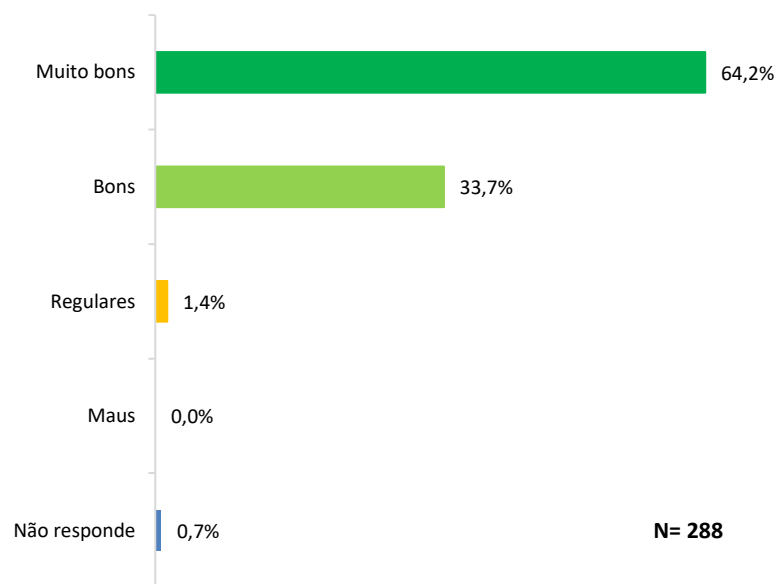


GRÁFICO Nº 14 – Avaliação Geral dos Serviços

Todos os serviços de saúde da Fundação são avaliados este ano como ‘Muito Bons’ ou ‘Bons’, sendo o número dos primeiros sempre superior aos segundos.

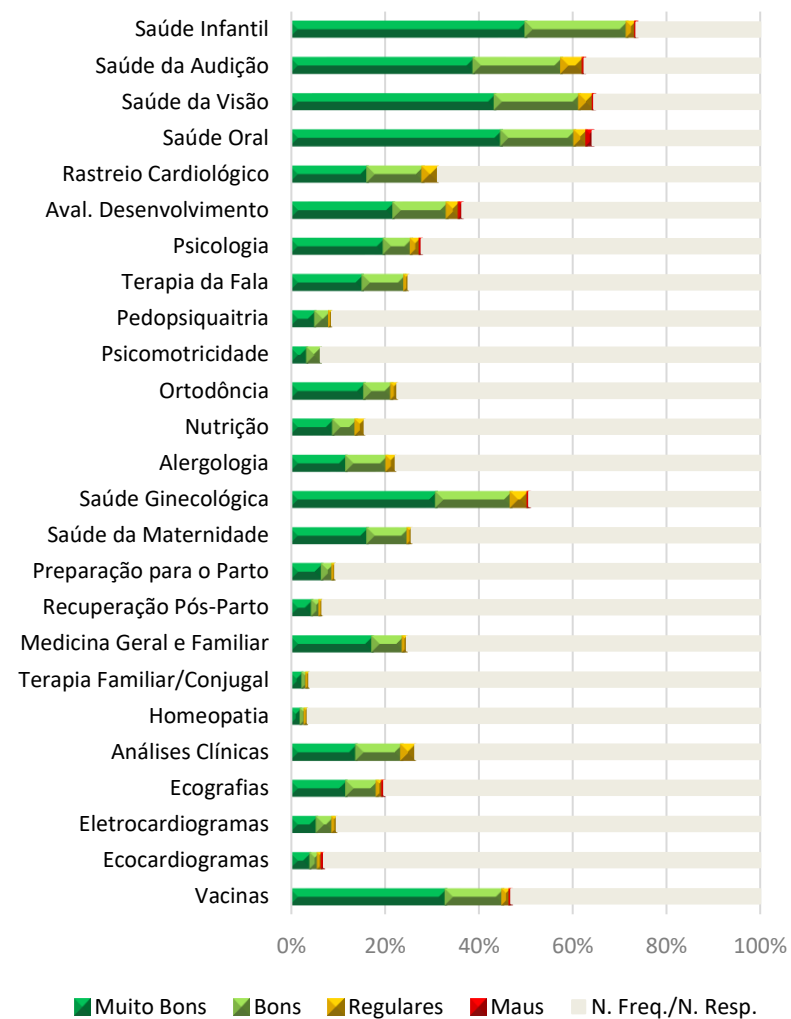


GRÁFICO Nº 15 – Avaliação por Serviço de Saúde

Entre os dois aspetos de que mais gostam na Fundação:

- i) 191 utentes destacam o atendimento personalizado, com simpatia e disponibilidade;
- ii) 125 utentes destacam a diversidade, qualidade, organização e planeamento dos serviços e o profissionalismo com que são prestados.

As instalações, nomeadamente a sua limpeza e localização, os acessos, o ambiente calmo e familiar, o sistema de marcação de consultas, a política de preços, o acordo com a ADSE, a comunicação por e-mail e sms, são outros dos aspetos destacados na avaliação.

Quanto aos cuidados de saúde destacam em especial: a qualidade dos médicos; o atendimento pelas enfermeiras; o programa de vigilância de saúde infantil e o foco na saúde preventiva/rastreios.

Entre os dois aspetos a melhorar surgem com destaque:

- i) A necessidade de melhoria/modernização das instalações da Fundação (51 utentes):
- ii) O desejo de mais especialidades e exames (37 utentes).

Entre estes são as consultas para adulto as mais destacadas (por 1/3 dos utentes).

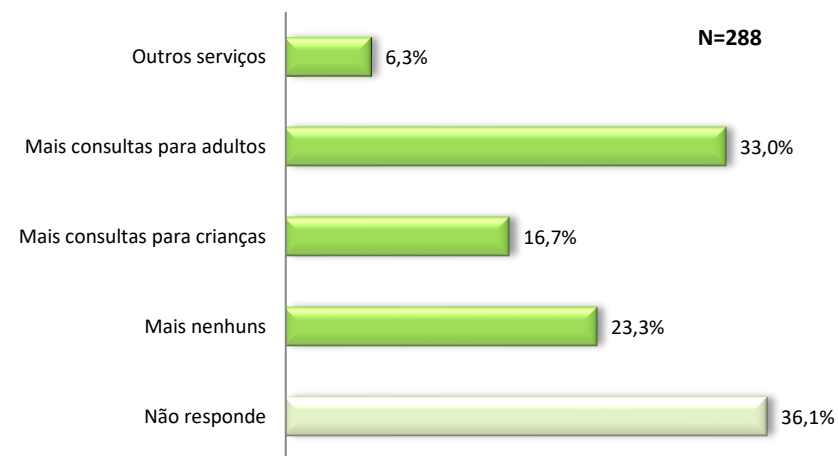


GRÁFICO Nº 16 – Novos Serviços na Fundação

A grande maioria dos utentes (207) afirmou ter-se sentido apoiado pela Fundação no contexto da pandemia COVID-19.

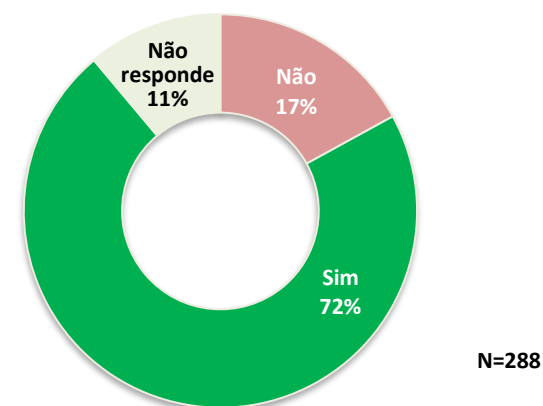


GRÁFICO Nº 17 – Apoio da Fundação no Contexto da Pandemia COVID-19

Relativamente à medida em que cada uma das linhas de intervenção da Fundação, no âmbito da pandemia, tinha contribuído para esse apoio, a maioria dos utentes referiu ter-se sentido apoiado, muito apoiado ou totalmente apoiado pela consulta presencial e/ou pelo aconselhamento telefónico.

Dada a opção aos utentes de apontarem outra linha de intervenção que tenha contribuído para que se sentissem apoiados pela Fundação, foram referidos, nas palavras dos próprios:

- “Saber que podia recorrer em caso de necessidade”;
- “Enfermeira de Família”;
- “Cuidado nos telefonemas antes das consultas”;
- “Felizmente não necessitámos, mas os serviços funcionaram bem”;
- “Confirmação antes da consulta se a família apresenta sintomas ou não”;
- “Cuidados rigorosos nas consultas presenciais”
- “Os meus pais (ambos com 86 anos) foram vacinados contra a gripe em 2020 quando já tinha desesperado de encontrar a mesma”.

Quando questionados sobre o seu estado de saúde, 80,7% classifica-o entre o ótimo e o bom, o que compara com 51,2% da população em geral<sup>18</sup>.

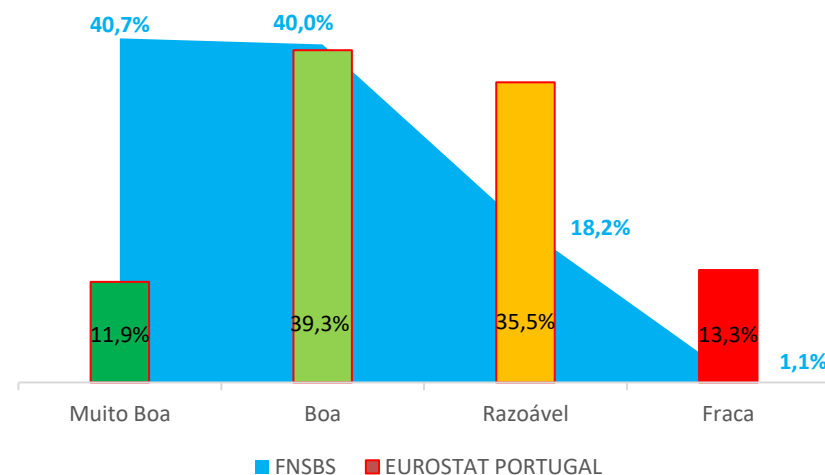


GRÁFICO Nº 18 – Autoapreciação do estado de saúde – FNSBS vs. EUROSTAT PORTUGAL

A autoapreciação dos utentes da Fundação é também mais favorável em todos os níveis de ensino. As pessoas com níveis de escolaridade mais baixos que frequentam a Fundação consideram-se de melhor saúde – 62,2% considera a sua saúde ótima, muito boa ou boa. Este valor percentual compara com os 34,1% nacionais<sup>19</sup> com o mesmo nível educacional (baixo) que consideram a sua saúde boa ou muito boa.

18 EUROSTAT - ano de referência 2020, disponível em [https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/hlth\\_silc\\_01/default/table?lang=en](https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/hlth_silc_01/default/table?lang=en) (acedido em 16/2/2022)

19 EUROSTAT - ano de referência 2020, disponível em [https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/hlth\\_silc\\_02/default/table?lang=en](https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/hlth_silc_02/default/table?lang=en) (acedido em 16/2/2022)

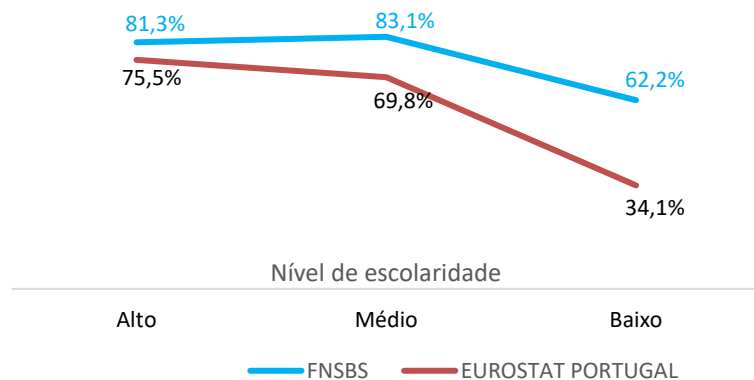


GRÁFICO Nº 19 – Autoapreciação do estado de saúde por nível de escolaridade – FNSBS vs. EUROSTAT PORTUGAL

Apesar da autoapreciação do estado de saúde dos pais ser muito positiva, os clientes da Fundação consideram os seus filhos ainda mais saudáveis que eles próprios.

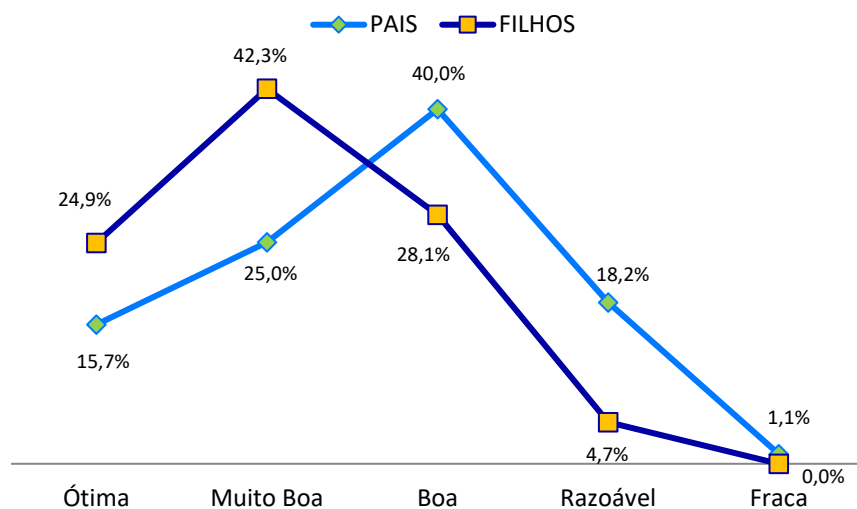


GRÁFICO Nº 20 – Autoapreciação do estado de saúde – Pais vs. Filhos

Por seu turno, 67% dos utentes responderam afirmativamente a que a Fundação tem influência no estado de saúde da sua família.

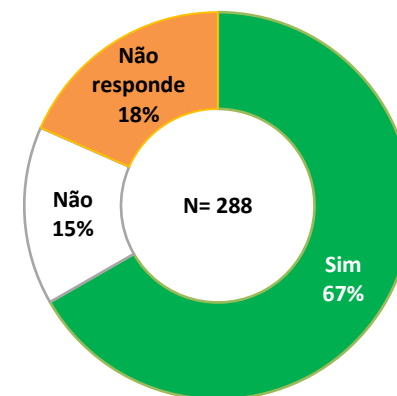


GRÁFICO Nº 21 – Influência da Fundação no Estado de Saúde da Família

Quando relacionados os casos que afirmaram que a Fundação tem influência no estado de saúde da família com os anos de frequência dos serviços, percebe-se que são 62,5% dos que os frequentam há menos de 3 anos; 71,4% dos que vêm à Fundação há entre 3 e 5 anos; 62,0% dos que têm entre 5 e 10 anos de frequência e 69,5% dos que frequentam os serviços há mais de 10 anos.

Em suma, há uma coerência muito grande de resultados da avaliação de satisfação 2021 (após 2 anos de pandemia) com as dos anos anteriores, ao nível da satisfação com os serviços mas também na auto-perceção do estado de saúde e na influência da Fundação sobre esse estado.

## 2.2. O ENVOLVIMENTO DE TODOS OS STAKEHOLDERS

São sinais simbólicos mas expressivos do envolvimento de outros *stakeholders*, no ano de 2021:

### 1) Traduzindo um compromisso com a aprendizagem, o desenvolvimento, os parceiros e a comunidade:

O acolhimento e orientação, na Fundação, em estágio de:

- três alunos finalistas de psicologia clínica, do ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida;
- cinco alunos do 4º. ano de enfermagem da Escola Superior de Enfermagem São Francisco das Misericórdias;
- uma médica em especialização de Pediatria;
- uma estudante de 3ª ano da licenciatura de Reabilitação Psicomotora da Faculdade de Motricidade Humana.

### 2) Traduzindo uma cultura de respeito pelos fornecedores, a renovação do selo de Compromisso Pagamento Pontual, emitido pela ACEGE (em parceria com o IAPMEI);

### 3) Traduzindo uma cultura de responsabilidade social e ambiental, a parceria com a H Sarah Trading, materializada na recolha no ano de 667Kg de têxteis, permitindo, assim, o desvio de aterro de mais de meia tonelada de resíduos têxteis, evitando-se a emissão de 2,4 toneladas de emissões de dióxido de carbono. No âmbito desta parceria já foi efetuada nos últimos anos a recolha seletiva de cerca de 5 toneladas de têxteis, permitindo em grande parte a sua reutilização e reciclagem.

### 4) Mobilizando e envolvendo outros nas suas ações de maior impacto social, superando lacunas muito críticas presentes na atualidade da sociedade portuguesa.

Entre estas destaca-se a linha de serviço dirigida às crianças em instituições de acolhimento já abordada no ponto 2.1.3. do presente relatório.

Importando, no ano de 2021, o custo global de €48.895, cofinanciaram em 78,6% esta linha de serviço: i) a The Navigator Company (€25.000); ii) a Target Value (€2.163) e iii) várias pessoas



COMPROMISSO  
**PAGAMENTO  
PONTUAL**



que optaram por: i) consignar o seu IRS/IVA à Fundação (€10.952,91), ou ii) fazer o seu donativo no âmbito do movimento *Giving Tuesday*<sup>20</sup> (€340):

- A The Navigator Company, apoiou 51,13% da totalidade do serviço prestado, tendo cofinanciado por inteiro os serviços prestados às Casas do Parque, do Infantado, da Encosta, das Fundadoras, Mello, Van Leer e Gmeiner, bem como cerca de 34,4% dos serviços de que as crianças/jovens dos Lares de Adolfo Coelho e Especializado Entre Mundos beneficiaram e 7,4% dos serviços prestados à Casa Maria Droste;
- A Target Value, apoiou 4,4% da totalidade do serviço prestado, tendo cofinanciado em 64,5% as crianças dos Lares de Adolfo Coelho e Especializado Entre Mundos;
- Com a consignação de IRS/IVA efetuada por particulares à Fundação foi possível custear 22,4% do total do serviço, nomeadamente, a totalidade do serviço prestado às Casas do Gil, Manuel Kac e Mardel Correia, bem como 58,0% do serviço prestado à Casa Maria Droste.
- Com os donativos do *Giving Tuesday* foi possível custear parte das consultas de saúde oral de uma das jovens acolhidas na Casa Maria Droste.

20 O Movimento *Global Giving Tuesday* está presente oficialmente em mais de 60 países e tem atividades em mais de 150. Teve o seu início em 2012, nos Estados Unidos da América, e foi cofundado pelas Nações Unidas e pela 92StreetY. Hoje é uma organização autónoma. Mais informação em <https://givingtuesday.pt>

## 5) Estabelecendo um compromisso de cooperação com o Estado no âmbito do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI)

Dadas as lacunas da sociedade portuguesa no âmbito da Intervenção Precoce na Infância, apesar da existência de um Sistema Nacional<sup>21</sup> plurisectorial, paradigmático e inspirador, ao cabo de 2021, a Fundação assumiu um Acordo de Cooperação com o Instituto de Segurança Social, I.P., para 2 anos. Com este Acordo é expectável que a capacidade de resposta do SNIPI na zona norte da cidade de Lisboa, aumente de 52% para 74%.

21 O Sistema Nacional de Intervenção Precoce - SNIPI integra um conjunto organizado de serviços da responsabilidade dos Ministérios da Saúde, do Trabalho e da Segurança Social e da Educação e tem como missão garantir a Intervenção Precoce na Infância, que pode ser definida como um conjunto de medidas de apoio da área social, da educação e da saúde, para crianças entre os 0 e os 6 anos e suas famílias, que são disponibilizadas para: i) Melhorar as oportunidades de aprendizagem da criança; ii) Fortalecer as competências dos cuidadores; iii) Promover os recursos das famílias e da comunidade. Mais informação em <https://snipi.gov.pt/>



### III - Situação Económica e Financeira

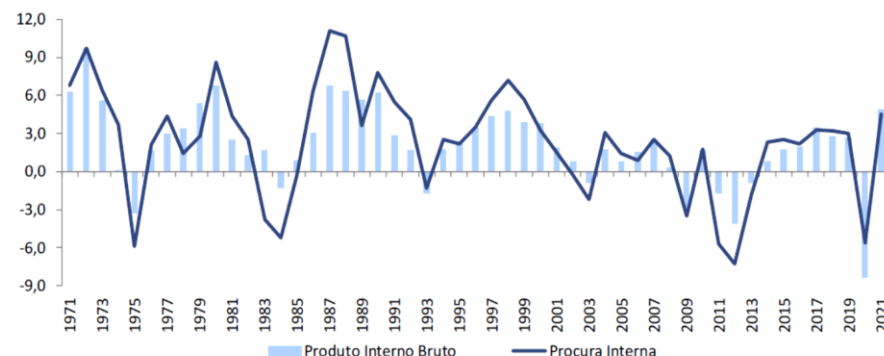
## SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

### 1. A ENVOLVENTE E A FUNDAÇÃO – A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE MACROECONÓMICO

Segundo os dados disponíveis no INE, em 2021, o PIB registou um crescimento de 4,9% em volume, o mais elevado desde 1990, após a diminuição histórica de 8,4% em 2020, refletindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia COVID-19 na atividade económica.<sup>22</sup>

Em termos nominais, o PIB aumentou 5,7% em 2021 (após diminuir 6,7% em 2020), atingindo cerca de 211 mil milhões de euros.

A procura interna (traduzindo uma recuperação do consumo privado e do investimento) contribuiu positivamente para esta variação positiva do PIB em 5,2 pp (-5,5 pp em 2020).



CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS – 4º trimestre de 2021 e Ano 2021

GRÁFICO Nº 22 – Produto Interno Bruto e Procura Interna (volume)– 1971-2021 Taxa de variação anual, %

O consumo privado (despesas de consumo final das famílias residentes e das Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias), com efeito, registou um crescimento de 4,4% (recuperação parcial face à quebra de 7,1% registada em 2020).

Por seu turno, na segunda metade do ano registou-se um aumento expressivo de preços, nomeadamente dos bens energéticos (em consequência da diferença entre os deflatores importações (variação de 7,6%, após -3,4% no ano anterior) e exportações (variação de 6%, após -2,4% no ano anterior).- O VAB das atividades financeiras, de seguros e imobiliárias aumentou 1,5% após um decréscimo no ano anterior. O emprego cresceu 2,1% (após um decréscimo de 1,9% no

22 Fonte: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=472473077&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=472473077&DESTAQUESmodo=2), (acedido em 10 de março de 2022)

ano anterior), bem como o emprego remunerado cresceu 1,7% (após o decréscimo de 1,4% no ano de 2020).

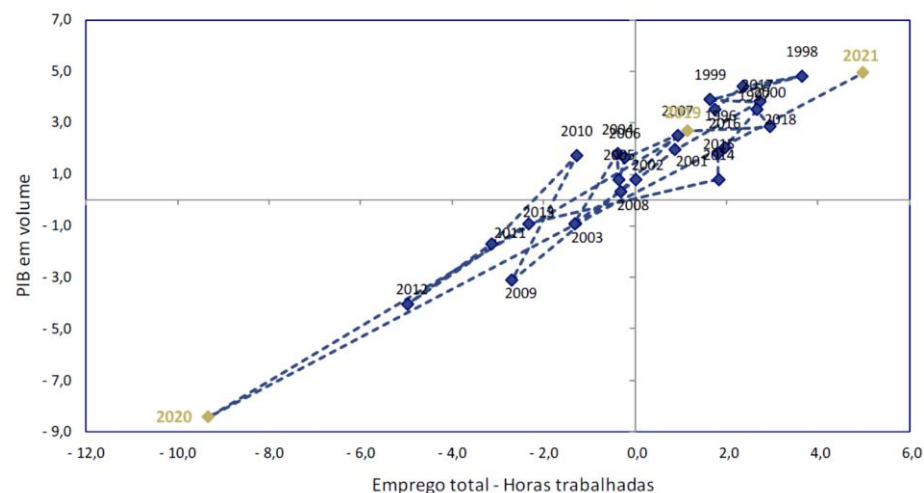


GRÁFICO Nº 23 – PIB (volume) e emprego total (indivíduos) -Taxa de variação anual, %

Este contexto mais favorável do que o vivido no ano anterior, não obstante a persistência da situação pandémica, tornou possível manter uma situação de equilíbrio económico da Fundação. Sem disrupção da continuidade da atividade, foi necessário manter, no entanto, em linha com o ano anterior medidas e tendências então adotadas/detetadas. Entre as primeiras destacamos a gestão de acordos com os inquilinos, no intuito de preservar os contratos

existentes e negociando a dilação parcial do pagamento das rendas. Entre as segundas há que referir que se mantém forte pressão de procura dos serviços de saúde por parte de população em situação de dificuldade económica.

A situação de equilíbrio conseguido pela gestão destes dois vetores permitiu a plena concretização dos objetivos desenhados para o ano no quadro da consecução estratégica (como é assinalado no Anexo 5).

## 2. A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA FUNDAÇÃO

### 2.1. O ANO DE 2021

No período do Plano Estratégico- 2012 e 2019 a Fundação visou a recuperação da sua autossustentabilidade, após ter consumido na década anterior a totalidade das suas reservas financeiras, fruto de uma sucessão de resultados líquidos negativos e de uma crise global.

Destacam-se como principais medidas tomadas e concretizadas no âmbito desse Plano, as seguintes:

- 1º. A criação de condições para a revitalização das receitas diretamente provenientes da atividade de saúde, tendo-se conseguido até 2019 a duplicação da receita;
- 2º. O envolvimento e comprometimento de novos *stakeholders* (individuais e institucionais, públicos e privados) no suporte dessa atividade;
- 3º. O assegurar dos investimentos estritamente necessários à modernização da atividade, à qualificação administrativa e à competitividade do património de rendimento;
- 4º. Uma redução global de custos de estrutura por via de racionalização de recursos humanos e ganhos de eficiência que atingiu, no termo de 2018, os 400 mil Euros.

De notar a especial importância das medidas associadas à recuperação do rendimento de rendas provenientes do edifício

Amoreiras 19, que até 2011 representou 90% das receitas operacionais da Fundação e que, no período da crise económico-financeira global, caiu abruptamente, nunca representando no período 2012-2016 mais do que 46% daquelas, elevando-se, no período 2016-2019, para o patamar dos 58%-65%.

Em resultado deste percurso a Fundação atingiu, no final de 2018, um ponto de equilíbrio económico-financeiro, fruto de um crescimento sustentado das suas receitas próprias e continuado (na saúde, desde 2012; no Amoreiras 19, desde 2015), a par da já referida redução dos custos de estrutura.

Digno de especial registo também o papel crucial que o apoio de mecenato representou em todo o período de recuperação. Superior a 50% das receitas operacionais no ano 2014 e tendencial e intencionalmente decrescente nos anos seguintes, este apoio atingiu uma proporção mínima orçamentada e real de 17% para o ano 2019.

Importa ainda referir que, para além de essencial, este apoio consolidou relações de longo prazo, permitindo criar valor económico a par de valor social, na medida em que viabiliza um modelo de saúde inclusivo e aberto a toda a sociedade, contribuindo cumplicemente, a Fundação e as entidades mecenas, para a prossecução de quatro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, a saber:

- Erradicação da Pobreza;
- Educação de Qualidade;
- Saúde de Qualidade;
- Igualdade de género.

A este propósito há que referir que o valor da prestação de serviços a utentes bonificados e isentos, atinge já o montante de meio milhão de euros em 2021.

Constituindo um desiderato do Plano Estratégico 2020-2025 a preservação de uma dinâmica de autossustentabilidade organizacional, contando-se nesta com o **contributo do mecenato** (para um crescimento da atividade inclusivo, para a incorporação de tecnologia e para o estímulo e disseminação do conceito da promoção da saúde e do bem-estar infantil), os anos do Plano Estratégico 2020-2025 surgem alinhados com estes propósitos. E, a ser assim, quer no seu desenho quer na sua concretização, ao termo do período estratégico, as reservas financeiras, situadas na ordem dos 1,6 milhões de € (no final de 2019), manter-se-ão também preservadas como salvaguarda de perenidade institucional. Com efeito, é patente, na história recente da Fundação, a grande dependência da sua fonte de receita instrumental e principal -as rendas do prédio de rendimento- do equilíbrio da situação económica e financeira nacional. Esta situação recomenda, pois, gestão prudente e um nível de reservas próximo do montante do orçamento anual.

### 2.1.1. RESULTADO LÍQUIDO E RESULTADO OPERACIONAL

A Fundação apresentou no ano 2021 receitas totais no montante de 1.584.229,46€ e custos totais de 1.487.356,61€, registando ambos os montantes acréscimos, face ao ano anterior, respetivamente, de 3,5 % e de 8,9%.

Em resultado da dinâmica das receitas e custos totais, a Fundação regista no ano de 2021, pelo oitavo ano consecutivo, um resultado líquido de exercício positivo, este no montante de 96.872,85€, consolidando a rotura duradoura, com o ciclo de resultados negativos históricos verificados na década anterior e até 2013 (inclusive).

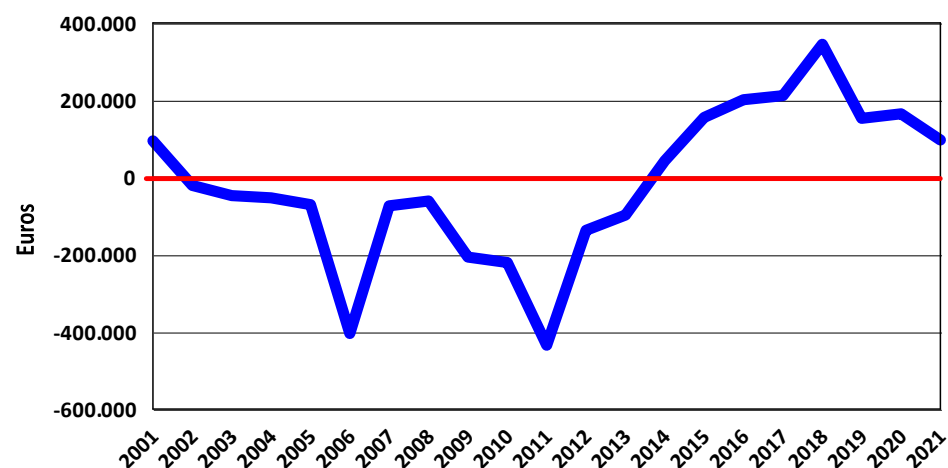


GRÁFICO Nº 24 – Resultados Líquidos (2001 – 2021)

O resultado operacional em 2021, antes de amortizações e juros, é de 177.207,58€ (por contraponto ao resultado correspondente orçamentado para o ano – de 91.250,00€).

Como objetivos económico-financeiros identificados no Plano e Orçamento 2021 destacavam-se:

- i) A manutenção (ou ligeira quebra) da receita anual, proveniente diretamente da atividade dos serviços de saúde, dada a situação pandémica, estimando-se representar essa apenas cerca de 84% da obtida no ano de 2019;
- ii) A manutenção da receita anual proveniente diretamente das rendas do Amoreiras 19 dado o estado tendencialmente lotado do edifício;
- iii) A concretização de um plano de investimentos, no montante global de 150 mil €, viabilizando intervenções importantes e inadiáveis na sede da instituição;
- iv) Um apoio de mecenato na ordem dos 235 mil €, representando estes 15,6% das receitas operacionais estimadas.

Como adiante veremos, o ano de 2021, por força da situação da pandemia da COVID, viria a revelar-se, em continuidade com o ano de 2020, um ano atípico. As fortes restrições à mobilidade da população (restringindo-se a atividade de saúde a serviços considerados essenciais e obrigando a um recurso acrescido a meios telemáticos) e a manutenção de um quadro legal (e outro negociado) de moratórias aplicáveis à generalidade dos pagamentos de obrigações, inclusive das rendas, foram condicionantes que

permaneceram ao longo de todo o ano. Por seu turno, também as receitas provenientes de mecenato sofreram acrescida contenção. Não obstante e como consequência das medidas de gestão tomadas, os resultados e o nível de reservas financeiras foi mantido. Este último implicando algum adiamento de parte dos investimentos planeados e não concretizados, nomeadamente obras nas instalações da sede e serviços de saúde.

### A Evolução da Receita de Saúde

Apesar das restrições à mobilidade da população (determinadas no âmbito dos sucessivos estados de emergência e de calamidade), o nível de atividade dos serviços de saúde retomou a expressão que tinha já em 2019 (no ano anterior havia sofrido uma contração na ordem dos 15%). Este facto permitiu um crescimento, no ano de 2021, de 16,7%, da receita de saúde, ultrapassando mesmo a verificada em 2019 em 8%.

Confirmando-se, assim, uma tendência de crescimento da receita da saúde, constata-se também um crescimento adicional da receita proveniente de serviços especiais (de 1%, à semelhança do já verificado no ano anterior). Estes últimos são, em regra, serviços muito especializados, assentes em recursos tecnológicos, que se tornaram possíveis como resultado do investimento tecnológico efetuado ao longo dos últimos anos nos serviços de saúde da Fundação.

A receita proveniente da atividade de saúde atinge assim, no ano de 2021, o seu montante máximo e a maior proporção alguma vez verificada na história da Fundação, representando 20% das receitas operacionais.

### A Exploração do Património

Apesar da situação pandémica foi possível observar um crescimento relativo da receita proveniente do prédio de rendimento, de mais 3,2% face ao ano anterior.

Foi registada no exercício uma receita proveniente de rendas no montante de 1,070 milhão de €, representando estas 67,7% do total de receitas operacionais (à semelhança do verificado no ano anterior).

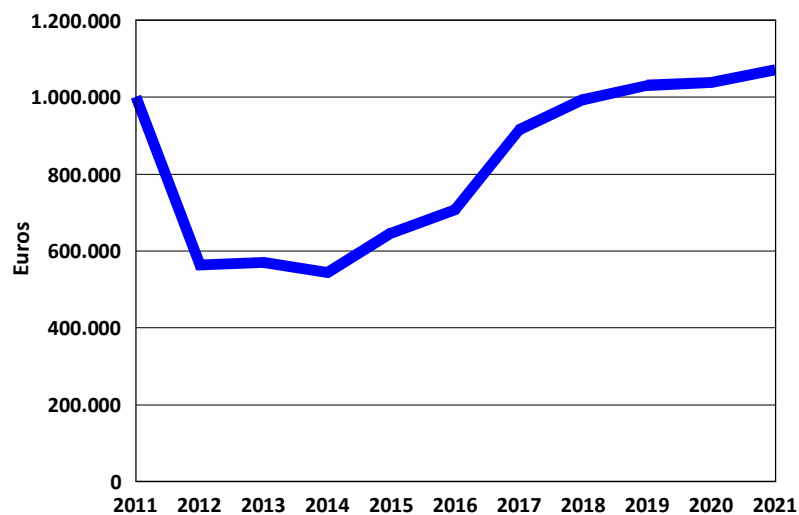


GRÁFICO Nº 25 – Rendas cobradas (2011 – 2021)

### Os Donativos

Tendo sido pressuposto do orçamento 2021 obter um montante total de donativos no montante de 235,9 mil € (correspondentes a 15,6% da receita operacional estimada), estes não alcançaram o montante de 189 mil €, cifrando-se em cerca de 12% da receita operacional observada.

Contribuiu para este resultado, nomeadamente, a redução de verbas originárias da consignação, por parte de particulares, de IRS e de IVA e que no ano sofreu, face ao ano anterior, uma redução de 41,5%.

Por seu turno, apesar da redução de 16%, também no ano, do montante de donativo face ao registado no ano anterior, a NAVIGATOR, S.A. foi de novo a principal mecenas da Fundação, representando os seus donativos 81,9% do total registado nesta rubrica no ano.

Digno de destaque, no entanto, no ano, é o facto de 12,2% dos donativos recebidos serem provenientes de outras entidades, nomeadamente da EUROCHILD (41,6% do total destes) tendo como destino o co-financiamento da campanha PRIMEIROS ANOS. A NOSSA PRIORIDADE concretizada em Portugal sob a liderança da Fundação.

### A Estrutura da Receita

No ano de 2021 a receita operacional aumenta 3,5%, (à semelhança do verificado também no total de receitas). Este crescimento deve-se

ao efeito combinado dos crescimentos da receita da saúde e do Amoreiras 19 já anteriormente aludidos (respetivamente de 16,7% e de 3,2%) apesar da redução global do montante dos subsídios/donativos em 10,9%.

Como já referido, na estrutura da receita operacional e face ao ano anterior:

- i) a atividade de saúde eleva o seu peso relativo em 2% (no ano anterior este era de cerca de 18%);
- ii) as receitas provenientes de rendas mantêm a expressão já atingida no ano anterior- peso relativo de cerca de 68%;
- iii) e os donativos confirmam a tendência decrescente (de uma proporção de 13,8% verificada no ano anterior para os citados 12% já referidos também no ponto anterior).

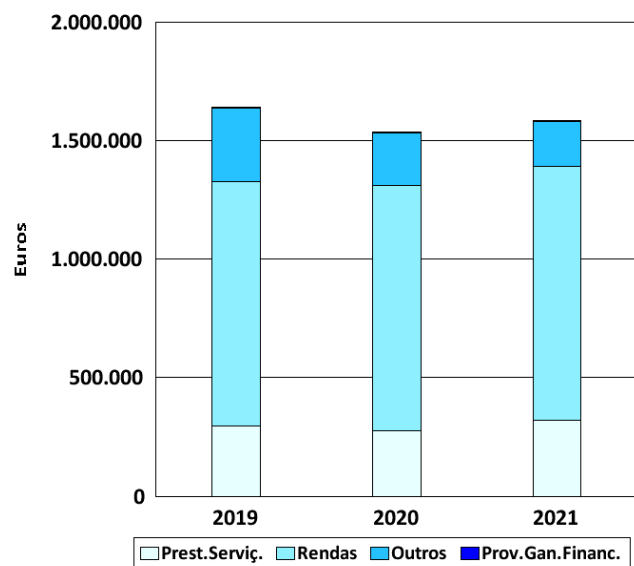


GRÁFICO Nº 26 – Estrutura da Receita (2019 – 2021)

## A Estrutura dos Custos

Em 2021 é mantida a trajetória de redução do peso da rubrica depreciações nos custos totais, devido à conclusão da amortização de equipamentos clínicos adquiridos há 4 ou mais anos. Registrando uma redução de montante no ano de 1,3%, os custos com depreciações, passam a representar apenas 5,7% do total (em 2019 representavam 7,3% e, em 2020, 6,1%).

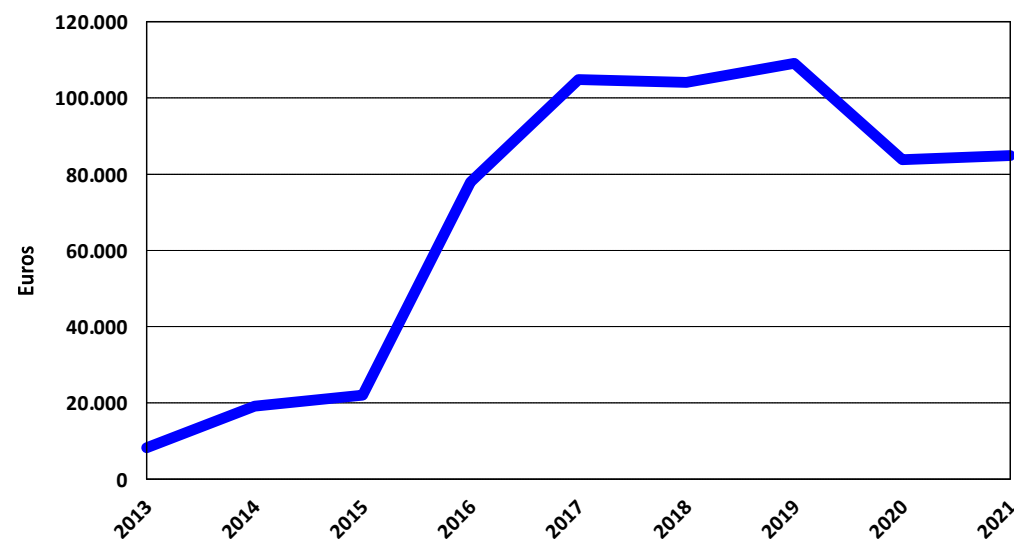


GRÁFICO Nº 27 – Evolução das Amortizações (2013 – 2021)

Por seu turno, e face aos custos operacionais, constata-se:

- A) Que, apesar do crescimento da atividade próximo dos 19% e do Amoreiras 19 tendencialmente cheio, o crescimento dos custos

com: i) mercadorias e matérias-primas; ii) fornecimento de serviços externos (FSEs) e iii) outros (predominantemente custos de IVA associados a estes últimos) é, respetivamente e apenas de: 1,4%; 15% e (3,5%).

- B)** Que, apesar do receio com o aumento do montante inscrito em imparidades (pelos prejuízos reais e grande grau de incerteza futuros face à recuperação de montantes em rendas em atraso/mora) o saldo das imparidades no ano se mantém inexpressivo, representando este apenas 0,13% dos custos operacionais.
- C)** Que, foi utilizado totalmente no ano o montante de Provisões tendo sido necessário constituir novas (no montante de 40 mil €) visando a satisfação do mesmo fim- risco de novas infiltrações e inundações, como as verificadas no decurso do ano de 2021, dada a avançada idade das coberturas dos dois edifícios não obstante as manutenções que têm vindo a ser realizadas nessas coberturas.

Deste modo, na estrutura de custos totais, sofrem alterações inexpressivas os pesos relativos das rubrica de i) M. Primas consumidas- na ordem dos 1,6%; ii) Fornecimentos e Serviços Externos- na ordem dos 31%; (no intervalo 29,97%-34% nos dois anos anteriores e iii) Pessoal -55% (que compara com 56,7% no ano anterior).

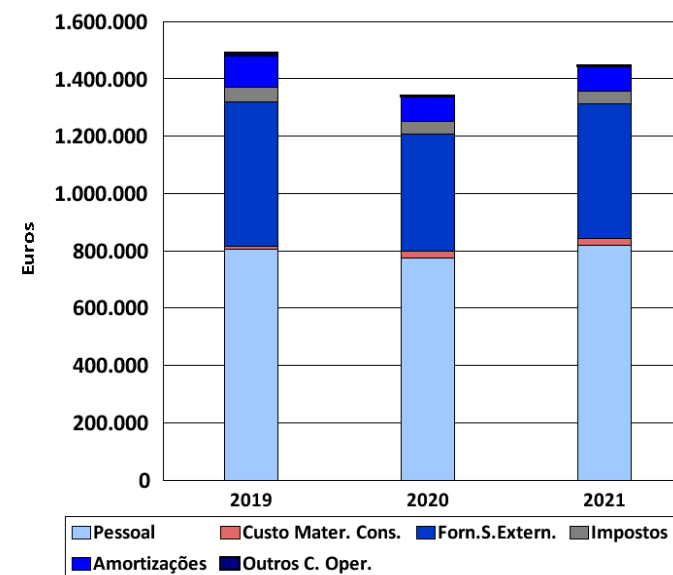


GRÁFICO Nº 28 – Evolução da Estrutura de Custos Totais (2019 – 2021)

De notar que a rubrica de Pessoal, continua a cumprir cabalmente o limite previsto na Lei-Quadro das Fundações<sup>23</sup> para as fundações privadas com estatuto de utilidade pública, cuja atividade consista predominantemente na prestação de serviços à comunidade e que é de 75% em função dos seus rendimentos anuais.

Por fim importa sinalizar que o exercício observa um aumento de honorários de 12,7% face a 2020, acompanhando o aumento da receita da saúde (recorda-se de 16,7%) verificada no ano.

<sup>23</sup> Trata-se de um limite estabelecido para as despesas de pessoal e de administração, segundo a alínea b) do nº 1 do artigo 10º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei nº 24/2012, de 9/7, na nova redação dada pela Lei nº 67/2021, de 25/8. O incumprimento deste limite implica a revogação do estatuto de utilidade pública por parte da Fundação.

### 2.1.2. O BALANÇO

O Balanço apresentava, em 31 de dezembro de 2021, um total no Ativo da ordem dos 9,154 milhões de euros – 7,050 milhões de euros no Ativo não corrente e 2,104 milhões de euros no Ativo corrente.

Comparativamente com o ano 2020, o ano de 2021 regista uma valorização do ativo de 1,87%, devida no essencial ao aumento de 203,9 mil euros do ativo corrente. Este montante representa um crescimento de 10,7% face ao montante registado no ano anterior, contribuindo para o efeito sobretudo o acréscimo de 189.133,48€ em “Caixa e Depósitos Bancários”.

O montante do Passivo é, por seu turno, superior em cerca de 18% face ao do ano anterior.

Esta situação deve-se em parte à constituição de novas Provisões no montante total de 40 mil €.

O Passivo corrente aumenta, face ao ano anterior, 13,8%. Este, totalizando 456.690,35€ (regista um aumento de 55.658,59€ face à situação a 31.12.2020), sendo este aumento devido fundamentalmente: i) a cauções (ou seja, pagamentos efetuados por inquilinos e que registam um aumento de 34% face ao ano anterior; e ii) outros credores (com um acréscimo de 64.356,02€).

Os Fundos Patrimoniais sofrem uma valorização no ano de 1%, no montante de 92.174,35€, essencialmente resultado da obtenção no exercício de um resultado líquido positivo de 96,8 mil € e do efeito

líquido da capitalização de doações para investimento no montante de 4.698,50 € negativos.

### 3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 3.1. BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

QUADRO I

| Valores em Euros                                  | Notas | 31/12/2021          | 31/12/2020          |
|---------------------------------------------------|-------|---------------------|---------------------|
| <b>ATIVO</b>                                      |       |                     |                     |
| Ativo não corrente                                |       |                     |                     |
| Ativos fixos tangíveis                            | 5     | 7 050 106,55        | 7 085 840,44        |
|                                                   |       | <b>7 050 106,55</b> | <b>7 085 840,44</b> |
| <b>Ativo corrente</b>                             |       |                     |                     |
| Inventários                                       | 6     | 24 082,17           | 32 486,61           |
| Estado e outros Entes Públicos                    | 7     | 492,80              | 2 638,84            |
| Créditos a receber                                | 8     | 115 709,05          | 94 483,01           |
| Diferimentos                                      | 16    | 4 133,93            | -                   |
| Caixa e depósitos bancários                       | 10    | 1 959 811,98        | 1 770 678,50        |
|                                                   |       | <b>2 104 229,93</b> | <b>1 900 286,96</b> |
| <b>Total do ativo</b>                             |       | <b>9 154 336,48</b> | <b>8 986 127,40</b> |
| <b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>              |       |                     |                     |
| <b>Fundos patrimoniais</b>                        |       |                     |                     |
| Fundos                                            | 11    | 2 261 729,41        | 2 261 729,41        |
| Resultados transitados                            | 12    | 6 267 464,99        | 6 102 972,47        |
| Outras variações nos fundos patrimoniais          | 13    | 31 578,88           | 36 277,38           |
|                                                   |       | 8 560 773,28        | 8 400 979,26        |
| Resultado líquido do período                      |       | 96 872,85           | 164 492,52          |
| <b>Total dos fundos patrimoniais</b>              |       | <b>8 657 646,13</b> | <b>8 565 471,78</b> |
| <b>Passivo</b>                                    |       |                     |                     |
| <b>Passivo não corrente</b>                       |       |                     |                     |
| Provisões                                         | 14    | 40 000,00           | 19 623,86           |
|                                                   |       | <b>40 000,00</b>    | <b>19 623,86</b>    |
| <b>Passivo corrente</b>                           |       |                     |                     |
| Fornecedores                                      | 15    | 35 784,71           | 30 601,09           |
| Estado e outros Entes Públicos                    | 7     | 26 141,31           | 28 400,96           |
| Diferimentos                                      | 16    | 90 638,34           | 109 602,99          |
| Outros passivos correntes                         | 17    | 304 125,99          | 232 426,72          |
|                                                   |       | <b>456 690,35</b>   | <b>401 031,76</b>   |
| <b>Total do passivo</b>                           |       | <b>496 690,35</b>   | <b>420 655,62</b>   |
| <b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b> |       | <b>9 154 336,48</b> | <b>8 986 127,40</b> |

As notas seguintes são parte integrante das presentes demonstrações financeiras.

### 3.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

#### Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

QUADRO II

| Valores em Euros                                                           | Notas | 2021              | 2020              |
|----------------------------------------------------------------------------|-------|-------------------|-------------------|
| <b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>                                                |       |                   |                   |
| Vendas e serviços prestados                                                | 18    | 320 346,66        | 274 436,16        |
| Subsídios, doações e legados à exploração                                  | 19    | 188 806,41        | 211 938,61        |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas                   | 6     | (23 330,80)       | (23 000,23)       |
| Fornecimentos e serviços externos                                          | 20    | (471 030,34)      | (409 545,82)      |
| Gastos com o pessoal                                                       | 21    | (818 592,13)      | (774 696,53)      |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)                         | 9     | (1 828,06)        | (25 767,83)       |
| Provisões (aumentos/reduções)                                              | 14    | (40 000,00)       | -                 |
| Outros rendimentos                                                         | 22    | 1 070 517,52      | 1 039 801,15      |
| Outros gastos                                                              | 23    | (47 681,68)       | (49 443,74)       |
| <b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b> |       | <b>177 207,58</b> | <b>243 721,77</b> |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização                           | 5     | (84 893,60)       | (83 794,10)       |
| <b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b> |       | <b>92 313,98</b>  | <b>159 927,67</b> |
| Juros e rendimentos similares obtidos                                      | 18    | 4 558,87          | 4 564,85          |
| <b>Resultados antes de impostos</b>                                        |       | <b>96 872,85</b>  | <b>164 492,52</b> |
| <b>Resultado líquido do período</b>                                        |       | <b>96 872,85</b>  | <b>164 492,52</b> |

As notas seguintes são parte integrante das presentes demonstrações financeiras.

Lisboa, 8 de março de 2022

O CONSELHO EXECUTIVO

*[Assinatura]*  
*Paulo Lopes de Almeida*

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*[Assinatura]*  
*Paulo Costa*

### 3.3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

De 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2021

QUADRO III

| Valores em Euros                                                          | Notas            | Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores |                        |                                          |                              | Total dos Fundos Patrimoniais |
|---------------------------------------------------------------------------|------------------|--------------------------------------------------|------------------------|------------------------------------------|------------------------------|-------------------------------|
|                                                                           |                  | Fundos                                           | Resultados Transitados | Outras variações nos fundos patrimoniais | Resultado líquido do período |                               |
| <b>POSIÇÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2020</b>                                    | <b>1</b>         | 2 261 729,41                                     | 5 950 187,50           | 40 975,88                                | 152 784,97                   | 8 405 677,76                  |
| <b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>                                              |                  |                                                  |                        |                                          |                              |                               |
| Recebimento de donativo para investimento                                 |                  |                                                  |                        |                                          |                              | -                             |
| Donativos - transferência para rendimentos do exercício                   | 13 e 19          | -                                                | -                      | (4 698,50)                               | -                            | (4 698,50)                    |
|                                                                           | <b>7</b>         | -                                                | -                      | (4 698,50)                               | -                            | (4 698,50)                    |
| <b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>                                       | <b>8</b>         |                                                  |                        |                                          | 164 492,52                   | 164 492,52                    |
| <b>RESULTADO INTEGRAL</b>                                                 | <b>4=2+3</b>     |                                                  |                        |                                          | 164 492,52                   | 164 492,52                    |
| <b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>                             |                  |                                                  |                        |                                          |                              |                               |
| Transferência do resultado líquido do período para resultados transitados | 12               | -                                                | 152 784,97             | -                                        | (152 784,97)                 | -                             |
|                                                                           | <b>5</b>         | -                                                | 152 784,97             | -                                        | (152 784,97)                 | -                             |
| <b>POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>                                  | <b>6=1+2+3+4</b> | 2 261 729,41                                     | 6 102 972,47           | 36 277,38                                | 164 492,52                   | 8 565 471,78                  |

| Valores em Euros                                                          | Notas           | Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores |                        |                                          |                              | Total dos Fundos Patrimoniais |
|---------------------------------------------------------------------------|-----------------|--------------------------------------------------|------------------------|------------------------------------------|------------------------------|-------------------------------|
|                                                                           |                 | Fundos                                           | Resultados Transitados | Outras variações nos fundos patrimoniais | Resultado líquido do período |                               |
| <b>POSIÇÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2021</b>                                    | <b>6</b>        | 2 261 729,41                                     | 6 102 972,47           | 36 277,38                                | 164 492,52                   | 8 565 471,78                  |
| <b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>                                              |                 |                                                  |                        |                                          |                              |                               |
| Recebimento de donativo para investimento                                 |                 |                                                  |                        |                                          |                              | -                             |
| Donativos - transferência para rendimentos do exercício                   | 13 e 19         | -                                                | -                      | (4 698,50)                               | -                            | (4 698,50)                    |
|                                                                           | <b>7</b>        | -                                                | -                      | (4 698,50)                               | -                            | (4 698,50)                    |
| <b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>                                       | <b>8</b>        |                                                  |                        |                                          | 96 872,85                    | 96 872,85                     |
| <b>RESULTADO INTEGRAL</b>                                                 | <b>9=7+8</b>    |                                                  |                        |                                          | 96 872,85                    | 96 872,85                     |
| <b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>                             |                 |                                                  |                        |                                          |                              |                               |
| Transferência do resultado líquido do período para resultados transitados | 12              | -                                                | 164 492,52             | -                                        | (164 492,52)                 | -                             |
|                                                                           | <b>10</b>       | -                                                | 164 492,52             | -                                        | (164 492,52)                 | -                             |
| <b>POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>                                  | <b>6+7+8+10</b> | 2 261 729,41                                     | 6 267 464,99           | 31 578,88                                | 96 872,85                    | 8 657 646,13                  |

As notas seguintes são parte integrante das presentes demonstrações financeiras.

## Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

QUADRO IV

| Valores em euros                                                   | Notas | 2021                  | 2020                  |
|--------------------------------------------------------------------|-------|-----------------------|-----------------------|
| <b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRETO</b> |       |                       |                       |
| Recebimentos de clientes e utentes                                 |       | 316 274,26            | 273 074,00            |
| Pagamento a fornecedores                                           |       | 673 414,08            | 581 982,39            |
| Pagamentos ao pessoal                                              |       | 942 126,57            | 895 189,34            |
| <b>Caixa gerada pelas operações</b>                                |       | <b>(1 299 266,39)</b> | <b>(1 204 097,73)</b> |
| Outros recebimentos/pagamentos                                     |       | 1 363 706,07          | 1 231 799,38          |
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>             |       | <b>64 439,68</b>      | <b>27 701,65</b>      |
| <b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>              |       |                       |                       |
| <b>Pagamentos respeitantes a:</b>                                  |       |                       |                       |
| Ativos fixos tangíveis                                             |       | 58 613,53             | 84 226,53             |
| <b>Recebimentos provenientes de:</b>                               |       |                       |                       |
| Juros e rendimentos similares                                      |       | 4 836,42              | 4 297,98              |
| <b>Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)</b>           |       | <b>(53 777,11)</b>    | <b>(79 928,55)</b>    |
| <b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>             |       |                       |                       |
| <b>Recebimentos provenientes de:</b>                               |       |                       |                       |
| Doações e subsídios                                                | 19    | 178 470,91            | 212 127,11            |
| <b>Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)</b>          |       | <b>178 470,91</b>     | <b>212 127,11</b>     |
| <b>VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3)</b>               |       | <b>189 133,48</b>     | <b>159 900,21</b>     |
| <b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO DO PERÍODO</b>              | 10    | <b>1 770 678,50</b>   | <b>1 610 778,29</b>   |
| <b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO</b>                 | 10    | <b>1 959 811,98</b>   | <b>1 770 678,50</b>   |

As notas seguintes são parte integrante das presentes demonstrações financeiras.

## ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Nas presentes notas, todos os montantes são apresentados em euros, salvo se indicado o contrário.)

### 1. Identificação da entidade

**Designação:** Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso  
**Sede Social:** Av. Dr. Mário Moutinho (ao Restelo), Lisboa  
**Fundos:** € 2.261.729,41  
**N.I.P.C.:** 500 847 754

A Fundação da Nossa Senhora do Bom Sucesso ("Fundação") foi constituída em 7 de março de 1951 e dedica-se a fins de saúde e de desenvolvimento humano. Na prossecução dos seus fins a Fundação atende em especial:

- À promoção e proteção da saúde materno-infantil, bem como à prevenção e controlo da doença; e
- À proteção e apoio às crianças e jovens, nomeadamente àqueles que, desinseridos de meio familiar normal, se encontrem ao abrigo e proteção de outras instituições de solidariedade social, bem como à família.

A Fundação, com observância do disposto na lei e nos seus estatutos, pode adquirir, alienar ou onerar bens móveis, imóveis e direitos, incluindo participações sociais ou financeiras, e contrair obrigações, incluindo empréstimos, bem como realizar investimentos, em Portugal ou no estrangeiro, nos termos que entenda como

adequados à prossecução dos seus fins ou à realização de uma aplicação mais produtiva ou segura dos valores do seu património.

Constituem rendimentos da Fundação:

- Os rendimentos das prestações de serviços (Nota 18);
- Os rendimentos dos seus bens, móveis ou imóveis, e de capitais próprios (Nota 22);
- Os subsídios do Estado, das autarquias locais ou de outras entidades, públicas ou privadas (Nota 19); e
- Os rendimentos provenientes de heranças, legados e doações que venham a ser instituídos a seu favor, bem como de donativos, produtos de festas e subscrições e, bem assim, de quaisquer direitos que a Fundação venha por outro modo a adquirir (Nota 19).

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e autorizadas para emissão pelo Conselho Executivo em 8 de Março de 2022.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas de acordo com as normas que compõem o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (SNC-ESNL), o qual que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas a Norma Contabilística de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não

Lucrativo (NCRF-ESNL), o código de contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo (CC-ESNL) e os modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do sector não lucrativo.

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada: (i) as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI); (ii) as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e (iii) as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e as respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Nas demonstrações financeiras anexas, preparadas a partir dos registos contabilísticos da Fundação, foram consideradas as seguintes bases de preparação:

### Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Fundação.

### Regime da periodização económica (ou do acréscimo)

Os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as seguintes definições e critérios:

- Um ativo é um recurso controlado pela Fundação como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a Fundação benefícios económicos futuros.
- Um passivo é uma obrigação presente da Fundação proveniente de acontecimentos passados, da liquidação da qual se espera que resulte um efluxo de recursos da Fundação incorporando benefícios económicos futuros.
- Os fundos patrimoniais são os interesses residuais nos ativos da Fundação depois de deduzir todos os seus passivos.
- Os rendimentos são aumentos dos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de influxos ou aumentos de ativos ou diminuições de passivos que resultem em aumentos nos fundos patrimoniais, que não sejam os relacionados com as contribuições de instituidores.
- Os gastos são diminuições nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de efluxos ou depreciação de ativos ou na ocorrência de passivos que resultem em diminuições de fundos patrimoniais.

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são respetivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas na rubrica do ativo Créditos a receber, em Devedores por acréscimos de rendimento. Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao exercício e ainda não

pagos ou liquidados são reconhecidas na rubrica Outros passivos correntes, em Credores por acréscimos de gastos.

As quantias dos rendimentos e dos gastos que, apesar de já ter ocorrido a respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento, devam ser reconhecidos nos períodos seguintes, são reconhecidos na rubrica de Diferimentos, em Rendimentos a reconhecer ou Gastos a reconhecer, respetivamente.

### Consistência e apresentação

Os critérios de apresentação e de classificação de itens das demonstrações financeiras são mantidos de um período para o outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação, e em todo o caso (ii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iii) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

### Materialidade e agregação

Aplicar o conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico contido na NCRF-ESNL não necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a Fundação

não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das presentes demonstrações financeiras.

Quanto à agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovados para as ESNL.

### Compensação

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

Não se consideram compensações (i) a mensuração de ativos líquidos de deduções de valorização, (ii) a dedução da quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume obtidos ou concedidos, (iii) a dedução ao produto da alienação de ativos não correntes da quantia escriturada do ativo e dos gastos de venda relacionados, e (iv) a compensação dos dispêndios relacionados com uma provisão previamente reconhecida para o efeito.

### Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2020 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019. Não existem contas de balanço e da demonstração de

resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

#### 3.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo ou ao custo considerado, no caso da propriedade de investimento, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas (Nota 5).

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Fundação.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos do período no ano em que ocorrem à medida que são incorridos, de acordo com o regime de acréscimo.

A Fundação procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de

uso, sendo este calculado com base na melhor estimativa das atividades presentes e futuras do ativo para a Fundação.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sobre o custo ou o custo considerado, sendo utilizado o método das quotas constantes e aplicando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada, como segue:

| Descrição                       | Vida útil estimada (anos) |
|---------------------------------|---------------------------|
| Edifícios e outras construções  | 100                       |
| Equipamentos:                   |                           |
| Equipamento básico imagiológico | 3                         |
| Equipamento básico outro        | 12                        |
| Ferramentas e utensílios        | 8                         |
| Equipamento administrativo      | 10 - 12                   |
| Outros ativos fixos tangíveis   | 6 - 12                    |

Os terrenos onde estão assentes os edifícios não são depreciados.

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, na data do balanço. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações deduzido dos gastos de transação e a quantia escriturada do ativo e

são reconhecidos na demonstração dos resultados como outros rendimentos ou outros gastos (operacionais).

### 3.2 Imparidade de ativos não correntes

Os ativos sujeitos a depreciação são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, deduzidos os gastos para venda e o seu valor de uso.

Para realização de testes por imparidade os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente os fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o ativo), quando não seja possível fazê-lo individualmente para cada ativo.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as referidas perdas por imparidade já não existem ou diminuíram.

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como rendimento operacional. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação)

caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

### 3.3 Inventários

Os inventários são constituídos por matérias-primas, subsidiárias e de consumo que se encontram valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio (Nota 6).

### 3.4 Créditos a receber

Os Créditos a receber correntes são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, e subsequentemente de acordo com o custo amortizado, sendo apresentadas no balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas (Nota 8).

As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber

(Nota 9) e são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

### 3.5 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor (Nota 10).

### 3.6 Provisões

São reconhecidas provisões sempre que a Fundação tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, em que seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (Nota 14).

### 3.7 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo, que incluem benefícios monetários (tais como salários, ordenados, subsídios e contribuições para a segurança social) e benefícios não monetários (tais como cuidados médicos ou serviços gratuitos ou subsidiados), relativos aos empregados correntes são contabilizados pela quantia não

descontada que se espera que seja paga (custo da obrigação) (Nota 21).

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respetivo direito, por contrapartida da demonstração de resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data de balanço está relevado na rubrica Outros passivos correntes (Nota 17).

Os benefícios de cessação de emprego, uma vez que não proporcionam à Fundação futuros contributos para o desenvolvimento das suas atividades presentes e futuras, são reconhecidos imediatamente como um gasto.

### 3.8 Fornecedores e Outros passivos correntes

Os Fornecedores e Outros passivos correntes são constituídos pelos saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar correntes e são registados pelo seu valor nominal, i.e., ao custo (Notas 15 e 17).

### 3.9 Estado e outros entes públicos

Os saldos a pagar e/ou a receber destas entidades, relativos a impostos, contribuições e taxas são mensurados pela quantia que se

espera que seja recuperada/paga de/às autoridades fiscais e outras, utilizando-se as leis em vigor à data do balanço (Nota 7).

### 3.10 Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registrados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registradas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

### 3.11 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tendo em consideração a quantia eventual de qualquer desconto comercial e de quantidades concedidos pela Fundação.

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados, com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço e pelo justo valor do montante recebido ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos (Nota 18).

### 3.12 Subsídios e doações

Os subsídios do Estado e outros entes públicos e as doações de outras entidades só são reconhecidos após existir segurança de que a Fundação cumprirá as condições inerentes aos mesmos e que os subsídios e doações serão recebidos.

Os subsídios e as doações relacionados com ativos são subvenções cuja condição primordial da atribuição é o compromisso por parte da Fundação em adquirir ativos fixos tangíveis. Estas subvenções são reconhecidas inicialmente nos Fundos patrimoniais (Nota 13) e posteriormente reconhecidas como rendimento na proporção das depreciações dos ativos subsidiados (Nota 19).

Os subsídios e os donativos à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a Fundação por custos incorridos, são registrados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar (Nota 19). Os subsídios e os donativos relacionados com gastos futuros são reconhecidos no passivo na rubrica “Diferimentos” (Nota 16).

Os subsídios e doações monetárias são registrados pela sua quantia nominal. Os subsídios e doações não monetários são registrados pelo justo valor do ativo não monetário ou pela quantia nominal quando o justo valor não possa ser determinado com fiabilidade.

### 3.13 Imposto sobre o rendimento

A Fundação na Nossa Senhora do Bom Sucesso é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (“IPSS”) desde 30 de outubro de 1987 e tem reconhecida a isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) desde 13 de fevereiro de 1990.

Nos termos do artigo 10º, n.º 1 alínea b) do CIRC, estão isentas de IRC as instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

### 3.14 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

### 3.15 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

#### Imparidade de créditos a receber

As perdas por imparidade de contas a receber são calculadas essencialmente com base na sua antiguidade, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos.

### Provisões

São reconhecidas provisões sempre que a Fundação tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

O Conselho Executivo considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada o Balanço da Fundação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

### 3.16 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo Conselho Executivo da Fundação quaisquer situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da instituição.

### 3.17 Principais fontes de incertezas de estimativas

As principais fontes de incertezas das estimativas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

#### 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são alteradas as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal não seja permitido pela NCRF-ESNL ou que seja de todo impraticável. As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2021 são coerentes com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, não existindo quaisquer alterações nas estimativas contabilísticas e/ou erros.

#### 5. Ativos fixos tangíveis

No decurso dos exercícios de 2021 e 2020 o movimento ocorrido nos “Ativos fixos tangíveis” bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade, foi conforme segue:

| Valores em euros                               | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Total          |
|------------------------------------------------|------------------------------|--------------------------------|--------------------|----------------------------|-------------------------------|----------------|
| <b>Custo</b>                                   |                              |                                |                    |                            |                               |                |
| Saldo em 1 de janeiro de 2020                  | 1 704 054,08                 | 5 644 089,18                   | 305 201,80         | 381 069,88                 | 156 428,63                    | 8 190 843,57   |
| Aquisições                                     | -                            | -                              | 11 152,96          | 14 082,55                  | 17 448,37                     | 42 683,88      |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020                | 1 704 054,08                 | 5 644 089,18                   | 316 354,76         | 395 152,43                 | 173 877,00                    | 8 233 527,45   |
| Aquisições                                     | -                            | -                              | 1 899,83           | 7 078,49                   | 40 181,39                     | 49 159,71      |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021                | 1 704 054,08                 | 5 644 089,18                   | 318 254,59         | 402 230,92                 | 214 058,39                    | 8 282 687,16   |
| <b>Depreciações acumuladas</b>                 |                              |                                |                    |                            |                               |                |
| Saldo em 1 de janeiro de 2020                  | -                            | (371 854,69)                   | (242 658,95)       | (337 055,47)               | (112 323,80)                  | (1 063 892,91) |
| Aumentos                                       | -                            | (55 444,68)                    | (8 954,06)         | (7 807,69)                 | (11 587,67)                   | (83 794,10)    |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020                | -                            | (427 299,37)                   | (251 613,01)       | (344 863,16)               | (123 911,47)                  | (1 147 687,01) |
| Aumentos                                       | -                            | (55 444,62)                    | (8 732,73)         | (7 610,34)                 | (13 105,91)                   | (84 893,60)    |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021                | -                            | (482 743,99)                   | (260 345,74)       | (352 473,50)               | (137 017,38)                  | (1 232 580,61) |
| Valor contabilístico em 1 de janeiro de 2020   | 1 704 054,08                 | 5 272 234,49                   | 62 542,85          | 44 014,41                  | 44 104,83                     | 7 126 950,66   |
| Valor contabilístico em 31 de dezembro de 2020 | 1 704 054,08                 | 5 216 789,81                   | 64 741,75          | 50 289,27                  | 49 965,53                     | 7 085 840,44   |
| Valor contabilístico em 31 de dezembro de 2021 | 1 704 054,08                 | 5 161 345,19                   | 57 908,85          | 49 757,42                  | 77 041,01                     | 7 050 106,55   |

Os principais ativos da Fundação são o edifício da Sede e um outro imóvel (Nota 22), também sito em Lisboa e os terrenos inerentes.

## 6. Inventários

No decurso dos exercícios de 2021 e 2020 o movimento ocorrido nos “Inventários” bem como o apuramento do respetivo custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, foi conforme segue:

| Valores em euros                                                | Matérias-primas, subsidiárias e de consumo |
|-----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|
| <b>Inventário em 1 de janeiro de 2020</b>                       | <b>8 354,16</b>                            |
| Compras                                                         | 47 197,81                                  |
| Reclassificações e regularizações                               | (65,13)                                    |
| <b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b> | <b>(23 000,23)</b>                         |
| <b>Inventário em 31 de dezembro de 2020</b>                     | <b>32 486,61</b>                           |
| Compras                                                         | 15 074,47                                  |
| Reclassificações e regularizações                               | (148,11)                                   |
| <b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b> | <b>(23 330,80)</b>                         |
| <b>Inventário em 31 de dezembro de 2021</b>                     | <b>24 082,17</b>                           |

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica Inventários respeita integralmente a existências de medicamentos e artigos de saúde.

## 7. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam dívidas em situações de mora com o Estado e outros entes públicos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos com estas entidades detalham-se como segue:

| Valores em euros                                              | 31/12/2021       | 31/12/2020       |
|---------------------------------------------------------------|------------------|------------------|
| <b>Ativo</b>                                                  |                  |                  |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) - reembolsos pedidos | 492,80           | 2 638,84         |
| <b>Total</b>                                                  | <b>492,80</b>    | <b>2 638,84</b>  |
| <b>Passivo</b>                                                |                  |                  |
| Retenção de impostos sobre rendimentos                        | 13 677,59        | 11 115,05        |
| Segurança social                                              | 12 463,72        | 17 275,23        |
| Outros Impostos e Taxas                                       | -                | 10,68            |
| <b>Total</b>                                                  | <b>26 141,31</b> | <b>28 400,96</b> |

## 8. Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica Créditos a receber detalha-se conforme segue:

| Valores em euros                          | 31/12/2021        | 31/12/2020       |
|-------------------------------------------|-------------------|------------------|
| Seguradoras                               | 820,60            | 644,45           |
| Laboratórios                              | 515,44            | 342,27           |
| Entidades do setor público administrativo | 17 612,04         | 13 906,45        |
| Utentes                                   | 461,99            | 477,00           |
| Inquilinos                                | 143 853,71        | 180 353,26       |
| Outros devedores                          | 85 247,68         | 31 160,64        |
| Perdas por imparidade (Nota 9)            | (132 802,41)      | (132 401,06)     |
| <b>Total</b>                              | <b>115 709,05</b> | <b>94 483,01</b> |

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica Inquilinos respeitava essencialmente a rendas a receber nos montantes de, respetivamente, € 143.853,71 e € 180.353,26.

## 9. Imparidade de dívidas a receber

O movimento ocorrido nos exercícios de 2021 e 2020 na rubrica de Imparidade de dívidas a receber foi como segue:

| Valores em euros     | 31/12/2021          | 31/12/2020          |
|----------------------|---------------------|---------------------|
| <b>Saldo inicial</b> | (132 401,06)        | (106 633,23)        |
| Reforços             | (17 518,83)         | (33 062,42)         |
| Reversões            | 15 690,77           | 7 294,59            |
| Utilizações          | 1 426,71            | -                   |
| <b>Saldo final</b>   | <b>(132 802,41)</b> | <b>(132 401,06)</b> |

Em 31 de dezembro de 2021 o valor da Imparidade de dívidas a receber reparte-se da seguinte forma: (i) Inquilinos no montante de € 131.122,71 (2020: € 132.279,56), (ii) Utentes no montante de € 1.150,08 (2020: € 121,50) e outros devedores no montante de €529,62.

As reversões ocorridas durante o exercício de 2021 respeitam a dívidas de Inquilinos e utentes nos montantes de, respetivamente, € 15.651,77 e € 39,00.

As reversões ocorridas durante o exercício de 2020 respeitam a dívidas de Inquilinos.

## 10. Caixa e depósitos bancários

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Fundação classifica os juros pagos como atividades de financiamento e os juros recebidos como atividades de investimento.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “Caixa e depósitos bancários” detalha-se conforme segue:

| Valores em euros  | 31/12/2021          | 31/12/2020          |
|-------------------|---------------------|---------------------|
| Caixa             | 2 078,16            | 2 742,17            |
| Depósitos à ordem | 146 133,82          | 150 836,33          |
| Depósitos a prazo | 1 507 600,00        | 1 207 600,00        |
| Outros depósitos  | 304 000,00          | 409 500,00          |
| <b>Total</b>      | <b>1 959 811,98</b> | <b>1 770 678,50</b> |

Com referência a 31 de Dezembro de 2021, a rubrica de Depósitos a prazo refere-se detalha-se como segue:

| Instituição                        | Valor em euros      | Vencimento  | Taxa de juro |
|------------------------------------|---------------------|-------------|--------------|
| Banco Finantia                     | 200 000,00          | abril/22    | 1,00%        |
| Banco BNI Europa                   | 100 000,00          | junho/22    | 0,04%        |
| BIG - Banco de Investimento Global | 150 000,00          | janeiro/24  | 0,60%        |
| Banco Finantia                     | 157 000,00          | outubro/22  | 0,90%        |
| Banco Finantia                     | 100 600,00          | novembro/22 | 0,90%        |
| Banco Finantia                     | 150 000,00          | dezembro/23 | 0,80%        |
| Banco Finantia                     | 300 000,00          | abril/24    | 0,70%        |
| BIG - Banco de Investimento Global | 250 000,00          | março/26    | 0,50%        |
| BIG - Banco de Investimento Global | 100 000,00          | julho/26    | 0,50%        |
| <b>Total</b>                       | <b>1 507 600,00</b> |             |              |

As aplicações supramencionadas vencem juros a taxas compreendidas no intervalo entre os 0,04% e os 1%, podendo ser mobilizadas antecipadamente sem perda de capital.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outros depósitos” nos montantes de, respetivamente, € 304.000 e € 409.500, respeita a aplicações de muito curto prazo.

## 11. Fundos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os Fundos ascendiam a € 2.261.729,41 e respeitavam a valores aportados pelos instituidores da Fundação em exercícios anteriores.

## 12. Resultados transitados

Em 31 de dezembro de 2021 e 2021 os resultados transitados ascendiam a, respetivamente, € 6.267.464,99 e € 6.101.972,47 e respeitavam a resultados líquidos apurados em exercícios anteriores.

## 13. Outras variações nos fundos patrimoniais

A Fundação celebrou com a The Navigator Company protocolos para atribuição de donativos destinados a fazer face aos custos na implementação e desenvolvimento de um projeto que visa a promoção e proteção da saúde materno-infantil, bem como para a

prevenção e controlo da doença e, por sua vez, melhorar as condições de desenvolvimento Humano.

A parte dos donativos atribuídos destinados à aquisição de equipamentos médicos úteis e necessários à prossecução dos objetivos do projeto acima referido, foi reconhecida inicialmente na rubrica de Outras variações nos fundos patrimoniais e posteriormente reconhecida como rendimento na proporção das depreciações do ativo subvencionado, sendo que a parte do donativo transferido para resultados do exercício ascende, no ano de 2021, a € 4.698,50 (2020: € 4.698,50) (Nota 19).

## 14. Provisões

O movimento ocorrido nos exercícios de 2021 e 2020 na rubrica de Provisões foi como segue:

| Valores em euros                      | Outros riscos e encargos |
|---------------------------------------|--------------------------|
| <b>Saldo a 31 de dezembro de 2020</b> | <b>19 623,86</b>         |
| <b>Saldo em 1 de janeiro de 2021</b>  | <b>19 623,86</b>         |
| Aumentos                              | 40 000,00                |
| Utilizações                           | (19 623,86)              |
| <b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b> | <b>40 000,00</b>         |

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as provisões em balanço destinavam-se a fazer face a outros riscos e encargos inerentes à atividade da Fundação.

## 15. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos a pagar a Fornecedores correntes detalham-se como segue:

| Valores em euros                            | 31/12/2021       | 31/12/2020       |
|---------------------------------------------|------------------|------------------|
| Fornecedores c/c - mercado nacional         | 35 620,90        | 30 470,43        |
| Fornecedores c/c - mercado intracomunitário | 163,81           | 130,66           |
| <b>Total</b>                                | <b>35 784,71</b> | <b>30 601,09</b> |

## 16. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica Diferimentos refere-se a rendimentos a reconhecer relativos a rendas antecipadas nos montantes de, respetivamente, € 90.638,34 e € 109.602,99 e a Gastos a reconhecer relativos a Seguro Multirriscos no valor de 4.133,93€.

## 17. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica Outros passivos correntes detalha-se como segue:

| Valores em euros                                     | 31/12/2021        | 31/12/2020        |
|------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Acréscimos de gastos                                 |                   |                   |
| Remunerações a liquidar - pessoal                    | 119 670,81        | 117 997,83        |
| Outros gastos                                        | 11 468,93         | 20 743,63         |
| Fornecedores de investimentos                        | -                 | 5 196,38          |
| Cauções                                              | 80 257,49         | 59 604,67         |
| Médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde | 18 655,49         | 19 166,96         |
| Outros credores                                      | 74 073,27         | 9 717,25          |
| <b>Total</b>                                         | <b>304 125,99</b> | <b>232 426,72</b> |

## 18. Réditos

Nos exercícios de 2021 e 2020 os réditos da Fundação detalham-se como segue:

| Valores em euros                                                     | 2021              | 2020              |
|----------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Prestação de serviços                                                |                   |                   |
| Consultas de medicina, enfermagem e de outros profissionais de saúde | 258 801,33        | 213 550,71        |
| Outros serviços                                                      | 61 545,33         | 60 885,45         |
|                                                                      | <b>320 346,66</b> | <b>274 436,16</b> |
| Juros obtidos de depósitos bancários                                 | 4 558,87          | 4 564,85          |
| <b>Total</b>                                                         | <b>324 905,53</b> | <b>279 001,01</b> |

## 19. Subsídios, doações e legados à exploração

Nos exercícios de 2021 e 2020 a rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração” detalha-se como segue:

| Valores em euros                                                      | 2021              | 2020              |
|-----------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Subsídios do Estado e outros Entes Públicos</b>                    |                   |                   |
| Autoridade Tributária e Aduaneira (Consignação de IRS)                | 9 872,91          | 17 893,70         |
| Autoridade Tributária e Aduaneira (Benefício de 15% do IVA suportado) | 1 080,00          | 838,53            |
|                                                                       | <b>10 952,91</b>  | <b>18 732,23</b>  |
| <b>Outros Subsídios e Doações</b>                                     |                   |                   |
| The Navigator Company                                                 | 154 698,50        | 184 698,50        |
| Fundação Montepio                                                     | -                 | 4 451,88          |
| EUROCHILD                                                             | 9 637,00          | 363,00            |
| Outras entidades                                                      | 13 518,00         | 3 693,00          |
|                                                                       | <b>177 853,50</b> | <b>193 206,38</b> |
| <b>Total</b>                                                          | <b>188 806,41</b> | <b>211 938,61</b> |

Nos exercícios de 2021 e 2020 as doações da The Navigator Company incluem o montante de, respetivamente, € 4.698,50 e € 4.698,50 relativos à parte dos donativos ao investimento reconhecidos em resultados do exercício (Nota 13).

A reconciliação entre os subsídios e doações reconhecidos como rendimentos dos exercícios de 2021 e 2020 e respetivos recebimentos é como segue:

| Valores em euros                                                     | 2021              | 2020              |
|----------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Recebimento de doações e outros subsídios                            | 178 470,91        | 212 127,11        |
| <b>Subsídios e doações reconhecidos em Caixa e seus equivalentes</b> | <b>178 470,91</b> | <b>212 127,11</b> |
| Subsídios ao investimento reconhecidos em rendimentos do período     | 4 698,50          | 4 698,50          |
| Subsídios atribuídos à exploração, a reconhecer                      | 5 637,00          | (5 637,00)        |
| Doações em espécie                                                   | -                 | 750,00            |
| <b>Total</b>                                                         | <b>188 806,41</b> | <b>211 938,61</b> |

## 20. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios de 2021 e 2020 a rubrica Fornecimentos e serviços externos detalha-se como segue:

| Valores em euros                   | 2021              | 2020              |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Trabalhos especializados           | 19 644,14         | 16 058,89         |
| Honorários                         | 275 769,23        | 244 610,51        |
| Conservação e reparação            | 33 799,16         | 18 524,67         |
| Outros serviços especializados     | 18 898,72         | 10 551,84         |
| Materiais                          | 15 276,16         | 17 491,10         |
| Energia e água                     | 23 793,84         | 24 835,69         |
| Deslocações, estadas e transportes | 7 075,17          | 12 520,01         |
| Comunicação                        | 9 694,00          | 6 639,36          |
| Seguros                            | 7 794,01          | 4 135,49          |
| Limpeza, higiene e conforto        | 39 708,20         | 36 694,64         |
| Outros serviços diversos           | 19 577,71         | 17 483,62         |
| <b>Total</b>                       | <b>471 030,34</b> | <b>409 545,82</b> |

## 21. Gastos com o pessoal

Nos exercícios de 2021 e 2020 a rubrica Gastos com o pessoal detalha-se como segue:

| Valores em euros                                         | 2021              | 2020              |
|----------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Remunerações do pessoal                                  | 662 391,50        | 624 665,58        |
| Benefícios pós-emprego                                   | 3 361,00          | 3 361,00          |
| Encargos sobre remunerações                              | 141 229,77        | 133 807,59        |
| Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais | 7 956,01          | 8 433,41          |
| Outros gastos com o pessoal                              | 3 653,85          | 4 428,95          |
| <b>Total</b>                                             | <b>818 592,13</b> | <b>774 696,53</b> |

## 22. Outros rendimentos

Nos exercícios de 2021 e 2020 a rubrica Outros rendimentos detalha-se como segue:

| Valores em euros                                            | 2021                | 2020                |
|-------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Descontos de pronto pagamento obtidos                       | 11,00               | 500,38              |
| Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento | 1 070 506,51        | 1 037 276,45        |
| Outros rendimentos e ganhos                                 | 0,01                | 2 024,32            |
| <b>Total</b>                                                | <b>1 070 517,52</b> | <b>1 039 801,15</b> |

A rubrica “Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento” refere-se essencialmente a rendas auferidas no imóvel sito nas Amoreiras, Lisboa (Nota 5).

## 23. Outros gastos

Nos exercícios de 2021 e 2020 a rubrica Outros gastos detalha-se como segue:

| Valores em euros                         | 2021             | 2020             |
|------------------------------------------|------------------|------------------|
| Impostos                                 | 45 450,88        | 44 336,48        |
| Descontos de pronto pagamento concedidos | 474,94           | 497,63           |
| Perdas em inventários                    | 148,11           | 65,13            |
| Outros gastos                            | 2 080,10         | 4 544,50         |
| <b>Total</b>                             | <b>48 154,03</b> | <b>49 443,74</b> |

## 24. Pessoas ao serviço

Nos exercícios de 2021 e 2020 a Fundação tinha o seguinte quadro de colaboradores:

| Valores em euros        | 2021      | 2020      |
|-------------------------|-----------|-----------|
| Órgãos sociais          | 13        | 13        |
| Empregados              | 41        | 38        |
| Prestadores de serviços | 31        | 33        |
| <b>Total</b>            | <b>85</b> | <b>84</b> |

## 25. Saldos e transações com partes relacionadas

No exercício de 2021 não ocorreram transações com partes relacionadas, nem em 31 de dezembro de 2021 existiam saldos com estas entidades.

## 26. Acontecimentos após a data do balanço

Não se verificou a ocorrência de quaisquer eventos subsequentes a 31 de Dezembro de 2021 que possam afetar as Demonstrações Financeiras da Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso com referência ao período findo em 31 de Dezembro de 2021.

#### 4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do período de 2021 foi de 96.872,85€ (noventa e seis mil, oitocentos e setenta e dois euros e oitenta e cinco cêntimos) e propomos que o mesmo seja integralmente aplicado em Resultados Transitados.

Lisboa, 8 de março de 2022

#### CONSELHO EXECUTIVO



JAIME ALBERTO MARQUES SENNFELT FERNANDES FALCÃO (Presidente)



PAULA MARIA MENDES NANITA LOPES DE OLIVEIRA (Administradora Executiva)

MARGARIDA ISABEL FEIJÃO ANTUNES REBOCHO (Administradora)



#### CONTABILISTA CERTIFICADO



## Órgãos Sociais



## ÓRGÃOS SOCIAIS

### ÓRGÃOS SOCIAIS A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

#### Conselho Geral

Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira (*Presidente*)

Duarte Nuno d'Orey da Cunha

Maria de Queiroz Pereira Posser de Andrade

Manuel Augusto Lopes de Lemos

Maria Margarida Gama Mendonça Simões Manaia

João Rodrigo Appleton Moreira Rato

Manuel Custódio de Oliveira

#### Conselho Executivo

Jaime Alberto Marques Sennfelt Fernandes Falcão (*Presidente*)

Paula Maria Mendes Nanita Lopes de Oliveira

Margarida Isabel Feijão Antunes Rebocho

#### Conselho Fiscal

Diogo de Freitas Branco Pais (*Presidente*)

Rui Tiago Trindade Ramos Gouveia

Hugo Alexandre Lopes Pinto



## Anexos

## CRONOGRAMA DA CAMPANHA

| PROJECT: FIRST YEARS COUNT!                                                                                                      | 2020                                                                              |                                                       |     |     |                                                                          |                     |     | 2021 |     |               |                                                              |     |     |     |     |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|-----|-----|--------------------------------------------------------------------------|---------------------|-----|------|-----|---------------|--------------------------------------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|
| OS PRIMEIROS ANOS CONTAM!                                                                                                        | Jun                                                                               | Jul                                                   | Aug | Sep | Oct                                                                      | Nov                 | Dec | Jan  | Feb | Mar           | Apr                                                          | May | Jun | Jul | Ago | Sep |
| <b>Work priority 1</b><br><br>Building a national coalition of civil society and colleting ECD knowledge, practices and policies |                                                                                   | A1: Involvement of the 15 entities potential partners |     |     |                                                                          |                     |     |      |     |               |                                                              |     |     |     |     |     |
|                                                                                                                                  |                                                                                   | A2: Put the first years on agenda                     |     |     |                                                                          |                     |     |      |     |               |                                                              |     |     |     |     |     |
|                                                                                                                                  |                                                                                   | A3: Call for Papers FIRST YEARS COUNT!                |     |     |                                                                          |                     |     |      |     |               |                                                              |     |     |     |     |     |
| <b>Work priority 2</b><br><br>Country profile                                                                                    | A1: Preparation                                                                   |                                                       |     |     |                                                                          |                     |     |      |     |               |                                                              |     |     |     |     |     |
|                                                                                                                                  |                                                                                   |                                                       |     |     |                                                                          |                     |     |      |     | A2: Promotion |                                                              |     |     |     |     |     |
| <b>Work priority 3</b><br><br>European Semester / National Advocacy                                                              | A1: Provide national inputs and leverage national recommendation at country level |                                                       |     |     |                                                                          |                     |     |      |     |               |                                                              |     |     |     |     |     |
|                                                                                                                                  |                                                                                   |                                                       |     |     | A2: raising awareness to National Policy Makers/Head of State Government |                     |     |      |     |               |                                                              |     |     |     |     |     |
| <b>Work priority 4</b><br><br>Branding                                                                                           |                                                                                   |                                                       |     |     |                                                                          | Portuguese supports |     |      |     |               |                                                              |     |     |     |     |     |
| <b>Work priority 5</b><br><br>Advocacy and Communication                                                                         |                                                                                   |                                                       |     |     |                                                                          |                     |     |      |     |               | A1: The Big Meeting                                          |     |     |     |     |     |
|                                                                                                                                  |                                                                                   |                                                       |     |     |                                                                          |                     |     |      |     |               | A2: Building a Microsite linked to official campaign Website |     |     |     |     |     |
| <b>Work priority 6</b><br><br>Management and Reporting                                                                           | A1: Colleting documental evidence and 2 reports writing                           |                                                       |     |     |                                                                          |                     |     |      |     |               |                                                              |     |     |     |     |     |
|                                                                                                                                  | A2: Campaign workplan / budget / MoU                                              |                                                       |     |     |                                                                          |                     |     |      |     |               |                                                              |     |     |     |     |     |

## COUNTRY PROFILE

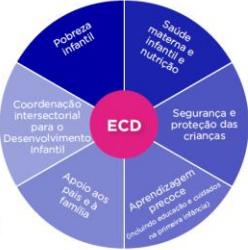
**primeiros anos**  
*a nossa prioridade*



Desenvolvimento Infantil em  
**PORTUGAL**  
Country Profile 2021\*



Portugal fez poucos progressos nos últimos anos em termos de políticas de **Promoção do Desenvolvimento Infantil (ECD)** e de apoio às famílias com filhos pequenos. Especificamente, não existe nenhuma política integrada ou lei nacional que garanta o acesso a serviços básicos de Promoção do Desenvolvimento Infantil em termos de Educação, Saúde, Nutrição e/ou Proteção Social e Infantil para todas as crianças com menos de seis anos de idade. Não existem dados suficientes sobre as crianças pequenas em qualquer destas áreas e torna-se evidente que o investimento na Promoção do Desenvolvimento Infantil não é holístico. Recentemente deram-se alguns passos em termos de Educação e Cuidados na Primeira Infância, como sejam a intenção de garantir a universalidade da educação pré-escolar a partir dos 3 anos de idade (atualmente é aos 4) e, desde setembro de 2020, a gratuidade da frequência das creches (com acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social) para as crianças menores de 3 anos, dependendo do rendimento das famílias. No entanto, as políticas dirigidas à primeira infância não abordam holisticamente o ecossistema em torno da família e da criança e as famílias não têm acesso a um sistema contínuo de cuidados e apoio, nem a um sistema alinhado e coordenado de serviços, programas e medidas de alta qualidade.



**ÁREAS DE POLÍTICAS COM IMPACTO NO ECD** →

**PRIORIDADES Nacionais**

- Recolher e monitorizar dados sobre a pobreza de famílias com filhos pequenos, com foco nas famílias monoparentais e nas com três ou mais crianças.
- Reduzir as desigualdades em saúde infantil através da deteção e intervenção precoces e do acesso atempado a serviços de saúde de alta qualidade, especialmente para os que mais necessitam (rastreamentos periódicos, particularmente em contextos educativos).
- Monitorizar o acesso efetivo dos menores de 3 anos a creches.
- Monitorizar as qualificações dos profissionais das creches.
- Criar condições para, e estimular, o acolhimento familiar, especialmente para as crianças com menos de 6 anos de idade desintegradas das suas famílias.

Country profile **PORTUGAL**

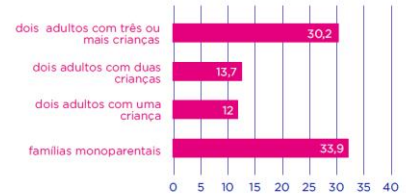
1

**1**

**POBREZA INFANTIL**

Em Portugal, **não há dados suficientes sobre as crianças em situação de pobreza ou exclusão social**. Os dados disponíveis indicam que as famílias monoparentais e as com três ou mais crianças estão particularmente expostas ao risco de pobreza, necessitando assim de apoios específicos.

**Taxa de risco de pobreza por tipo de agregado familiar (%)**



Dados de 2019  
Fonte: Eurostat

**2**

**APOIO AOS PAIS E À FAMÍLIA**

Em Portugal, existem diversos apoios às famílias, mas a maioria deles não são universais, uma vez que dependem do rendimento do agregado familiar. Além disso, a existência destes apoios não significa necessariamente que estejam a chegar às famílias que deles necessitam. Exemplo disso, é o acesso gratuito e universal ao Serviço Nacional de Saúde que, embora disponível, não satisfaz as necessidades das famílias (v. secção Saúde Materna e Infantil).

**Políticas de regulação do equilíbrio entre a vida pessoal e profissional**

- Licença parental
- Assistência a filhos
- Assistência a membro do agregado familiar
- Horário flexível para trabalhadores com responsabilidades familiares

**Apoios disponíveis para famílias com crianças pequenas**

- Saúde - Acesso gratuito e universal ao Serviço Nacional de Saúde para menores de 18 anos
- Subsídio parental
- Abono de família (dependendo do rendimento do agregado familiar)
- Creches subsidiadas (mensalidades baseadas no rendimento da família)
- Atendimento e acompanhamento social
- Apoio alimentar



Country profile **PORTUGAL**

2

3

## APRENDIZAGEM PRECOCE

Em Portugal, 22,6% das crianças com menos de 3 anos estão em casa com os pais e 52,9% frequentam creche. As creches são consideradas respostas sociais que permitem a integração dos pais no mercado de trabalho. Nos últimos anos, a disponibilidade de vagas **aumentou consideravelmente, mas a cobertura é desigual no território nacional** e não responde suficientemente à procura.

O acesso à educação pré-escolar é universal a partir dos 4 anos, baseando-se a admissão das crianças num conjunto de prioridades que inclui: a idade (primeiro as mais velhas), a proximidade da residência e a situação socioeconómica da família.

Não existem dados disponíveis sobre a percentagem de profissionais com a qualificação mínima de bacharelato a trabalhar com crianças menores de 3 anos.

### Políticas para facilitar o acesso a creches e jardins infantis para crianças de famílias vulneráveis:

- Desde 1 de setembro de 2020 as creches com acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social são gratuitas para crianças (menores de 3 anos) cujo rendimento per capita das famílias seja inferior a 30% do salário mínimo nacional e para o 2º filho (e seguintes) das famílias cujo rendimento per capita se situe entre os 30% e os 50% do salário mínimo nacional.
- A educação pré-escolar pública é gratuita, a partir dos 3 anos, e universal a partir dos 4 anos de idade. Em 2019, a taxa de frequência foi de 95,4%.



### Capacidade das creches e jardins infantis para assegurar a inclusão de crianças provenientes de grupos historicamente marginalizados

As crianças com necessidades especiais têm prioridade, tal como as crianças cujos pais o Estado identificou como sendo incapazes de prestar os cuidados necessários.

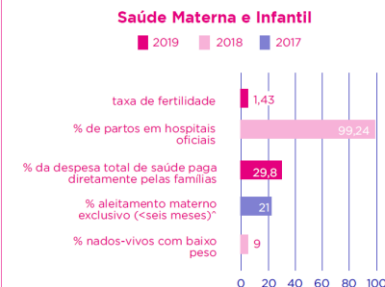
Com o objetivo de garantir a cobertura nacional da **oferta de serviços de intervenção precoce na infância**, o Ministério da Educação criou uma rede de agrupamentos de escolas de referência onde anualmente são colocados mais de 500 educadores de infância que integram as Equipas Locais de Intervenção, que atuam na área geográfica do agrupamento de escolas. Estes educadores de infância apoiam crianças entre os 0 e os 6 anos que frequentam jardins infantis ou creches da rede solidária e privada ou que se encontram no domicílio, em creche familiar ou em ama.

As creches/jardins infantis têm pelo menos um profissional com habilitações mínimas ao nível do bacharelato em ciências da educação e têm programas de linguagem como medidas de apoio específicas.

4

## SAÚDE MATERNA E INFANTIL

Embora os menores de 18 anos tenham acesso gratuito ao Serviço Nacional de Saúde (Decreto-Lei nº 61/2015), as desigualdades mantêm-se. Na maioria das vezes, o tempo de espera para uma consulta de especialidade nos hospitais públicos é de vários meses, uma situação incompatível com intervenções atempadas e que tem um impacto negativo no desenvolvimento infantil, sendo que nem todas as famílias podem pagar serviços de saúde privados. Portugal tem um dos mais elevados níveis de pagamento direto de despesas de saúde por parte das famílias (29,8%) da União Europeia.



\*Dados não representativos

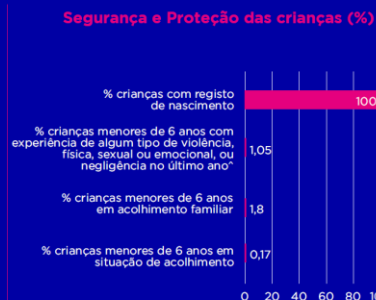
Fontes: Eurostat, PORTDATA, OECD, Repositório Científico do Instituto Nacional de Saúde

5

## SEGURANÇA E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS

Desde 2015 que o acolhimento familiar está estabelecido como medida preferencial para as crianças em situação de acolhimento (Lei nº 142/2015), especialmente para crianças menores de 6 anos. No entanto, a percentagem de crianças em acolhimento familiar é muito baixa e tem vindo a decrescer nos últimos anos (de 7% para 1,8%). Em 2019 (últimos dados disponíveis), apenas 0,17% das crianças residentes em Portugal estavam em situação de acolhimento.

No que respeita às crianças que sofreram algum tipo de violência ou negligência, o valor de 1,05% baseia-se nos dados do Relatório Anual de Avaliação das Atividades das CPCJ 2019, da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. Uma vez que a atividade das CPCJ depende da referenciação de crianças para estes serviços, poderão existir no país situações não diagnosticadas.



\*Dados não representativos

Fontes: UNICEF, Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens CASA, Instituto da Segurança Social

Nota: Os dados do registo de nascimento são de 2017. Os restantes dados são de 2019.

6

## COORDENAÇÃO INTERSECTORIAL

Em Portugal, **não existe uma estratégia nacional de Promoção do Desenvolvimento Infantil** (ou outro documento político) ou um órgão de coordenação intersectorial que supervisione as políticas, financiamentos ou despesas relativas ao Desenvolvimento Infantil a nível nacional ou municipal. Existem, no entanto, **alguns mecanismos formais de colaboração entre sectores e serviços**.

O **Sistema Nacional de Intervenção Precoce -SNIPI** representa um mecanismo de **coordenação** entre os Ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), da Saúde e da Educação, a nível nacional, regional e local. Tem como objetivo garantir as condições de desenvolvimento necessárias às **crianças dos 0 aos 6 anos**, que apresentam alterações nas estruturas ou funções do corpo que limitam o seu crescimento pessoal e a sua participação nas atividades típicas para a sua idade ou risco grave de atraso no desenvolvimento. O SNIPI assenta em três estruturas criadas a nível nacional, regional e local, respetivamente: a Comissão de Coordenação do SNIPI constituída por representantes dos Ministérios da Educação, da Saúde e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, presidida por um representante do MTSSS; as Subcomissões de Coordenação Regional, constituídas por profissionais designados pelos três Ministérios; e as Equipas de Intervenção Local (ELI) constituídas por profissionais da área da saúde, da educação, de serviço social, terapeutas e psicólogos, que desenvolvem a sua atividade ao nível municipal, podendo englobar vários municípios ou desagregar-se por freguesias, assegurando assim que os serviços abranjam todo o território nacional.

Embora não se foque exclusivamente nas crianças pequenas, a **Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens**, é um bom exemplo de instituição coordenadora, pública e nacional, que funciona sob a tutela do **Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**. A Comissão coordena todas as ações empreendidas para a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens em Portugal. Promove uma cultura de prevenção, **trabalhando de forma transversal e em estreita cooperação** com as atuais **310 Comissões** de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). As CPCJ atuam a nível municipal e são entidades oficiais autónomas de natureza não judicial, que trabalham para prevenir ou erradicar situações que possam afetar a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral das crianças e jovens, ao mesmo tempo que promovem sinergias a nível local. As CPCJ são constituídas por representantes do Município, Ministério da Educação, Serviços de Saúde Segurança Social, instituições que trabalham com crianças e suas famílias, instituições particulares de solidariedade social ou de outras organizações não governamentais que desenvolvam, na área de competência territorial da comissão de proteção, respostas sociais de caráter residencial dirigidas a crianças e jovens, forças de segurança, entre outros.



Country profile PORTUGAL

5

\*O conteúdo deste Country Profile reflete a situação à data de maio de 2021.

Esta publicação foi produzida no âmbito da campanha #FirstYearsFirstPriority. Informação adicional em <http://firstyearsfirstpriority.eu>

A tradução do seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade da FNSBS.

### Contributo para o Country Profile:

FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO - FNSBS

FUNDAÇÃO  
Nossa Senhora  
do Bom Sucesso

[www.primeiros.anos.com](http://www.primeiros.anos.com)

### A PARCERIA EUROPEIA

**Eurochild** é uma rede de quase 200 organizações de 35 países europeus que trabalham com e pelas crianças em toda a Europa, lutando por uma sociedade que respeita os direitos das crianças. A Eurochild influencia políticas para desenvolver capacidades internas e facilita a aprendizagem mútua e o intercâmbio de práticas e investigação.

**International Step by Step Association (ISSA)** é uma rede regional para a primeira infância fundada em 1999 que, através dos seus programas e serviços, faz a ligação entre a investigação, a prática as políticas para melhorar a qualidade dos sistemas dedicados à primeira infância na Europa e na Ásia Central. Mais de 90 membros da ISSA, de 43 países, implementam programas e cooperam para garantir serviços de qualidade e equitativos dirigidos à primeira infância, especialmente para as crianças pequenas mais vulneráveis.

**European Public Health Alliance (EPHA)** é a principal rede europeia de Organizações Não Governamentais (ONGs) na defesa de uma saúde melhor para todos. Uma organização liderada por membros formada por ONGs de saúde pública, grupos de pacientes, profissionais de saúde e grupos de pessoas com determinadas doenças, a EPHA trabalha para melhorar a saúde, fortalecer a voz da saúde pública e combater as desigualdades na saúde em toda a Europa.

**Roma Education Fund (REF)** criado no âmbito da "Decade of Roma Inclusion" em 2005, tem como missão e objetivo final colmatar as diferenças nos resultados educativos entre as comunidades ciganas e não ciganas. Para atingir este objetivo, a organização apoia políticas e programas que garantam uma educação de qualidade para os ciganos, incluindo a dessegregação dos sistemas de ensino.

**Coordenador europeu da Campanha:** Dr. Agata D'Addato, Senior Project Manager Eurochild ([agata.daddato@eurochild.org](mailto:agata.daddato@eurochild.org)).

**Coordenadores Nacionais:** Trust for Social Achievement (Bulgária), Ensemble pour l'Éducation de la Petite Enfance (França), Central Union for Child Welfare (Finlândia), Family, Child, Youth Association (Hungria), Children's Rights Alliance (Irlanda), Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso (Portugal), Step by Step Center for Education and Professional Development (Roménia), Pomoc Deci (Sérvia), Plataforma de Infancia (Espanha).

#FirstYearsFirstPriority  
FirstYearsFirstPriority.eu



## PROPOSTA DE AÇÃO NO QUADRO DA CAMPANHA

**primeiros anos**  
*a nossa prioridade*

### PROPOSTAS DE AÇÃO

A campanha **Primeiros Anos a Nossa Prioridade** reúne parceiros que aportam diversas sensibilidades, conhecimento, práticas e experiências, mas que partilham conhecimento e a Visão de que uma sociedade saudável e sustentável depende de uma aposta crítica nos primeiros anos de vida.

Os parceiros da campanha **Primeiros Anos a Nossa Prioridade** defendem a **importância da promoção de políticas integradas para a primeira infância que:**

- valorizem os primeiros 1.000 dias de vida e a importância da família (e da comunidade envolvente), no desenvolvimento da criança, com foco e respeito pela criança, pela sua identidade, com atenção e cuidado centrados em relações positivas e em vínculos estáveis e seguros;
- garantam o acesso, em tempo, a cuidados de saúde de qualidade, com rastreios periódicos, deteção e intervenção precoces, para todas as crianças;
- assumam a educação da Primeira Infância como alicerce fundamental de uma sociedade, valorizando assim as capacidades das crianças dos 0-6 anos e a ação educativa dos profissionais;
- criem condições efetivas para que as crianças desintegradas das suas famílias de origem possam crescer em ambientes familiares.

E propõem a adoção de uma Política Global e Integrada para os 0-6 anos, que contemple designadamente:

**primeiros anos**  
*a nossa prioridade*

- 1ª. o desenvolvimento das estatísticas nacionais com indicadores de monitorização da primeira infância (0-3 anos), bem como de investigação dedicada à monitorização e avaliação da implementação de políticas e práticas (novas ou já existentes) relativas à promoção do desenvolvimento infantil;
- 2ª. o reforço das medidas de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional:
  - a. alargamento da duração das licenças parentais pagas, a fim de melhorar os cuidados afetivos e de qualidade nos primeiros 2 anos de vida;
  - b. maior flexibilização dos horários de trabalho dos pais nos primeiros anos de vida dos filhos, por forma a permitir a redução do tempo diário das crianças nas creches;
- 3ª. o desenvolvimento de respostas integradas ao nível comunitário de promoção da saúde física e mental na primeira infância:
  - a. capacitação das equipas de enfermagem dos Cuidados de Saúde Primários para a avaliação do desenvolvimento infantil (identificação de desvios) e adequada referenciação;
  - b. desenvolvimento das competências dessas equipas que lhes permitam intervir no apoio à parentalidade junto das famílias;
  - c. reforço e valorização (com o consequente aumento de cobertura) do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância;
- 4ª. a criação de uma via verde que garanta o acesso a cuidados de saúde especializados a todas as crianças que deles necessitem, de modo a que não seja desperdiçada a oportunidade de intervenção em tempo;
- 5ª. o reconhecimento da intencionalidade e continuidade educativas entre a creche (0 - 3 anos) e o jardim de infância (3 - 6 anos), com a unificação da sua tutela pedagógica no Ministério da Educação;
- 6ª. o aumento da cobertura de estruturas de creche e outras respostas educativas qualificadas, ao alcance de todas as famílias;
- 7ª. a garantia de acesso para todas as crianças (3 - 6 anos) à educação pré-escolar e a elaboração de materiais de apoio à qualidade das práticas pedagógicas;

## primeiros anos *a nossa prioridade*

8º. o desenvolvimento de programas de promoção de competências parentais nos períodos pré e pós-parto e nos primeiros anos de vida;

9º. o desenvolvimento de novos modelos de cuidados e proteção de crianças em risco/perigo, baseados no conhecimento científico, que privilegiem o projeto de vida da criança em contexto natural de vida; mas também o alargamento acelerado da bolsa de Famílias de Acolhimento, a nível nacional, para os casos em que não seja possível manter a criança na sua família de origem;

10º. o desenvolvimento de campanhas sobre a importância dos primeiros anos de vida que permitam a transferência do conhecimento existente para a sociedade em geral:

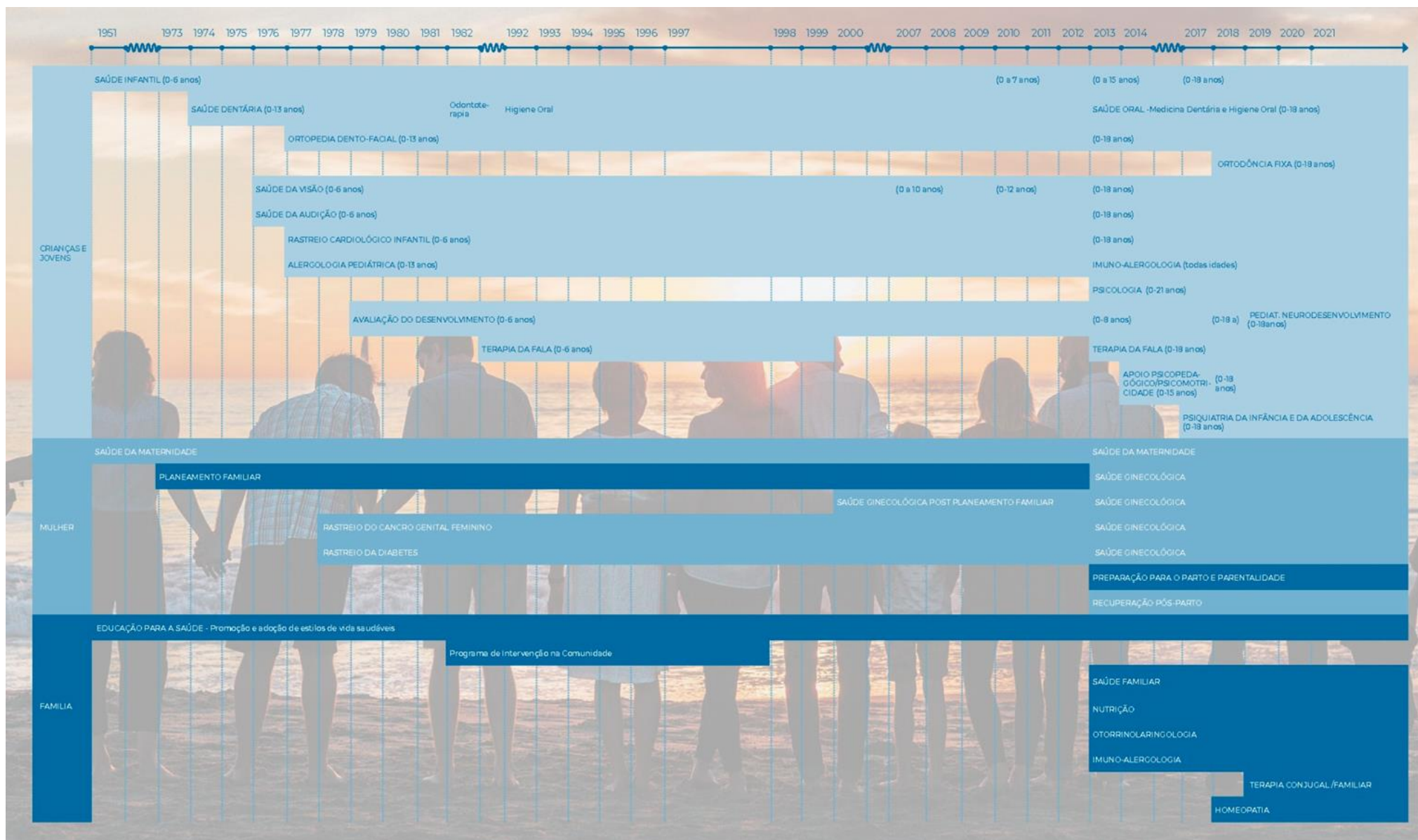
- a. sensibilização de pais, educadores e cuidadores sobre a forma como a criança entende o mundo e se posiciona perante os outros;
- b. valorização do brincar como forma primordial de conhecimento e descoberta da criança;
- c. sensibilização de pais, educadores e cuidadores para sinais de alerta sobre comportamentos e eventuais problemas de saúde física e emocional da criança;
- d. sensibilização das famílias mais vulneráveis sobre os benefícios da frequência na educação de infância e do envolvimento e participação dos pais no processo educativo dos seus filhos e filhas;
- e. promoção da cooperação entre famílias e creches/jardins de infância, transformando estas instituições num serviço mais abrangente que funcione como rede de apoio à família;
- f. sensibilização das empresas para a adoção de políticas amigas das famílias e do futuro;

11º. a priorização das crianças na Estratégia Nacional de Combate à Pobreza;

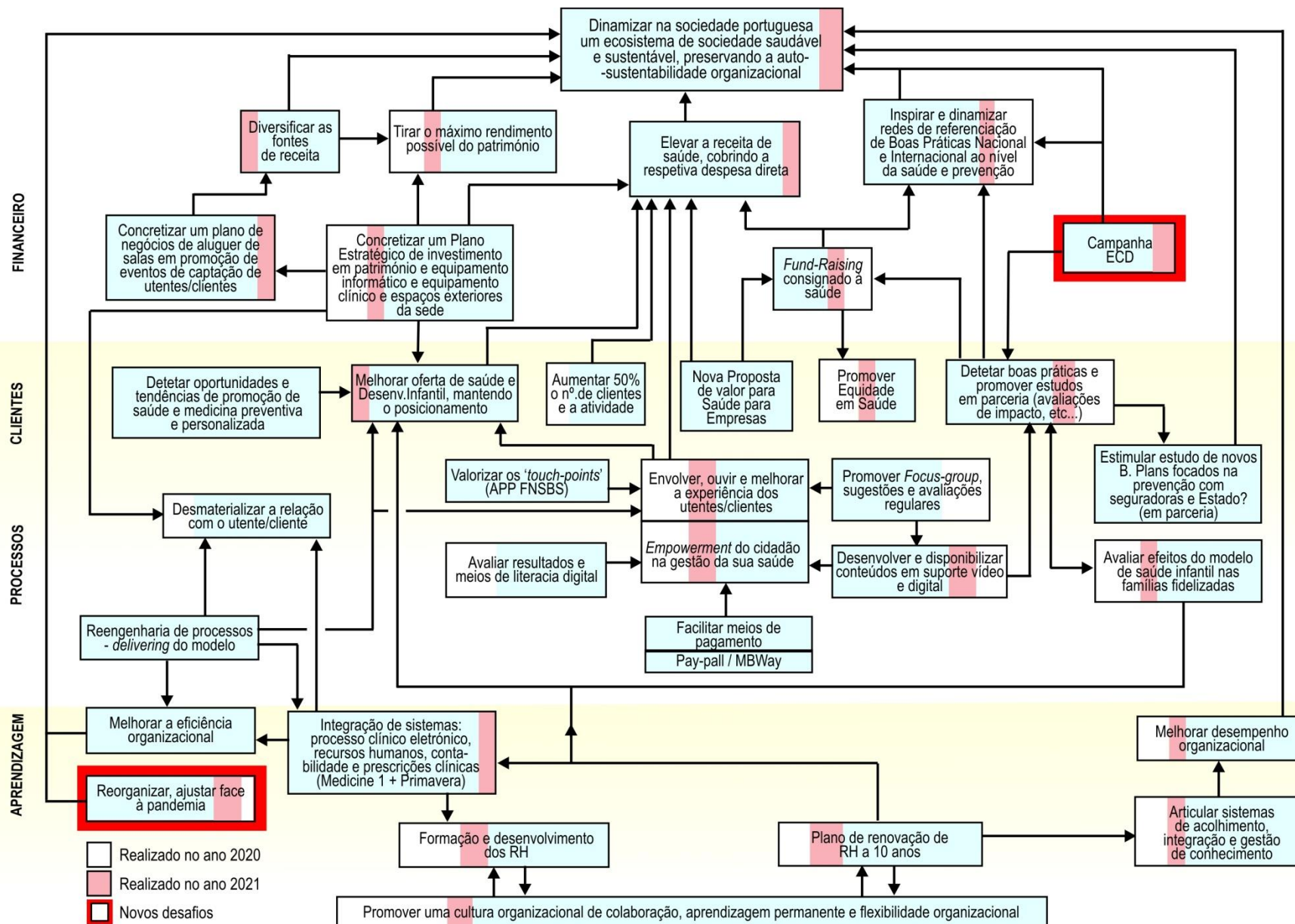
12º. a valorização do papel que, a par do Estado, as organizações não governamentais desempenham na materialização dos direitos de acesso à educação e à saúde, na preparação para a parentalidade e no apoio às famílias.

Setembro de 2021

## EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS DA FNSBS



## MAPA ESTRATÉGICO 2020 - 2025





[www.fnsbs.pt](http://www.fnsbs.pt)

**ATA N.º 68/2-CF**

No dia seis de Abril de dois mil e vinte e dois, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu na sede da Fundação, na Av.ª Dr. Mário Moutinho, em Lisboa, o Conselho Fiscal da Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso, adiante designada abreviadamente por “Fundação”, estando presentes todos os seus membros, o Senhor Professor Doutor Diogo de Freitas Branco Pais, Presidente, e os Senhores Dr. Rui Gouveia e Eng.º Hugo Pinto, Vogais.

Estiveram igualmente presentes na reunião, a convite do Senhor Presidente, os membros do Conselho Executivo, o Senhor Eng.º Jaime Falcão, Presidente, a Senhora Dr.ª Paula Nanita e a Senhora Dr.ª Margarida Rebocho, Vogais, bem como a colaboradora da Fundação, Senhora Dr.ª Lourdes Hill, e, bem assim, o Senhor Dr. Paulo Costa, o Contabilista Certificado da Fundação.

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião, tendo agradecido a presença de todos e referido que a mesma tinha por ponto único da ordem de trabalhos dar cumprimento ao disposto na al. b) do artigo décimo nono dos estatutos da Fundação, a saber: *“Examinar e emitir parecer, anualmente, sobre o relatório anual de gestão e de atividades, o balanço e os demais documentos de prestação de contas do exercício, apresentados pelo Conselho Executivo”*.

Seguidamente, entrou-se na apreciação do ponto único da ordem de trabalhos, tendo o Conselho Fiscal procedido à análise do relatório anual de gestão e de atividades, relativo ao exercício de dois mil e vinte e um, que foi previamente distribuído e que se encontra devidamente arquivado junto da Fundação.

De seguida, o Presidente do Conselho Executivo, Senhor Eng.º Jaime Falcão, e a Vogal do Conselho Executivo, Senhora Dr.ª Paula Nanita, procederam a uma apresentação sobre a atividade e o desempenho da Fundação no exercício findo de dois mil e vinte e um e, bem assim, quanto a perspetivas futuras, tendo esclarecido todas as questões que foram levantadas pelos membros do Conselho Fiscal no decorrer dessa apresentação sobre a atividade da Fundação, os projetos concretizados no exercício findo e quanto à ocupação e resultados do prédio de rendimento sito nas Amoreiras.

Terminada a apresentação e após o esclarecimento de todas as dúvidas que foram suscitadas, o Conselho Fiscal procedeu ainda à análise do balanço e dos demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo de dois mil e vinte e um.

Terminada a troca de impressões sobre os documentos apresentados e respetivo exame do relatório anual de gestão e de atividades, bem como do balanço e dos demais documentos de prestação

de contas do exercício de dois mil e vinte e um, apresentados pelo Conselho Executivo, os membros do Conselho Fiscal emitiram parecer favorável relativamente a esses mesmos documentos, considerando que os mesmos deveriam merecer integral aprovação por parte do Conselho Geral.

Por último, o Conselho Fiscal elogiou e manifestou o seu apreço pela gestão desenvolvida pelo Conselho Executivo e pela contribuição de todos os colaboradores da Fundação na consecução dos objetivos da Fundação no decurso do ano findo de dois mil e vinte e um.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião pelas dezasseis horas e da mesma se lavrou a presente ata, que contém o *supra* referido parecer do Conselho Fiscal relativo ao relatório e contas anuais da Fundação, e que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos membros do Conselho Fiscal.

O CONSELHO FISCAL,



( Diogo de Freitas Branco Pais )



( Rui Gouveia )



( Hugo Pinto )

**ATA N.º 17/1-CG**

No dia 21 de abril de 2022, pelas 15.00 horas, reuniu, o Conselho Geral da Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso. Estiveram presentes os seguintes membros do Conselho Geral:

- Dr.ª Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira
- Dr.ª Maria Posser de Andrade
- Eng.º João Moreira Rato
- Dr. Manuel de Oliveira
- Dr. Duarte da Cunha

O Dr. Manuel Augusto de Lemos e a Dr.ª Margarida Manaia não puderam estar presentes e justificaram devidamente a sua ausência.

Nos termos do artigo 12º dos Estatutos foram convocados e estiveram também presentes os membros do Conselho Executivo: Dr.ª Paula Nanita e Dr.ª Margarida Rebocho. Por doença não pode estar presente o Eng.º Jaime Falcão.

A Sr.ª Presidente constatou que a reunião tinha sido regularmente convocada por correio eletrónico e leu a Ordem de Trabalhos seguinte:

**1 – Análise discussão e deliberação sobre os:**

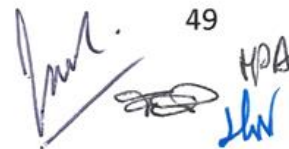
- 1.1 - Relatório de atividades do ano de 2021
- 1.2 – Contas do ano de 2021 – Outros assuntos

**2 – Outros assuntos**

A Sr.ª Presidente começou por referir que os Relatórios e Contas referentes ao ano de 2021 foram previamente enviados a todos os presentes e declarou aberta a Sessão,

Pediu a palavra a Administradora Executiva Dr.ª Paula Nanita, a qual informou que o Conselho Fiscal reuniu no passado dia 6 de Abril, dando o seu parecer favorável ao Relatório e Contas ora apresentado.

A Dr.ª Paula Nanita informou também que, por motivo de ausência prolongada por doença da coordenadora do serviço de contabilidade, houve um atraso na elaboração do fecho das contas do



exercício e, em consequência, não foi possível concluir em tempo a habitual auditoria externa às mesmas. Os membros do CE recordaram, no entanto, que esta não é legalmente obrigatória, mas apenas uma boa prática a que a Fundação tem voluntariamente aderido. Informalmente os auditores informaram que no trabalho entretanto desenvolvido não foram encontradas distorções materiais às demonstrações financeiras da Fundação.

Prestada estas informações a Sr.<sup>a</sup> Presidente deu novamente a palavra à Dr.<sup>a</sup> Paula Nanita-que, em nome do Conselho Executivo fez um breve resumo da atividade e das contas 2021, no âmbito do ponto 1 da ordem de trabalhos.

Assim, o CE, destacou que, apesar do contexto da pandemia, o ano 2021 correu muito satisfatoriamente apresentado resultados melhorados face aos orçamentados (um resultado operacional de 177 mil € face a um orçamentado de 91 mil € e um RLE de 96,8 mil € face a um orçamentado de 6,5 mil €). Na base destes resultados encontra-se a dinâmica de receita da saúde (que representou no ano 20% da receita operacional quando no passado não ultrapassava os 7%), mas também a subida de 3% da receita do Amoreiras 19 (rendas), sem que se tivesse registado um saldo negativo nas imparidades (apesar de tantos acordos de diferimento do pagamento das rendas no contexto da pandemia). Deste modo foram ultrapassados os objetivos definidos para o ano, nomeadamente de manutenção dos níveis de ocupação do Amoreiras 19. Na saúde em concreto, foi possível crescer continuamente em utentes neste período (10,9% em 2020 e 9% em 2021) e em atividade (19% em 2021 recuperando da quebra de 14,5% registada no ano anterior), mantendo-se altos os níveis de satisfação dos utentes, a sua auto-perceção do estado de saúde e um reconhecimento expresso pelo apoio contínuo e continuado disponibilizado pela Fundação no contexto pandémico. Entre este último é de destacar o expresso por cerca de 78% dos profissionais das 16 instituições de acolhimento que enquadraram as 130 crianças que a Fundação apoiou durante o ano de 2021, sendo que em relação a 82 destas, este apoio já excede os 3 anos completos, constituindo uma âncora na vida destas crianças.

Contribuiu ainda, para os resultados do ano, um efetivo controlo dos custos, buscando-se, em linha com os anos anteriores, níveis superiores de eficiência. Face a uma subida da atividade em 19%, os custos de matérias-primas cresceu, apenas 1,4%, os de FSE 15% e os honorários com os profissionais de saúde 12,7%. Registou-se um aumento de 5,7% da despesa de pessoal (ficando, no entanto, aquém do

orçamentado em 2,3%). Este aumento em relação ao ano anterior não é devido ao crescimento da atividade, mas sim à necessária sobreposição de pessoal em funções-chave que preparam as reformas esperadas de alguns efetivos. Algumas destas reformas ocorreram no ano de 2021 e outras concretizar-se-ão no corrente ano de 2022. No ano de 2021 foi assegurada a substituição de 10% do efetivo, sobretudo devido a este motivo (situação que estava já prevista no Plano Estratégico e que tem particular intensidade entre 2021 e 2023).

Finda a intervenção da Dr.ª Paula Nanita pediu a palavra o Dr. Manuel Oliveira, pedindo o esclarecimento sobre a forma de contabilização das rendas e do seu pagamento, tendo a Dr.ª Paula informado que as rendas são reconhecidas e faturadas em cada mês, podendo o seu pagamento ser diferido de acordo com negociações específicas e contabilizadas na conta de devedores.

De seguida o Eng.º João Moreira Rato interveio para constatar a consistência e coerência da gestão da Fundação ao longo dos anos, a qual se reflete nos sucessivos relatórios apresentados pelo Conselho Executivo, o que denota a existência de planos estratégicos sucessiva e coerentemente aplicados.

Dado que mais ninguém quis usar da palavra a Sr.ª Presidente colocou à votação o Relatório de Atividades e as Contas da Fundação para o exercício de 2021 e constatou que foram ambos aprovados por unanimidade.

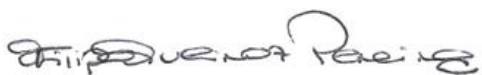
Passou-se então ao **Ponto 2 da Agenda** - Outros assuntos.

Neste ponto a Dr.ª Paula Nanita fez um resumo do que foi a atividade da campanha sobre a importância dos primeiros anos de vida, referindo especialmente a colaboração das entidades parceiras e a exposição mediática conseguida. Mais informou que o Conselho Executivo acabou no corrente mês de abril de assinar um novo MOU com a EUROCHILD, visando levar a cabo uma 2ª fase desta campanha PRIMEIROS ANOS. A NOSSA PRIORIDADE, a qual se concretizará no período 2022-2023, a nível nacional sob a liderança da Fundação, mas também a nível europeu. Mais destacou ser de grande importância esta campanha, para o cumprimento do desafio estratégico a que a Fundação se propôs na Visão 2025--a de ser um reconhecido modelo de saúde, de referência no âmbito da saúde infantil, no contexto de uma sociedade mais informada e consciente da importância dos primeiros anos de vida.

No final da reunião os membros do Conselho Geral tiveram ainda a oportunidade de conhecer o conjunto de três propostas de novo logo para a Fundação e apreciando-as, comentá-las.

Não havendo mais nada a tratar a Sr.ª Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão pelas 17.00 horas, da qual se elabora a presente ata que vai ser elaborada e assinadas pelos membros do Conselho Geral presentes nesta sessão.

O CONSELHO GERAL



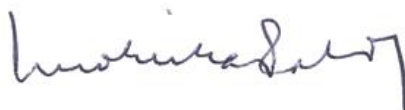
( Filipa Mendes de Almeida Queiroz Pereira )



( Maria Posser de Andrade )



( Duarte da Cunha )



( João Rodrigo Appleton Moreira Rato )



( Manuel Custódio de Oliveira )